

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	18
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Notas Explicativas	77
Proposta de Orçamento de Capital	173

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	174
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	177
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	178
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	181
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	182

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	3.200.839	3.105.004
1.01	Ativo Circulante	343.407	302.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56.671	48.205
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.925	44.331
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.925	44.331
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	61.925	44.331
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	224.811	209.919
1.01.08.03	Outros	224.811	209.919
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	224.298	209.296
1.01.08.03.03	Outros	513	623
1.02	Ativo Não Circulante	2.857.432	2.802.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	98.561	77.660
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	217
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	98.353	77.443
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	98.353	77.402
1.02.01.10.04	Outros	0	41
1.02.02	Investimentos	2.755.000	2.720.813
1.02.02.01	Participações Societárias	2.755.000	2.720.813
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	126.741	116.358
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.477.114	2.468.490
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	151.145	135.965
1.02.03	Imobilizado	436	138
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4	6
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	432	132
1.02.04	Intangível	3.435	3.938
1.02.04.01	Intangíveis	3.435	3.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.435	3.938

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	3.200.839	3.105.004
2.01	Passivo Circulante	235.342	196.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.820	1.538
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.820	1.538
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.820	1.538
2.01.02	Fornecedores	1.438	900
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.438	900
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.152	34.799
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.048	34.705
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.692	2.863
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	7.494	22.183
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	9.862	9.659
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	104	94
2.01.05	Outras Obrigações	212.932	159.138
2.01.05.02	Outros	212.932	159.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	211.329	157.602
2.01.05.02.04	Outros	1.370	1.395
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	233	141
2.02	Passivo Não Circulante	32.930	25.453
2.02.02	Outras Obrigações	208	0
2.02.02.02	Outros	208	0
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamento	208	0
2.02.04	Provisões	32.722	25.453
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.217	22.095
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	23.545	19.222
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	2.298
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	672	575
2.02.04.02	Outras Provisões	8.505	3.358
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	8.505	3.358
2.03	Patrimônio Líquido	2.932.567	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.866.898	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	279.347	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.586.298	1.287.330
2.03.04.10	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	1.253	22.874
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.414.647	-1.158.839

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	557.704	549.040
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.529	-27.745
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.915	20.933
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.911	-28.529
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	580.229	584.381
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	557.704	549.040
3.06	Resultado Financeiro	1.145	2.876
3.06.01	Receitas Financeiras	8.875	3.353
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.730	-477
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	558.849	551.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.815	-11.354
3.08.01	Corrente	-1.815	-11.354
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	557.034	540.562
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	557.034	540.562
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	13,6274	13,2244
3.99.01.02	PN	14,9901	14,5469
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	13,6274	13,2244
3.99.02.02	PN	14,9901	14,5469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	557.034	540.562
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-255.232	-107.934
4.02.01	Remensuração de Obrigaçāo de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-255.232	29.327
4.02.02	Investimentos patrimoniais a VJORA - Ajuste Valor Justo da Casan	0	-137.261
4.03	Resultado Abrangente do Período	301.802	432.628

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-86.155	-76.752
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-37.904	-42.193
6.01.01.01	Lucro Líquido Exercício	557.034	540.562
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.223	2.220
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-580.229	-584.381
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-15.558	-16.344
6.01.01.05	Juros Pagos	-23	-20
6.01.01.06	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-157	4.976
6.01.01.07	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-560
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-3.009	0
6.01.01.09	Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.815	11.354
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-48.251	-34.559
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-17.594	-6.452
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	2.056	-24.463
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	160	-53
6.01.02.04	Fornecedores	538	-47
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	282	226
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-33.668	-4.164
6.01.02.20	Outras Contas - Passivos	-25	394
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	274.340	241.604
6.02.01	Juros Recebidos Mútuo Celesc D	0	409
6.02.02	Recebimento Principal Mútuo Celesc D	0	15.000
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	274.340	226.195
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-179.719	-143.519
6.03.01	Pagamento Passivo de Arrendamento	-250	-249
6.03.02	Pagamento de JCP e Dividendos	-179.469	-143.270
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.466	21.333
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.205	26.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.671	48.205

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.776	-229.635	0	-252.411
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-229.635	0	-229.635
5.04.08	Reversão Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	557.610	-255.808	301.802
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	557.034	0	557.034
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	576	-255.808	-255.232
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	576	-576	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Benefícios a Empregados	0	0	0	0	-255.232	-255.232
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	327.975	-327.975	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	327.975	-327.975	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59	-170.880	0	-170.821
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-170.880	0	-170.880
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	59	0	0	59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	541.191	-108.563	432.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.562	0	540.562
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-137.261	-137.261
5.05.02.06	Aj. Vlr Justo Outros Result. Abrangentes - Casan	0	0	0	0	-137.261	-137.261
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	629	28.698	29.327
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	629	-629	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Benefícios a Empregados	0	0	0	0	29.327	29.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	370.311	-370.311	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	370.311	-370.311	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	22.689	22.669
7.01.02	Outras Receitas	22.689	22.669
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.443	-31.732
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.443	-31.732
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.246	-9.063
7.04	Retenções	-2.223	-2.220
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.223	-2.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.023	-11.283
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	614.110	609.962
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	580.229	584.381
7.06.02	Receitas Financeiras	31.217	21.576
7.06.03	Outros	2.664	4.005
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	616.133	598.679
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	616.133	598.679
7.08.01	Pessoal	19.189	18.830
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.556	17.280
7.08.01.02	Benefícios	700	676
7.08.01.03	F.G.T.S.	933	874
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.348	38.617
7.08.02.01	Federais	30.978	37.388
7.08.02.03	Municipais	1.370	1.229
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.562	670
7.08.03.01	Juros	7.539	477
7.08.03.02	Aluguéis	23	193
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	557.034	540.562
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	229.635	170.880
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	327.399	369.682

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	12.302.261	11.628.067
1.01	Ativo Circulante	3.409.987	3.678.616
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	906.196	940.684
1.01.03	Contas a Receber	1.952.160	1.758.933
1.01.03.01	Clientes	1.757.103	1.584.123
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.108.622	1.908.703
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-351.519	-324.580
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	195.057	174.810
1.01.04	Estoques	23.270	20.019
1.01.06	Tributos a Recuperar	267.584	699.238
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	267.584	699.238
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	94.572	64.134
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	173.012	635.104
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	260.777	259.742
1.01.08.03	Outros	260.777	259.742
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	18.215	17.536
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	9.667	20.422
1.01.08.03.04	Outros Créditos	130.939	133.541
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	41.569	40.019
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	51.093	47.086
1.01.08.03.08	Taxas Regulamentares a Compensar	8.156	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.892.274	7.949.451
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.600.036	3.143.744
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	217
1.02.01.04	Contas a Receber	28.383	19.273
1.02.01.04.01	Clientes	25.307	16.775
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	3.076	2.498
1.02.01.07	Tributos Diferidos	854.645	709.023
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	854.645	709.023
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.716.800	2.415.231
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	473.524	524.780
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	421.346	359.870
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	778.341	599.069
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	94.538	76.448
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	317.792	306.791
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	144.366	139.304
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	486.893	408.969
1.02.02	Investimentos	388.828	363.279
1.02.02.01	Participações Societárias	388.828	363.279
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	237.683	227.314
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	151.145	135.965
1.02.03	Imobilizado	193.249	133.865

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.390	35.945
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	16.055	7.765
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	142.804	90.155
1.02.04	Intangível	4.710.161	4.308.563
1.02.04.01	Intangíveis	4.710.161	4.308.563
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.662.285	4.258.464
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	44.441	46.161
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.435	3.938

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	12.302.261	11.628.067
2.01	Passivo Circulante	3.730.676	3.757.419
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	224.899	227.670
2.01.01.01	Obrigações Sociais	224.899	227.670
2.01.02	Fornecedores	1.089.092	1.016.513
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.089.092	1.016.513
2.01.03	Obrigações Fiscais	306.747	289.797
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	104.339	118.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.676	30.996
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	51.870	49.419
2.01.03.01.03	Outros	25.793	38.476
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	199.357	168.346
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.051	2.560
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	522.329	507.699
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	356.136	297.229
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	258.631	262.833
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	97.505	34.396
2.01.04.02	Debêntures	166.193	210.470
2.01.05	Outras Obrigações	1.315.012	1.473.502
2.01.05.02	Outros	1.315.012	1.473.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	211.329	157.602
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	73.509	56.066
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	903.863	753.564
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	10.836	1.579
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.146	1.144
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	7.596	366.981
2.01.05.02.20	Outros	106.733	136.566
2.01.06	Provisões	272.597	242.238
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	272.597	242.238
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	272.597	242.238
2.02	Passivo Não Circulante	5.639.018	4.987.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.648.942	1.941.569
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.618.529	1.545.926
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	412.863	414.003
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.205.666	1.131.923
2.02.01.02	Debêntures	1.030.413	395.643
2.02.02	Outras Obrigações	451.291	897.732
2.02.02.02	Outros	451.291	897.732
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	27.899	50.410
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	84.045	106.643
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	333.152	733.963
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	6.195	6.716
2.02.03	Tributos Diferidos	98.092	89.214
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.092	89.214
2.02.04	Provisões	2.440.693	2.058.957

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.229.779	1.935.507
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	44.936	30.847
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	57.052	45.704
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.923.225	1.659.937
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	204.566	199.019
2.02.04.02	Outras Provisões	210.914	123.450
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	77.767	121.027
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	133.147	2.423
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.932.567	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.866.898	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	279.347	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.586.298	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.253	22.874
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.414.647	-1.158.839

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.402.608	9.899.450
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	8.682.889	8.475.008
3.01.02	Receita de Construção	997.355	1.015.797
3.01.03	Receita Setorial	701.778	392.960
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	20.586	15.685
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.745.056	-8.460.469
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-6.839.008	-6.551.788
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-14.925	-13.806
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-893.768	-879.078
3.02.04	Custo de Construção	-997.355	-1.015.797
3.03	Resultado Bruto	1.657.552	1.438.981
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-832.449	-636.634
3.04.01	Despesas com Vendas	-124.492	-138.090
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-650.898	-565.553
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-93.920	-73.126
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	321.032	279.975
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-341.292	-219.185
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	57.121	79.345
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	825.103	802.347
3.06	Resultado Financeiro	-141.788	-82.693
3.06.01	Receitas Financeiras	680.604	455.591
3.06.02	Despesas Financeiras	-822.392	-538.284
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	683.315	719.654
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-126.281	-179.092
3.08.01	Corrente	-131.541	-188.600
3.08.02	Diferido	5.260	9.508
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	557.034	540.562
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	557.034	540.562
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	557.034	540.562
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	13,6274	13,2244
3.99.01.02	PN	14,9901	14,5469
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	13,6274	13,2244
3.99.02.02	PN	14,9901	14,5469

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	557.034	540.562
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-255.232	-107.934
4.02.01	Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-255.232	29.327
4.02.02	Investimentos patrimoniais a VJORA - Ajuste Valor Justo da Casan	0	-137.261
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	301.802	432.628
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	301.802	432.628

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	450.294	867.915
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.239.961	1.217.039
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	557.034	540.562
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	314.601	277.082
6.01.01.04	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-57.121	-79.345
6.01.01.05	Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	-80.338	-83.813
6.01.01.06	IR e CSLL Pagos	-41.470	-10.911
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	443.974	498.134
6.01.01.09	Juros Pagos	-335.933	-304.098
6.01.01.10	Baixa de Direito de Uso Arrendamentos	-14	-45
6.01.01.11	Despesas Atuariais	145.446	125.061
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contigências Passivas	34.990	-45.890
6.01.01.13	Constituição (Reversão) de Reconhecimento de Impairment	332	516
6.01.01.14	Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	56.721	61.215
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-20.586	-15.685
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	93.920	73.126
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.111	1.553
6.01.01.19	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	1.013	485
6.01.01.20	Despesas de imposto de renda e contribuição social	126.281	179.092
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-789.667	-349.124
6.01.02.01	Ativo Bônus Escassez Hídrica	0	101.723
6.01.02.02	Ativos Financeiros – (Setoriais, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	390.317	871.755
6.01.02.03	Contas a Receber	-278.563	120.237
6.01.02.04	Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	-4.007	2.145
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	482.910	368.865
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	43.054	-3.934
6.01.02.07	Estoques	-3.251	-6.463
6.01.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	15.000
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos	-23.239	23.209
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	2	-101.717
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-848.880	-778.357
6.01.02.14	Fornecedores	72.579	-71.673
6.01.02.15	Tributos a Recolher	-92.336	-802.893
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-25.282	13.340
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-17.824	-215.462
6.01.02.18	Passivo Financeiro Setorial	-196.062	312.246
6.01.02.19	Benefícios a Empregados	-259.252	-234.915
6.01.02.20	Outras Variações no Passivo	-29.833	37.770
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.009.682	-1.008.923
6.02.01	Adições no Ativo Imobilizado	-53.162	-13.798
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-152	-18.712
6.02.04	Dividendos e JCP Recebidos	41.011	39.419

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.05	Adições no Ativo Intangível	-24	-35
6.02.11	Adições no Ativo de Contrato	-997.355	-1.015.797
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	524.900	237.604
6.03.02	Pagamento de Dividendos e JSCP	-179.469	-143.270
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-203.259	-64.663
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	337.655	610.000
6.03.06	Ingressos de Debêntures	787.094	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-206.510	-157.981
6.03.08	Custos na Liquidação de Debêntures	0	-95
6.03.09	Pagamento Passivo de Arrendamento	-10.611	-6.387
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.488	96.596
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	940.684	844.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	906.196	940.684

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.776	-229.635	0	-252.411	0	-252.411
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-229.635	0	-229.635	0	-229.635
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	557.610	-255.808	301.802	0	301.802
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	557.034	0	557.034	0	557.034
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	576	-255.808	-255.232	0	-255.232
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	576	-576	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-255.232	-255.232	0	-255.232
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	327.975	-327.975	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	327.975	-327.975	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59	-170.880	0	-170.821	0	-170.821
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-170.880	0	-170.880	0	-170.880
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	59	0	0	59	0	59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	541.191	-108.563	432.628	0	432.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.562	0	540.562	0	540.562
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-137.261	-137.261	0	-137.261
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-137.261	-137.261	0	-137.261
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	629	28.698	29.327	0	29.327
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	629	-629	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	29.327	29.327	0	29.327
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	370.311	-370.311	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	370.311	-370.311	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	16.110.892	15.962.946
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.795.825	14.703.574
7.01.02	Outras Receitas	358.446	303.427
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.050.541	1.029.630
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-93.920	-73.685
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.416.197	-8.895.245
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.527.519	-7.222.973
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-837.805	-642.126
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-332	-516
7.02.04	Outros	-1.050.541	-1.029.630
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-1.050.541	-1.029.630
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.694.695	7.067.701
7.04	Retenções	-315.613	-277.565
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-315.613	-277.565
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.379.082	6.790.136
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	795.390	580.489
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	57.121	79.345
7.06.02	Receitas Financeiras	735.161	496.633
7.06.03	Outros	3.108	4.511
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.174.472	7.370.625
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.174.472	7.370.625
7.08.01	Pessoal	788.379	798.972
7.08.01.01	Remuneração Direta	469.920	512.494
7.08.01.02	Benefícios	283.348	253.169
7.08.01.03	F.G.T.S.	35.111	33.309
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.009.732	5.490.698
7.08.02.01	Federais	3.006.182	3.024.270
7.08.02.02	Estaduais	1.997.735	2.461.420
7.08.02.03	Municipais	5.815	5.008
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	819.327	540.393
7.08.03.01	Juros	810.914	528.029
7.08.03.02	Aluguéis	8.413	12.364
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	557.034	540.562
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	229.635	170.880
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	327.399	369.682

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Marcado por importantes desafios, 2023 foi um ano que exigiu características como empenho, dedicação, inovação e, sobretudo, o foco de equipes que atuam em diversas áreas das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (Companhia). O trabalho coeso e a sinergia entre as atividades desempenhadas por todos os que atuam pela Companhia foram essenciais para garantir os sucessos alcançados, seja no enfrentamento de eventos climáticos adversos severos, no desenvolvimento de um novo modelo de negócio para uma empresa com quase 70 anos de história – e que encerra o ano com a segunda menor tarifa de energia do Brasil –, ou na conquista de reconhecimentos do setor elétrico brasileiro, internacional e da sociedade catarinense. Tudo para garantir o cumprimento do propósito de prover energia para o desenvolvimento e a qualidade de vida em nossa área de concessão.

A valorização de sua trajetória, mas com olhar voltado às práticas inovadoras e às tendências do mercado de energia, associada ao perfil multidisciplinar de celesquianos e celesquianas, está no cerne de performances que resultaram em uma homenagem concedida em sessão solene da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), assinada por todos os deputados, em razão dos 68 anos da Companhia; bem como na conquista do título de 2^a melhor distribuidora da região Sul e o 4º lugar nacional no Prêmio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de Satisfação do Consumidor (entre as empresas que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras); também do título de Melhor Distribuidora do Sul do Brasil, concedido pelo Prêmio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE); da certificação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) da Celesc Geração; da segunda certificação da consultoria global Great Place to Work e, ainda, de resultados como finalistas no Prêmio Internacional CiIER, que avalia a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes, e no VIII Rodeio Nacional de Eletricistas.

Entre as ações adotadas para atingir esses destaques, já no início do ano, o Grupo Celesc anunciou, junto ao Governo do Estado, um Plano de Investimentos prevendo o aporte de R\$4,5 bilhões no sistema elétrico catarinense até 2026. Os aportes são baseados em estudos técnicos e incluem R\$3,5 bilhões em ações que já vêm sendo colocadas em prática, como a construção de novas subestações (SEs), ampliação e melhorias em SEs já existentes e novas linhas e redes de distribuição de energia.

O restante está sendo destinado a projetos estratégicos, como os 500 quilômetros do Corredor Elétrico Catarinense e a implantação de energia trifásica, que já aumentou significativamente a disponibilidade de energia elétrica a diversos produtores rurais, atendendo a uma antiga demanda do agronegócio catarinense, permitindo a sua ampliação e levando mais qualidade de vida ao campo. Em 2023, foram entregues 228 quilômetros desse tipo de rede no estado que, somados aos 123 quilômetros em execução, totalizam 351 quilômetros e um investimento de R\$42,3 milhões.

Além disso, neste ano o setor industrial também teve uma antiga reivindicação atendida com o anúncio do Plano de Desenvolvimento Energético para a Indústria Catarinense, que contempla mais de R\$220 milhões de investimentos em obras para ampliação do fornecimento de energia elétrica. Em 2023, a Celesc Distribuição – Celesc D, também inaugurou seu Centro de Operações Integradas (COI), trazendo mais agilidade e eficiência com um monitoramento operacional unificado.

Essas atuações somadas fizeram frente a uma série de eventos climáticos adversos, com registro de fortes chuvas em quantidades muito acima da média, por um período longo de tempo. Por isso, mesmo neste cenário, a Celesc D encerrou o ano com o menor DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) da história, no valor de 8,56, mantendo a trajetória de melhoria e continuando bem abaixo do limite estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 9,82. Com relação ao FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), finalizamos o ano com índice de 5,86, alcançando pela primeira vez um valor inferior a 6.

Em julho, a Celesc assinou contrato no valor de R\$116 milhões com um consórcio formado por empresas responsáveis por projetar, produzir e instalar medidores inteligentes em aproximadamente 270 mil residências e comércios e em mais de 5,2 mil transformadores da rede elétrica de Florianópolis. A iniciativa representa um salto importante na gestão eficiente dos recursos e na modernização do setor, possibilita maior agilidade no atendimento de ocorrências e melhor dimensionamento do sistema de distribuição, entre outras vantagens.


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


Os investimentos não foram apenas no setor elétrico. Em 2023, a Celesc contribuiu com diversos programas sociais, destinando mais de R\$26,5 milhões em incentivos fiscais estaduais e federais ao longo do ano. Os aportes envolveram o Programa de Incentivo à Cultura (PIC), Lei do Esporte, Lei da Cultura, Fundo da Infância e do Adolescente (FIA) e Fundo Estadual do Idoso (FEI). Somente na cultura, mais de 73 projetos voltados às áreas de música, literatura, audiovisual e artes visuais foram patrocinados pela Companhia.

Além disso, as ações de responsabilidade social da Companhia beneficiaram direta e indiretamente mais de 460 mil catarinenses em todo o estado. Por meio do programa Celesc Solidária, por exemplo, 2.262 crianças de 39 instituições receberam doações de brinquedos e material escolar, e mais de 10 toneladas de alimentos foram entregues a instituições e organizações não governamentais. Os empregados da Companhia também se uniram para a realização de mais de 1.990 atividades voluntárias nas mais diversas áreas – educação, capacitação, saúde, revitalização de espaços públicos etc. Em outra frente, mais de sete mil estudantes catarinenses foram atingidos pelas ações de conscientização do programa Celesc nas Escolas, enquanto 162 jovens concluíram seu ciclo junto à Celesc D no programa Jovem Aprendiz, que é executado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A respeito de um importante projeto para a área comercial da Companhia, ao longo do ano, os trabalhos para o desenvolvimento do novo sistema comercial da Celesc D continuaram com força máxima. A migração para a SAP Hana S/4 deve reduzir custos, aumentar a produtividade e melhorar a experiência dos seus clientes, com a oferta de todos os seus serviços nas plataformas de atendimento *online*, de forma amigável, intuitiva e com novas aplicabilidades. Para tanto, 2023 foi marcado pela transmissão de dados, construção das funcionalidades do sistema, início dos testes e treinamento dos mais de 2 mil usuários envolvidos no chamado Projeto Conecte, com aporte na ordem de R\$68,5 milhões.

Ainda no fim do ano, também foram assinados os contratos para o desenvolvimento de outros dois importantes sistemas, desta vez que controlam as redes de alta e de média tensão da Celesc D: o Advanced Distribution Management System (ADMS), com investimento inicial de R\$45,8 milhões, e o Workforce Management (WFM), em que, a princípio, estão sendo investidos R\$15,9 milhões. Enquanto o ADMS deve ampliar a cibersegurança e proporcionar um restabelecimento mais eficiente dos serviços de distribuição e suporte na tomada de decisões estratégicas, o WFM visa minimizar custos operacionais, otimizar o atendimento aos clientes e auxiliar no dimensionamento das equipes.

Para além disso, a partir de uma gestão com olhar comprometido em diversas frentes, foi possível viabilizar, em 2023, a estruturação de um novo plano de saúde, em parceria com a Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS), a fim de atender empregados que não tinham plano ou que gostariam de migrar para uma opção mais acessível.

O ano de 2023 também foi marcado por ser o melhor dos últimos sete anos no que se refere à geração de energia pela Celesc Geração – Celesc G, com a produção de 573,7 GWh de energia elétrica, 17,10% maior que a média de geração registrada desde 2014. O resultado reflete o investimento de R\$7,5 milhões em melhorias e na manutenção do seu parque gerador, investimentos em processos internos, estrutura e treinamento das equipes.

Ainda no segmento hídrico, destaque para o início das obras de reativação da Usina Maruim, em São José – patrimônio histórico catarinense e primeira fonte de energia elétrica da Grande Florianópolis –, e para os avanços nas análises regulatórias para viabilização do projeto de ampliação da Usina Salto Weissbach, em Blumenau, obra que está recebendo aporte de R\$230 milhões.

Em relação à melhoria contínua dos processos, a Celesc G recebeu, em 2023, o certificado do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI) – implementado na Usina Garcia e no Centro de Operação da Geração (COG) – pela líder mundial em auditorias ABS Quality Evaluations. O atestado demonstra o desempenho e o profissionalismo da organização, a busca pelo equilíbrio entre meio ambiente, sociedade e economia, e a defesa de um local de trabalho seguro e saudável.

No mesmo período, a Celesc G continuou a promover a energia solar em Santa Catarina, com as primeiras entregas do Plano de Negócio em Geração Distribuída por meio de fazendas Solares, a Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Lages I, a UFV Campos Novos e a UFV São José do Cedro. Ainda em 2023, a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centesel
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Empresa deu início à construção de outras três novas plantas deste tipo, nas cidades de Capivari de Baixo, Videira e de uma nova unidade em Lages.

Entre as iniciativas na área de novos negócios, a Celesc tomou posição como comercializadora varejista no setor elétrico conforme direcionamento estratégico do seu Plano Diretor e acompanhou, com a atenção necessária, as discussões sobre a modernização do setor, em especial a liberalização do mercado livre de energia, e o movimento de migração dos consumidores para esse mercado promovido pela Portaria nº 50/2022, que amplia essa possibilidade de escolha do fornecedor de energia para todos os consumidores atendidos em média e alta tensão (Grupo A). Com isso, a empresa reforça o compromisso de oferecer soluções em energia para seus clientes e a busca pela geração de valor de seu negócio para todos os públicos de relacionamento.

Em mais um movimento nessa direção, a Celesc G assinou um acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado para troca de experiências na gestão da energia consumida pelos órgãos do Poder Executivo, buscando a eficiência e racionalização do uso dos recursos, a redução das despesas do Estado com energia elétrica, o consumo de energia a partir de fontes limpas e renováveis e a possibilidade de desenvolvimento de novos negócios, visando tanto a atuação no mercado livre de energia, quanto a implantação de fazendas solares.

Também no ambiente de comercialização de energia, a Celesc G concluiu o processo de certificação das suas sete Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) junto ao Sistema I-REC (International Renewable Energy Certificate). A certificação habilita as usinas a emitirem Certificados de Energia Renovável com a chancela I-REC títulos que comprovam a origem e a produção de energia limpa e renovável por um período de cinco anos, de janeiro de 2023 até dezembro de 2027.

Além disso, o enfrentamento de grandes intempéries naturais também fez parte da jornada da Celesc G no último ano. Em virtude das fortes chuvas que atingiram Santa Catarina por um longo período de tempo, a Empresa trabalhou junto ao Governo do Estado, Defesa Civil Estadual, Polícia Federal e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), prestando apoio técnico na manutenção emergencial nos sistemas de acionamento de comportas e válvulas das barragens de contenção de cheias, no sentido de mitigar danos provocados pelas enchentes. Naquele momento, o apoio da Celesc Geração na manutenção das barragens Sul, Oeste e Norte foi essencial, mostrando como a experiência da Companhia faz diferença para a sociedade catarinense.

Os resultados alcançados com o empenho e trabalho de toda a Celesc, a partir de diretrizes claras e com foco na missão de oferecer soluções em energia com excelência, garantindo o desenvolvimento sustentável do seu negócio, mesmo em um contexto desafiador como o enfrentado ao longo de 2023, comprovam que a Empresa está no caminho certo. A partir da melhoria contínua dos seus serviços, no fomento da economia de Santa Catarina, priorizando seus valores de segurança, ética, eficiência, inovação e responsabilidade com a sociedade, com os empregados, com o meio ambiente e com os acionistas, a Companhia segue atuando guiada pela visão de ser eficiente e reconhecida por seu nível de qualidade e geração de valor.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração – CA e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos websites da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da B3, sendo ainda publicado de forma reduzida em mídia impressa e de forma completa na página da internet, em jornal de grande circulação, no município onde está localizada a sede da Companhia, de acordo com a legislação brasileira.

1. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (Companhia) é uma empresa do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e Celesc Distribuição S.A. – Celesc D.

Além disso, a Celesc detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE e Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias. As demais ações ordinárias estão assim distribuídas em 31 de dezembro de 2023: Energias do Brasil S.A. – EDP 33,11%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS 8,63%, Geração L Par Fundos de Investimentos 2,97%, Eletrobras 0,03% e outros investidores 5,09%.

Do total da Companhia, o Governo do Estado detém 20,20%, Energias do Brasil S.A. – EDP 29,90%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS 4,07%, Geração L Par Fundos de Investimentos 8,66%, Eletrobras 10,75%, Alaska Poland FIA 9,16% e outros investidores 17,25%.

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Dezembro/2023

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,97% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,50% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,45% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,66% T	10,75% T	9,16% T	17,25% T



O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

FREE FLOAT
75%

Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	11,0% O 10,9% P 10,9% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
		26,0% Cia Energética Rio das Flores			100,0% ETSE
		32,5% Rondirinha Energética			
		40,0% Xavantina Energética			
		49,0% Garça Branca			
		10,0% EDP Transmissão Aliança SC			

1.1. Prêmios, Certificações e Reconhecimentos

1.1.1. Prêmio ANEEL

Em 2023, a Celesc D manteve o reconhecimento do setor elétrico e dos consumidores, recebendo o Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor em 2022, como a segunda melhor distribuidora da região Sul e como quarta colocada em nível nacional, dentre as empresas que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras. A premiação resulta de pesquisa de opinião realizada anualmente pela agência reguladora e afere o índice de satisfação do consumidor residencial em relação aos serviços prestados, avaliando a qualidade do fornecimento de energia, o atendimento e a confiança nas concessionárias.

1.1.2 Prêmio ABRADEE

No maior prêmio do Setor de Distribuição de Energia, a Celesc D foi a melhor distribuidora do Sul do País. Além de ser a vencedora da região Sul, a Companhia também foi reconhecida com o terceiro lugar nacional nas categorias “Avaliação do Cliente” e “Evolução do Desempenho”.

A premiação de “Melhor Distribuidora da Região do Sul” considera o desempenho global da Companhia em cinco critérios: satisfação do cliente, gestão operacional, gestão econômico-financeira, qualidade da gestão e responsabilidade social.

Na categoria “Avaliação do Cliente”, é considerado o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), que mede atributos relacionados ao fornecimento de energia, à informação e à comunicação, à conta de luz, ao atendimento ao consumidor e à imagem da Companhia.

Já na categoria “Evolução do Desempenho”, o resultado considera a pontuação das empresas e seu crescimento no comparativo com a média ponderada das últimas três edições.

1.1.3. Prêmio CIER

A Celesc D ficou em segundo lugar no prêmio internacional da Comissão de Integração Energética Regional – CIER, na categoria de empresas com mais de 500 mil consumidores. Concorreram ao prêmio 33 distribuidoras de 11 países. A iniciativa visa reconhecer a qualidade do trabalho prestado por empresas latino-americanas do ramo de distribuição de energia.

A premiação é feita com base na Pesquisa Regional CIER de Satisfação de Clientes de Energia Elétrica Residencial, correspondente ao ano de 2023, e na pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, para associados do Comitê Brasileiro da CIER – BRACIER.

1.1.4. Prêmio ABRACONEE

A Celesc G foi premiada pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – ABRACONEE, pela melhor divulgação de informações contábeis do setor de energia. A Empresa ficou em primeiro lugar entre 59 concorrentes na categoria médio porte.

São avaliados 28 indicadores de desempenho divididos em cinco dimensões: abrangência das demonstrações contábeis e informações gerais, informações das atividades operacionais, informações sobre investimentos na operação, informações sobre riscos e estrutura de capital e informações sobre aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG).

1.1.5. Rodeio de Eletricistas

Em novembro, a Celesc D conquistou o 2º lugar geral na oitava edição do Rodeio Nacional de Eletricistas – Inovações e Melhores Práticas, realizada em Vitória/ES. Ao todo, nossas equipes conquistaram 30 medalhas. Eletricistas de todo o Brasil participam da competição, que faz parte da programação do Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica – SENDI, o mais importante evento do gênero no país.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrals Elétricas de Santa Catarina S.A.



Durante a competição, foram avaliadas cinco tarefas: substituição de medidor, desenergização de circuito, substituição das chaves fusíveis, energização de circuito e escalada em poste circular utilizando degraus portáteis de fibra, além da avaliação de melhores práticas apresentadas pelos integrantes de cada equipe.

1.1.6. Certificação ISO

Em julho de 2023, a Celesc D alcançou a recertificação ISO 9001 referente à coleta de dados e apuração dos seus indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica e de tensão em regime permanente. O sistema que apura esses dados, conhecido por Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, foi auditado no período de 27 a 30 de junho pelo Organismo Nacional de Certificação – ONC.

Em novembro, a equipe da Ouvidoria da Celesc alcançou a Certificação ISO 9001:2015, que leva em conta a estrutura de atendimento ao cliente e o tratamento das reclamações. A conquista faz parte do maior desafio do triênio da área: posicionar a Celesc D entre os melhores no Prêmio ANEEL de Ouvidoria.

Já em dezembro, a Empresa foi auditada pelo órgão certificador QMS Brasil e recebeu a recomendação para manutenção das Certificações NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 10002. A manutenção dessas certificações evidencia que os serviços de atendimento estão de acordo com a legislação vigente e possuem eficácia comprovada.

Os três processos estão diretamente ligados às exigências da ANEEL quanto à qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras aos seus consumidores finais. Os índices de qualidade são mensalmente monitorados pela Agência Reguladora, que determina metas a serem cumpridas.

1.1.7. Great Place to Work

Pelo segundo ano consecutivo, a Celesc conquistou a certificação Great Place to Work – GPTW (Melhores Empresas para Trabalhar) – um selo com reconhecimento global, que aumenta a visibilidade e fortalece a marca da Companhia no mercado, além de promover maior atração de talentos. O certificado é um dos mais importantes do mundo no que se refere à gestão de pessoas nas empresas.

Entre os requisitos avaliados, estão questões como benefícios, autonomia, clima organizacional, remuneração, transparência na gestão, respeito e orgulho de fazer parte da organização. A análise inicial mostrou dois temas de maior destaque positivo: o respeito, relacionado à segurança, clima e recursos para realizar o trabalho; e o orgulho, referente à satisfação pelo trabalho desempenhado, bem como à atuação da Empresa no mercado e na comunidade.

1.1.8. ABS Quality Evaluations

Em julho de 2023, a Celesc G teve seu Sistema de Gestão Integrado – SGI, implementado na Usina Garcia e no Centro de Operação da Geração – COG, certificado pela líder mundial em auditorias ABS Quality Evaluations.

O SGI foi desenvolvido pela Celesc G para integrar os sistemas internacionais de Gestão da Qualidade – ISO 9001, Gestão Ambiental – ISO 14001 e Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho – ISO 45001. Sua certificação demonstra o desempenho e o profissionalismo da organização, a busca pelo equilíbrio entre meio ambiente, sociedade e economia e a defesa de um local de trabalho seguro e saudável.

1.1.9. Empresa “Amiga do Bolshoi”

Em setembro de 2023, a Celesc D foi homenageada pela Escola do Teatro Bolshoi no Brasil por todo o apoio e patrocínio à instituição. A ação ocorreu durante o espetáculo Especial Gala Amigos do Bolshoi, no Teatro Juarez Machado, que concede honrarias a todas as pessoas físicas e jurídicas que contribuem com a manutenção do projeto.

A Celesc D patrocina a instituição desde 2021, através da Lei de Incentivo à Cultura, do Governo Federal. Na chamada pública referente ao ano de 2023, o Bolshoi recebeu pouco mais de R\$227 mil.

1.2. Destaques do Ano

1.2.1. Celesc Rural

Em 2023, foram entregues 228 quilômetros de rede de energia trifásica, somados aos 123 quilômetros em execução, totalizam 351 quilômetros e um investimento de R\$42,3 milhões, atendendo a uma antiga demanda do agronegócio catarinense.

1.2.2. Celesc abre as portas da Usina Maruim para visitação do público

Em março de 2023, a Celesc G abriu as portas da Usina Maruim, no município de São José, para receber a comunidade. O público que esteve no Portas Abertas pôde prestigiar estandes de artesanato, visitação guiada à usina, exibição de projetos estratégicos da Celesc, como o dos Eletropostos – voltado para veículos elétricos-, contação de histórias, pintura facial e apresentações artísticas. Para a maior comodidade da população, houve transporte gratuito disponibilizado pelo município.

Ela foi inaugurada em 1910 e sua desativação ocorreu em 14 de dezembro de 1972. Em 2005, o prédio foi tombado como Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do município. Este foi o último evento antes do início das obras de reativação da usina.

1.2.3. Inauguração do Centro de Operações Integradas – COI

Em dezembro, a Celesc inaugurou o novo Centro de Operações Integradas – COI, com o intuito de acomodar no mesmo espaço diversas áreas da Empresa que têm atividades operacionais e de monitoramento em comum ou complementares em seu cotidiano. A ideia é otimizar recursos, aumentar a eficiência e melhorar as condições de trabalho dos operadores, que serão centralizados em uma estrutura na Administração Central.

A mudança engloba os Centros de Operação do Sistema de Distribuição – COSD, responsável pela operação em tempo real do sistema elétrico de alta, média e baixa tensão; da Geração – COG; de Tecnologia da Informação e de Telecomunicações; da Medição – COM; e o Centro de Monitoramento da Infraestrutura-

CMI, que prioriza a segurança das edificações da Companhia, além da equipe da Divisão de Automação e Proteção do Sistema Elétrico – DVAS.

1.2.4. Certificação internacional de energia renovável

No ano de 2023, a Celesc G concluiu o processo de certificação das suas sete Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) junto ao Sistema I-REC (International Renewable Energy Certificate). A certificação habilita as usinas a emitirem Certificados de Energia Renovável com a chancela I-REC – títulos que comprovam a origem e a produção de energia limpa e renovável – por um período de cinco anos, de janeiro de 2023 até dezembro de 2027.

Com a certificação das usinas, a Celesc reforça seu compromisso em promover a transição energética, impulsionando o desenvolvimento sustentável no estado de Santa Catarina. A expectativa é que os certificados tragam ganhos financeiros para a Companhia nos próximos anos, impulsionando suas metas de crescimento de receitas extra distribuição. Além disso, eles também podem servir como meio para compensação das suas próprias emissões de carbono de escopo 2, contribuindo com os compromissos da agenda ESG da Celesc.

1.3. Inovação

A Companhia possui uma estrutura organizacional para tratar de inovação, com profissionais dedicados em tempo integral, sendo responsável, dentre outras atividades, por implementar as ideias Plataforma de Inovação da Celesc – PRICE.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Em 2023, visando ampliar a disseminação da cultura da inovação, foram criadas 16 Comissões de Inovação, uma em cada agência regional, vinculadas ao Comitê Gestor da Inovação – CGI, fomentando dessa maneira a inovação em todas as áreas da Celesc pelo Estado de Santa Catarina.

Pela primeira vez na Celesc e visando um melhor acompanhamento e assertividade, bem como para continuar a fomentar a prática e o entendimento da inovação, foram incluídos indicadores de inovação nos Acordos de Desempenho de 2023. Os indicadores contemplaram um curso de inovação para todos os empregados, mostrando como a área de inovação está estruturada na Celesc, além de diálogos de inovação que ocorreram por toda a empresa e que contribuíram para a disseminação da cultura de inovação na Companhia. Também, na revisão do planejamento estratégico foi incluído o valor inovação.

Em maio de 2023, foi realizado o evento de reconhecimento do [Inovações, programa](#) que visa divulgar e reconhecer iniciativas realizadas que impactaram positivamente a Empresa. Na ocasião foram entregues troféus para as diretorias, agências regionais e aos empregados que se destacaram. Ao todo, foram cadastradas 105 ações que representaram melhorias efetivas no dia a dia das mais diversas funções e serviços prestados pela Empresa.

Buscando a integração com o ecossistema de inovação, a Celesc participou ativamente em 2023 de diversos eventos.

A Celesc participou da 11ª edição do [Energy Show em 2023](#), promovido pelo LinkLab, programa de inovação aberta da Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE, evento focado em tecnologia e que reúne os principais atores do setor elétrico brasileiro, incluindo companhias de geração, transmissão e distribuição, representantes do setor público, órgãos reguladores e empresas da área tecnológica.

A Celesc também marcou presença no [Startup Summit 2023](#), evento voltado ao empreendedorismo e inovação, que reuniu dez mil pessoas em Florianópolis. O encontro proporcionou à Companhia a oportunidade de mostrar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e tecnológico.

A companhia participou, ainda em 2023, de uma [Comitiva Catarinense de Inovação](#) e empreendedorismo para Israel, sendo que a viagem contou com a visita a 14 instituições entre empresas, centros de pesquisa, universidades, incubadoras de startups e ventures capital. O roteiro foi essencial para entendimento e aplicação de uma cultura de inovação e para se obter insights sobre novos desenvolvimentos e estabelecimentos de ferramentas de inovação na Celesc.

Em novembro de 2023, a Celesc D marcou presença de maneira notória no maior evento de distribuição de energia da América Latina o [SENDEI](#), o evento favoreceu a discussão de inovações, o compartilhamento de cases e práticas relacionadas ao setor elétrico. A Celesc D contou com um estande no evento, expondo projetos de eficiência energética, o conhecido carro elétrico e também o estúdio de realidade virtual, tudo isso fortalecendo o contato com 3.500 participantes.

Ainda em 2023, foi realizada a [2ª Edição da Semana da Inovação da Celesc](#), na qual aconteceu o reconhecimento [dos resultados do desafio "Como posso inovar?"](#), com a entrega de troféus aos destaques de cada categoria. O desafio contou com um total 1.069 ideias enviadas pelos empregados, sendo 735 das Agências Regionais e 334 da Administração Central.

2. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA – ASG

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, de todos os processos e serviços prestados à sociedade.

2.1. Governança Corporativa

A Celesc aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3 em 26 de junho de 2002.

O segmento de listagem Nível 2 é similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é

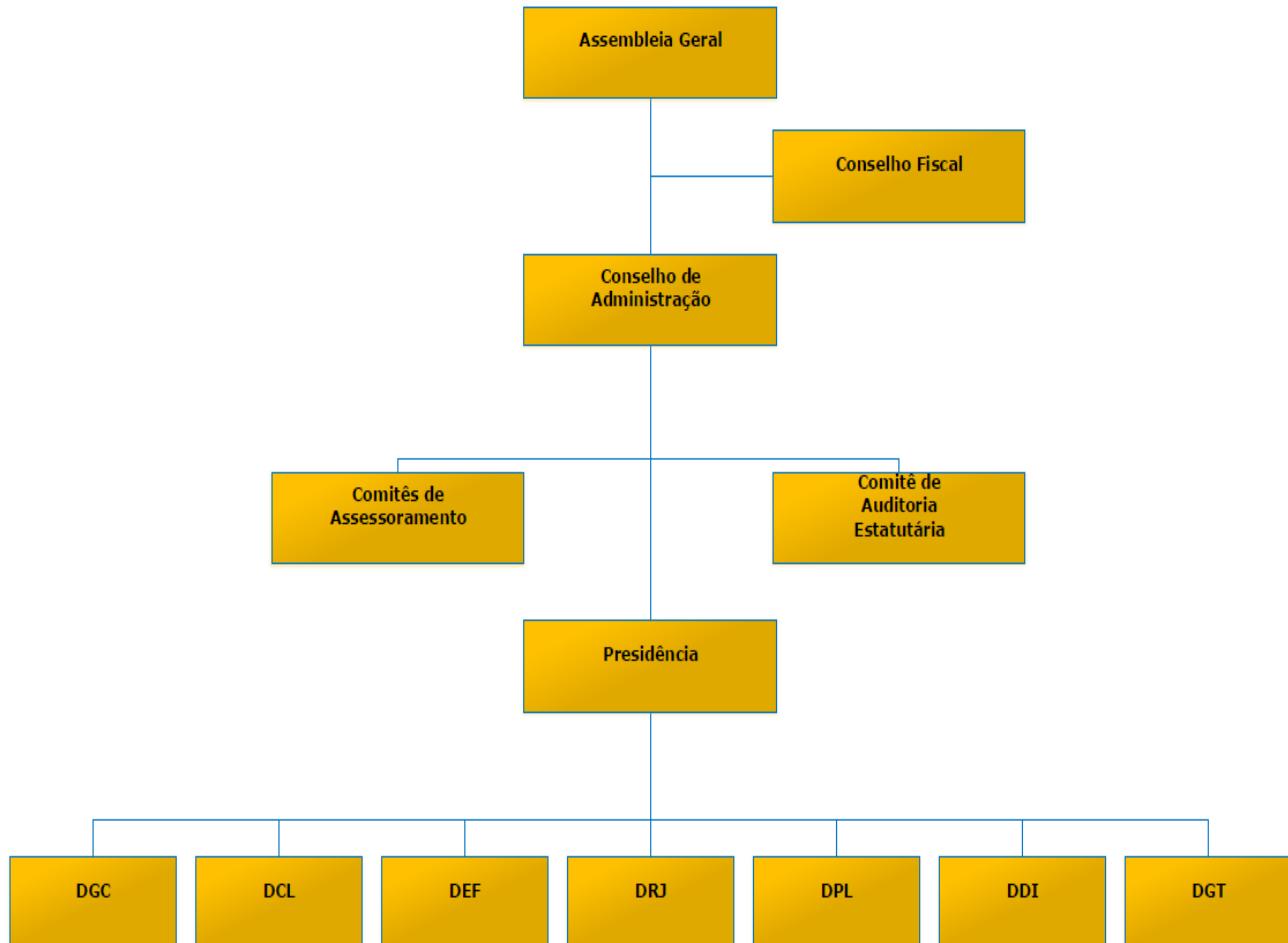
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrals Elétricas de Santa Catarina S.A.



assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito de *tag along* de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador. As ações preferenciais ainda dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

2.1.1. Estrutura de Governança



• Assembleia Geral dos Acionistas

Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, em vigor. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

• Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais oito são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo seis representantes do acionista majoritário, três representantes dos acionistas minoritários, um representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados.



A seguir, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2023:

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário	Glauco José Corte* (Presidente)
Representante Acionista Majoritário	Marco Aurélio Quadros* (Vice-presidente)
Representante Acionista Majoritário	César Souza Júnior*
Representante Acionista Majoritário	Sílvia Regina da Silva Marafon
Representante Acionista Majoritário	Romeu Donizete Rufino*
Representante Acionista Majoritário	Ivécio Pedro Felisbino Filho
Representante Acionistas Minoritários	Fábio William Loretí*
Representante Acionistas Minoritários	Sérgio Tadeu Nabas*
Representante Acionistas Minoritários	Marcelo de Oliveira Figueiredo *
Representante Acionistas Preferencialistas	José Valério Medeiros Júnior*
Representante dos Empregados	Paulo Guilherme de Simas Horn

* Conselheiros Independentes.

- Comitê de Auditoria Estatutário – CAE**

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por cinco membros, sendo três representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e um representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

A seguir, a formação do CAE em 31 de dezembro de 2023:

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante Acionista Majoritário	Glauco José Côrte (Coordenador)
Representante Acionista Majoritário	Fábio Fick
Representante Acionista Majoritário	Fábio Santos Debortoli
Representante Acionistas Minoritários	Cleber dos Santos Lima
Representante Acionistas Preferencialistas	Manoel José da Cunha Júnior

- Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes. É formado por cinco membros, sendo três representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e um representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2023:

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário	Alcides Alves de Andrade Neto (Presidente) Suplente: Anderson Miguel Chaves de Cordeiro
Representante do Acionista Majoritário	Fábio Wagner Pinto Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Natan Marcondes Monteiro Osório Suplente: Estêner Soratto da Silva Júnior
Representante dos Acionistas Minoritários	Oswaldo Noce Dalla Torre
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Thiago Costa Jacinto Suplente: Ângela Gonçalves da Silva

- Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por oito diretorias, sendo os Diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2023, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria de Assuntos Regulatórios e Jurídicos, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios e Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Tarcísio Estefano Rosa
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Julio Cesar Pungan
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Elói Hoffelder
Diretor de Distribuição	Claudio Varella do Nascimento
Diretor Comercial	Vitor Lopes Guimarães
Diretor Assuntos Regulatórios e Jurídicos	Pedro Augusto Shmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Gestão Corporativa	Pilar Sabino da Silva
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance	Lino Henrique Pedroni Júnior

- **Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração**

A Companhia possui Comitês de Assessoramento que debatem os assuntos a eles relacionados e assessoram o Conselho de Administração, fazendo o reporte e auxiliando na tomada de decisão.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui ainda o Comitê de Elegibilidade; Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade; Comitê de Finanças e Comercialização; Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Ética.

2.1.2. Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2025-2035. O Plano Diretor foi reestruturado em 2019 (com base no então denominado Celesc 2030) a partir de exaustivos estudos de cenários, das ambições dos *stakeholders* e das diretrizes legais vinculadas à gestão estratégica, com o objetivo de indicar o caminho a ser seguido pela Companhia para a sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. De lá para cá, o Plano passou por quatro revisões anuais, considerando a visão dos envolvidos, assim como aspectos do ambiente interno e externo.

O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento, Objetivos Estratégicos e as macro-metas até 2028 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5 anos, que também contempla o detalhamento de Iniciativas Estratégicas em Projetos.

A Identidade Corporativa, no último processo de revisão, foi mantida em relação ao propósito, missão e visão, dada sua relevância e aderência para todos. Com relação aos valores, foi incluída a inovação na busca de soluções para enfrentar desafios decorrentes de mudanças no setor e na personalização dos serviços para os clientes.

O mapa estratégico 2024-2028, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi também revisitado, conforme demonstrado a seguir:

Perspectiva de criação de valor

Remunerar investimentos acima do custo de capital, garantindo uma estrutura financeira sustentável
EVA | Passivo atuarial

Atingir gestão eficaz dos custos operacionais
PMSO

Crescer com expansão de investimentos, modernização da rede e receitas extra D
Crescimento da BRR | Modernização da rede | Crescimento das receitas extra D

Perspectiva de clientes

Ser protagonista no mercado livre de energia
Captação do mercado livre

Estabelecer um relacionamento de excelência com os clientes
Índice de satisfação

Fornecer energia com efetividade e confiabilidade
DGC¹⁾ de conjuntos

Perspectiva de processos internos

Avançar em uma gestão ativa de riscos e de perdas
Perdas não técnicas | Fluxo de provisões e indenizações

Assegurar práticas de ASG e de gestão da qualidade
Premiações de ASG, GO e QG²⁾

Otimizar a gestão de obras e estoque

Perspectiva organização e pessoas

Desenvolver competências necessárias dos empregados e suas condições de trabalho
Métricas de RH³⁾

Promover ambiente de inovação
Premiação de inovação

Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, são direcionadas as Iniciativas Estratégicas para os próximos 5 anos, conforme relacionadas: (i) Operador Meticuloso (ii) Adaptação Estratégica; (iii) Crescimento Sustentável; (iv) Inovação de dentro para fora.

A partir das iniciativas estratégicas vigentes em 2023, no Plano Diretor da Companhia, foram conduzidos 25 projetos no decorrer do ano, relacionados a recuperação de receitas e gestão de provisões, gestão de investimentos, inovação, automação e transformação digital, investimento seletivo em novos negócios, gestão por processos e metas, equilíbrio atuarial e adaptação estratégica.

Dentre as realizações dos projetos estratégicos no período, destacam-se a contratação de equipes exclusivas no combate às perdas não técnicas e de peritos; centralização dos cálculos de irregularidades; criação da estrutura interna de gestão da base de remuneração regulatória; comitê de acompanhamento de obras; eficiência do investimento e glossa; e criação de metodologia de priorização de investimentos; migração do Sistema Comercial em fase final; assinatura de contratos dos sistemas Workforce Management – WFM para minimizar custos operacionais, otimizar o atendimento aos clientes e auxiliar no dimensionamento das equipes e Advanced Distribution Management System – ADMS para ampliar a cibersegurança e proporcionar um restabelecimento mais eficiente dos serviços de distribuição e suporte na tomada de decisões estratégicas; reestruturação da área de saúde e segurança; aprovação de novo plano de saúde aos empregados; decisão de posicionamento da Celesc como comercializadora varejista; e assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Governo.

2.1.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha conforme o modelo das Três Linhas do Global Institute of Internal Auditors (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

- O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais).
- Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento à Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos da Celesc e suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G.
- Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.
- A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance – DPL, que tem entre suas atribuições coordenar as atividades de controles internos e gestão estratégica de riscos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc. Dentro da estrutura hierárquica dessa Diretoria, há o Departamento de Compliance e Riscos, que possui entre suas atribuições estabelecer metodologia do processo de Gestão Estratégica de Riscos e Controle Interno, coordenar sua implementação e execução, aplicando metodologias específicas usadas mundialmente. Entre as principais ações realizadas em 2023, destacam-se: a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos, a revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, além dos testes de efetividade desses controles internos. Todos esses trabalhos são devidamente reportados à Diretoria Executiva e ao CAE.

Os conceitos básicos dos riscos mapeados pela Companhia são:

CLASSE ESTRATÉGICO:

Categoria Governança:

- **Imagen**

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

Categoria Estratégia:

- **Inovação e Transformação Digital**

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos, como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

- **Modernização do Setor Elétrico**

Risco de não adequação tempestiva ao novo marco regulatório do setor elétrico podendo gerar impactos negativos relevantes no modelo de negócio da distribuidora, envolvendo receita, sustentabilidade econômico-financeira, operações e participação de mercado, além de perda de oportunidade de novos negócios proporcionados pelas mudanças do setor.

CLASSE FINANCEIRO:**Categoria Crédito:****• Inadimplência**

Risco de comprometimento do planejamento econômico-financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, de entrega e de cobrança em relação aos clientes.

Categoria Liquidez:**• Capital de Terceiros**

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros ou câmbio.

• Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

• Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de premissa ou hipótese atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

CLASSE OPERACIONAL:**Categoria Gestão:****• Investimentos**

Risco de perdas financeiras e operacionais, devido a fragilidades em requisitos, análises e mapeamentos dos investimentos e da eficiência na execução dos projetos.

Categoria Pessoal:**• Saúde e Segurança**

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

• Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos empregados ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo, tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

Categoria Processo:**• Resguardo de Ativos**

Risco de comprometimento da(s) operação(ões) da empresa decorrentes da falta de mecanismos de proteção contra invasões em subestações, usinas e almoxarifado central.

• Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido à contratação fora dos limites regulatórios.

• Perdas

Risco de redução de receita em virtude da ultrapassagem das perdas técnicas e/ou não técnicas acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

Categoria Informação e Tecnologia:

- **Cibernético e Infraestrutura de TI**

Risco de perdas ou danos decorrentes de indisponibilidade ou acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à interrupção de sistemas críticos e/ou falhas na segurança da informação.

CLASSE CONFORMIDADE:

Categoria Regulatório/Legal:

- **Socioambiental**

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais, expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

- **Revisão Tarifária**

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da empresa, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as Receitas Irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

- **Extinção da Concessão de Distribuição**

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora e nos regulamentos da ANEEL, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

- **Regulação do Setor Elétrico**

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da desconformidade regulatória nas operações da empresa, perda de valor em virtude de alterações na legislação que estejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

- **Fraude**

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

- **Ações Judiciais**

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

- **Privacidade**

Risco de ocorrência de penalidades por descumprimento de preceitos legais relativos à segurança e privacidade de dados de clientes, empregados, fornecedores e demais agentes que se relacionem com a companhia, devido a fragilidades em políticas e/ou processos, sejam administrativos ou tecnológicos, que visem a proteção de dados armazenados pela companhia.

2.1.4. Compliance

A Celesc conta com uma estrutura de governança baseada nas melhores práticas para realizar a coordenação, gestão e tomada de decisão quanto aos temas de Compliance. O Departamento de Compliance e Riscos é a instância responsável por coordenar o Programa de Compliance da Companhia.

- **Programa de Compliance da Celesc**

A Celesc, alinhada às melhores práticas, instituiu seu Programa de Compliance em junho de 2018. O Programa consiste em um conjunto de instrumentos e procedimentos voltados para garantir a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



conduta ética no ambiente da Celesc, tendo como guia o rol de legislações aplicáveis e o conjunto de regras internas sobre conduta ética. O Programa visa atuar na prevenção, detecção, resposta e correção de possíveis atos de fraude, corrupção e desvios de conduta ética.

O programa de Compliance da Celesc é estruturado nos seguintes pilares:

- **Tom da liderança:** é o patrocínio das iniciativas de Compliance pela alta administração e a liderança pelo exemplo. Na Celesc, a Direção Executiva compartilha do objetivo por uma gestão sustentada em valores e princípios éticos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir todos os pilares do Programa.
- **Diretrizes:** conjunto de legislações aplicáveis que se somam às regras internas sobre conduta ética.
- **Comunicação e Treinamento:** educação sobre as regras de conduta por meio de treinamentos e da divulgação nos canais internos e externos.
- **Monitoramento:** gestão dos riscos de integridade identificados na Celesc; realização de análise de integridade de agentes econômicos e parceiros; e disponibilização de Canal de Denúncias para monitorar desvios de conduta ética.
- **Investigação:** estabelecimento de procedimentos para apuração de responsabilidade de empregados por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- **Medida corretiva:** gestão de consequência e avaliação do Programa de Compliance, proporcionando melhorias contínuas.

Pilares do Programa de Compliance





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrals Elétricas de Santa Catarina S.A.



Vale destacar que a Celesc adota o modelo de Três Linhas. Nele o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. As diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidades estabelecidas pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira.

- **Ações Desenvolvidas em 2023**

No que tange ao **Pilar Tom da Liderança**, o compromisso da Diretoria da Companhia em patrocinar as ações de Compliance, foi estabelecido formalmente em carta que informa sobre a implantação do Programa de Compliance da Celesc, fortalecendo assim o compromisso da Administração com a ética, as políticas de integridade, as práticas anticorrupção e a governança. Na referida carta, a Diretoria se compromete a cumprir e fazer cumprir todos os pilares do Programa de Compliance que formam um sistema de integridade, concatenada com a missão inarredável de patrocinar as ações e práticas de Compliance.

Em evento ocorrido em agosto de 2023, esse compromisso foi renovado por meio da assinatura de carta pública pela Diretoria da Companhia, no lançamento da 4^a Revisão do Código de Conduta Ética da Celesc, contando, ainda, com a participação dos Conselheiros e empregados, reforçando o compromisso da alta liderança com práticas anticorrupção, ética, governança e políticas de integridade.

No **Pilar Diretrizes**, desde a sua primeira edição, publicada em 2006, o Código de Conduta Ética orienta as ações adotadas pelos empregados e profissionais que exercem atividades em nome da Celesc e de suas subsidiárias. O Código é revisado a cada três anos com o objetivo de manter atualizado o compromisso da Companhia com a ética e integridade. Nesta edição, a Celesc aprimorou conceitos e reafirmou seus princípios fundamentais para conduta ética, como: respeito às leis, isenção político-partidária, confidencialidade, compromisso com a transparência, integridade e respeito à diversidade. Além disso, o documento traz novas seções dedicadas a temas como conflito de interesses, nepotismo, saúde e segurança, registros contábeis e financeiros e tratamento das informações e proteção de dados pessoais.

No Pilar de **Comunicação e Treinamento**, a Administração e os empregados receberam comunicados, ao longo do ano de 2023, sobre os seguintes temas: importância de agir de acordo com leis, políticas e normativas; assédio moral e sexual; ética no relacionamento com fornecedores; Canal de Denúncias; exemplos de liderança ética. Cabe destaque para a comunicação divulgada no dia 9 de dezembro, Dia Internacional contra a Corrupção, à base de fornecedores da Celesc e para as diretrizes da Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

Ainda, nesse Pilar, no que tange ao treinamento, em 2023 foi disponibilizado o Curso de Introdução ao Código de Conduta Ética da Celesc - 4^a Revisão - para todos os empregados e membros da Administração, com o objetivo de que compreendam as mudanças realizadas na atualização do documento, fomentando uma cultura íntegra na Companhia, além de promover a atitude ética na Celesc.

Dando sequência, no **Pilar Monitoramento**, além da gestão de riscos de integridade, o Programa de Compliance estabelece a realização de análise de Integridade de agentes econômicos que atuam na cadeia de suprimentos da Companhia (*Due Diligence*). O Programa também auxilia o Comitê de Eleigibilidade na realização de *background check* de postulantes a cargos na Administração do Grupo.

No **Pilar Investigação**, a área que coordena o Programa de Compliance conta com uma cadeira permanente no Comitê de Ética da Celesc, atuando como suporte conforme definido no regimento interno deste órgão colegiado.

Por fim, no **Pilar Medidas Corretivas**, o Programa é constantemente submetido a avaliações independentes conforme objetivos traçados no Plano Diretor da Companhia, possibilitando a melhoria contínua dos processos.

2.1.5. Programas, Políticas e Código de Conduta Ética

Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações – Tem como finalidade estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações, assim como a política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Política de Distribuição de Dividendos – Estabelece as práticas de destinação do lucro líquido da Companhia e suas Subsidiárias integrais, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos – Aponta quais diretrizes devem ser observadas para a execução da gestão de riscos e controles internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva.

Política de Relacionamento com Fornecedores – Tem por objetivo repassar aos parceiros comerciais as regras de conduta adotadas pela Celesc, recomendando que seus fornecedores estendam esses critérios para as empresas por eles contratadas, buscando assim a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Política de Relacionamento Comercial – Na relação com seus clientes e consumidores, a Celesc se compromete a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa e atender as diretrizes estabelecidas em seu Código de Conduta Ética.

Programa de Compliance – Criado especialmente para garantir que todos os atos e decisões sejam tomados de forma ética e segura. Busca ser instrumento de apoio na gestão e auxílio na tomada de decisões com maior segurança, visando afastar conflitos de interesses e ameaças à integridade da Empresa.

Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Tem como objetivo estabelecer diretrizes claras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a fim de garantir que as demonstrações contábeis da empresa reflitam adequadamente suas obrigações presentes e contingências, considerando sua natureza, oportunidade e valor.

Política de Segurança e Saúde do Trabalho – Sua elaboração está fundamentada no compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de Segurança às estratégias empresariais.

Política de Responsabilidade Socioambiental – Preza pela melhoria contínua de nossas atividades empresariais, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Política de Comunicação Celesc – Descreve as premissas a serem praticadas por todas as diretorias, assistências, gerências e profissionais das áreas de comunicação. Descreve os objetivos, valores, diretrizes, públicos e processos da comunicação.

Política Anticorrupção – Tem o objetivo de registrar e comunicar a todos envolvidos direta ou indiretamente com a Celesc que a Empresa atua de maneira legal, ética, transparente e profissional, além de se constituir em ferramenta de prevenção e orientação.

Outras políticas – Porta-vozes; Transações com Partes Relacionadas e Indicação de Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Celesc.

2.2. Dimensão Ambiental

A Companhia, no que diz respeito à conformidade ambiental de seus empreendimentos, submete aos ritos para obtenção e para manutenção (renovação) de licenças ambientais pertinentes, todas as



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



subestações (em qualquer tensão) e as linhas de distribuição com tensão igual ou superior de 69 kV, em estreita consonância com o atendimento à legislação ambiental vigente no Estado de Santa Catarina.

Para cada novo empreendimento, na fase de planejamento, são adotadas premissas básicas para a definição dos traçados e locação das estruturas, evitando a travessia de fragmentos florestais de vegetação nativa, a interceptação de Unidades de Conservação e de áreas protegidas: Territórios Quilombolas e Terras Indígenas. Definidos os traçados e a localização das subestações, são então elaborados os estudos ambientais, compreendendo o diagnóstico (do meio físico, biótico e social) da região de inserção dos empreendimentos, bem como, a identificação e a avaliação dos impactos que poderão ser gerados nas fases de projeto, construção e de operação destes, somados à elaboração e implementação dos respectivos planos e/ou programas de mitigação e/ou compensação dos impactos negativos.

Em 2023, todas as obras dos empreendimentos tiveram seus planos e/ou programas ambientais implementados e fiscalizados *in loco* por uma equipe de supervisão ambiental contratada, com o objetivo de garantir o cumprimento das premissas e indicadores dos planos/programas e eventuais condicionantes ambientais estabelecidas no processo de licenciamento.

2.2.1. Ações Ambientais

- **Distribuição**

a) Plano de Consumo Consciente – PCC

De forma a demonstrar o compromisso com o meio ambiente e o engajamento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, a Celesc implementou em 2023, as ações previstas no Plano de Consumo Consciente – PCC.

Estruturado em três programas específicos: Programa de Consumo Sustentável de Água, Programa de Uso Sustentável de Recursos Naturais e Programa de Valorização de Resíduos Administrativos, o PCC estabeleceu metas de redução de consumo de água, materiais (copos descartáveis e impressões), e de gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando um cronograma de atividades e ações necessárias para o alcance dessas metas. Como forma de mobilizar os empregados, foram realizadas reuniões com todos os gerentes e responsáveis pela gestão do consumo de materiais das Agências Regionais para a definição das metas de redução de consumo de água, copos descartáveis e impressões, bem como para a ampliação do gerenciamento de resíduos administrativos para 2024. De acordo ainda com o PCC, foi definida a meta de redução de rejeitos na Administração Central em 10% para o ano de 2024.

b) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2023, a Celesc D destinou 6561,40 toneladas de resíduos gerados nas áreas de almoxarifados, originados nos processos de operação e manutenção do sistema elétrico de potência. Deste total, 96%, compostos por sucatas de cabos metálicos, postes/cruzetas de concreto e de madeira, equipamentos elétricos, óleo mineral isolante, dentre outros, foram enviados para processo de reciclagem, via editais de alienação.

A Celesc D também realiza o gerenciamento dos resíduos gerados em virtude das atividades administrativas nas dependências do prédio da Administração Central e nas Agências Regionais de Videira e Lages. Em 2023, 68% do total de 49,93 toneladas de resíduos pesados foram enviados para reciclagem. Nesse montante, estão incluídos os resíduos orgânicos gerados na Administração Central (copas, restaurante e lanchonete), destinados para processo de compostagem, conforme preconizado pela legislação municipal de Florianópolis (Lei Municipal nº 10501/2019). De acordo com o Programa de Valorização de Resíduos Administrativos, previsto no PCC, está prevista para o ano de 2024, a ampliação do gerenciamento de resíduos administrativos para as demais Agências Regionais.

C) Inventário e Eliminação de Bifenila Policlorada (PCB)

A Celesc D concluiu o inventário e a destinação final adequada de resíduos PCB, considerando a categoria dos Equipamentos de Grande Porte (EGP) que constituem o seu parque de alta tensão.

No ano de 2023, foi dado prosseguimento à execução do inventário dos Equipamentos de Pequeno Porte (EPP). O inventário segue as diretrizes do Manual de Gestão de PCB para equipamentos elétricos a saber: transformadores de rede aérea, transformadores de rede subterrânea, disjuntores com extinção de arco em OMI; religadores; reguladores; outros equipamentos (TPs, TCs, chaves a óleo etc.). No último ano, houve evolução relevante principalmente para a subpopulação dos "transformadores de rede aérea"

Ainda em 2023, foram implementados os controles e o gerenciamento de resíduos de PCBs junto a todas as oficinas recuperadoras de transformadores aéreos que trabalham para a Celesc D. Desde então, todo equipamento recuperado é preenchido com óleo mineral novo e isento de PCB e passa por análise individual, para fins de comprovação da sua condição de "não contaminado" antes de retornar para a Celesc D e ficar disponível para retorno ao Sistema Elétrico de Potência – SEP. O óleo mineral drenado dos equipamentos usados é também analisado em lotes e recebe a destinação final ambientalmente adequada, conforme o resultado obtido na análise do teor de PCB, a saber: os não contaminados são encaminhados para rerrefino e os contaminados enviados para descontaminação por empresa licenciada especializada.

Foram realizadas 5.562 análises cromatográficas para determinação do teor de PCB e foi realizada a destinação final ambientalmente adequada, através do processo de descontaminação seguido pela reciclagem, de 171,79 toneladas de resíduos.

d) Mudanças Climáticas

Anualmente, a Companhia elabora o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, aplicando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. São mapeadas e quantificadas as fontes de emissões de carbono das atividades da Celesc e de suas subsidiárias Celesc D e Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades).

Os inventários da Celesc são completos, abrangendo os 3 escopos de emissões diretas e indiretas, além de serem verificados por Organismos de Verificação – OVV, acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, recebendo, dessa forma, o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. Todos os inventários de emissões da Celesc podem ser consultados no Registro Público de Emissões (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/>).

Como forma de engajamento e conscientização de fornecedores e de empregados próprios, acerca da temática de mudanças do clima, a Celesc aperfeiçoou a coleta de dados para subsidiar a quantificação das emissões indiretas do escopo 3 inserindo a cadeia de fornecimento: dados de transporte de equipamentos novos como postes, transformadores de distribuição e religadores (categoria *upstream*), prestação de serviços em cortes e novas ligações de energia elétrica (categoria *downstream*), e deslocamento casa-trabalho dos empregados (questionário voluntário divulgado entre os empregados).

O inventário de emissões relativo a 2023 encontra-se em elaboração.

Dentre as ações e projetos implementados pela Celesc D nos últimos anos que contribuem para a redução de emissões, merecem destaque: o Programa de Redução de Deslocamentos Improdutivos, que visa a otimização dos atendimentos a emergências, ajudando na redução de emissões escopo 1; a atuação da Comissão Interna para Conservação de Energia – CICE, que atua na conscientização dos empregados para a redução do consumo de energia, visando redução no escopo 2; o Projeto Araranguá, iniciado em 2021 e concluído em 2022, no qual 99% das unidades consumidoras do município foram equipadas com medidores inteligentes, além da substituição de 1.300 transformadores de distribuição, com um investimento total de cerca de R\$23,0 milhões. Esse projeto – piloto trouxe ganhos em diversas áreas da Celesc D, desde redução dos indicadores DEC/FEC, até reduções de emissões de GEE em todos os escopos e, por esse motivo, foi ampliado para abranger o município de Florianópolis, com uma cobertura de 267 mil unidades consumidoras e cerca de 6 mil transformadores de distribuição que inicia em 2024.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Cabe mencionar os projetos de eficiência energética, P&D e inovação, que visam a redução do consumo de energia pela sociedade e desenvolvimento de novas tecnologias na área do setor elétrico. Destacam-se os projetos de P&D iniciados no ano de 2023, em temas como Hidrogênio Verde, Redes 5G para SmartGrids, armazenamento de energia e a continuidade de projetos de eficiência energética para consumidores de baixo poder aquisitivo, iluminação pública, hospitais e universidades. Apesar de não apresentarem um resultado direto no inventário de emissões da Celesc, esses projetos representam o comprometimento da empresa com a redução de emissões, por meio de ofertas de baixo carbono para a sociedade.

Finalmente, a Celesc continua realizando o reporte anual no questionário de mudanças climáticas da plataforma do Carbon Disclosure Project – CDP, sendo mantido em 2023 o score C (pontuação crescente de D até A), que indica que a empresa está num patamar de conscientização. Esse resultado representa uma evolução no reporte, por meio de uma abordagem mais aprofundada, detalhada e articulada com documentos estratégicos, de planejamento e as práticas da Companhia, especialmente, nas ações de adaptação, visando aumentar a resiliência do sistema elétrico aos eventos climáticos adversos. Cabe ressaltar que, de acordo com os critérios do CDP, o avanço para os scores B e A, dependerá da implementação de ações nas categorias gestão de emissões diretas (redução/compensação no escopo 1, referente às contribuições geradas pelo uso de combustível fóssil pela frota), mapeamento de riscos e oportunidades climáticas e a inserção do tema mudanças climáticas na área de governança corporativa.

e) Gerenciamento de Riscos Ambientais

Alinhada à Política de Responsabilidade Socioambiental do Grupo, a Celesc D atua na prevenção e mitigação de impactos ambientais e, no ano de 2023, realizou seis atendimentos de emergência, relacionados a incidentes envolvendo vazamento de óleo mineral na área de abrangência do SEP, resultantes de abalroamentos, furtos e falhas. Em 100% dos casos, os atendimentos se deram de forma célere, propiciando a mitigação dos potenciais impactos negativos e a restauração dos locais atingidos às suas condições originais.

f) Proteção da biodiversidade

O Programa de Proteção de Aves na Rede – PPAR, da Celesc D, tem por objetivo harmonizar a distribuição de energia elétrica e a nidificação de pássaros, como o joão-de-barro (*Furnarius rufus*). O PPAR ocorre anualmente e consiste na retirada de ninhos inativos de joão-de-barro que estejam em situação de risco e na posterior instalação de dispositivos afastadores, os quais inibem a construção de ninhos nos pontos mais perigosos das redes de distribuição, evitando possíveis acidentes.

Atendendo aos requisitos da Autorização Ambiental (AuA 3296/2020), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC, as ações do programa são realizadas no período entre maio e agosto, ou seja, fora do período reprodutivo das aves. Isso diminui a possibilidade de interações com ovos, ninheiros, indivíduos jovens ou adultos de aves.

No ano de 2023, foram retirados 5.241 ninhos em situação de risco e instalados 13.296 afastadores nas redes de distribuição da Celesc D.

- **Geração**

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2023, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 113,57 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e de luz mista, sucatas ferrosas, sólidos contaminados, lodos de fossas sépticas e outros recicláveis (madeiras, papéis e plásticos).

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro, rerrefino e tratamento de efluentes. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar.

A Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação (UC) do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo instituída a equipe técnica de ambas as instituições que coordena e acompanha os processos necessários para efetivação da UC. Neste momento, a Celesc G está definindo o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

c) Outorgas de Uso de Água

Os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. A Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach e de reativação da Usina Maruim.

Ciente também da importância da sua participação na integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, a Celesc G participa e apoia as ações desenvolvidas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, vinculada à manutenção e melhoria da qualidade e quantidade de água de seus empreendimentos hidrelétricos.

d) Monitoramento Hidrológico

Para fins de atendimento à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 127, de 26 de julho de 2022, a empresa mantém em operação 23 estações telemétricas de monitoramento hidrológico, distribuídas em cinco regiões hidrográficas no Estado de Santa Catarina. Essas estações também fornecem suporte de redundância ao Centro de Operação da Geração, inclusive em situações de eventos hidrológicos críticos.

e) Monitoramento Ambiental

Em 2023, a Celesc G prosseguiu com a execução das condicionantes de licenciamento ambiental do parque gerador da empresa por meio do desenvolvimento de 120 programas ambientais, distribuídos em distintos temas, tais como destinação de efluentes líquidos e resíduos sólidos, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, levantamento e conservação da fauna terrestre, ictiofauna e macroinvertebrados aquáticos, macrófitas aquáticas, hidrossedimentológico, recuperação de áreas degradadas, manutenção das vazões ecológicas, educação ambiental e comunicação social. Esses programas abrangeram as 12 usinas de geração próprias em operação e a usina Maruim em São José, que se encontra em fase final de obra para comissionamento e entrada em operação no primeiro semestre de 2024.

f) Conservação da Flora

Em 2023, a empresa manteve as ações de conservação *ex situ* das espécies de reófitas endêmicas do rio Itajaí-Açu ameaçadas de extinção presentes na área da Usina Salto em Blumenau/SC. As espécies englobam a cutiá-de-espinho, pitanga-anã, arapabaca e a bromélia *Dyckia brevifolia Baker*. As ações envolvem a elaboração de um plano de manejo visando promover a conservação e recuperação populacional dessas espécies de plantas, incluindo também a construção de um viveiro de produção de mudas, manutenção de coleções *ex situ*, formação de populações mínimas viáveis, estudos de variabilidade genética e atividades de educação ambiental junto à comunidade.

g) Conservação da Fauna

Como forma de subsidiar a proteger as espécies da fauna ameaçadas de extinção registradas no entorno da Usina Celso Ramos, a empresa mantém um plano de ações prioritárias, de forma a garantir a



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



manutenção e conservação das espécies nesses ambientes. Entre as espécies protegidas, constam o pica-pau-de-cara-canela, leão-baio, gato-maracajá e a rã-de-vidro.

Para a ampliação da usina Salto Weissbach, localizada em Blumenau/SC, estão sendo desenvolvidos estudos sobre as plantas ameaçadas de extinção presentes no local. O foco é na espécie *Dyckia brevifolia* Baker uma bromélia reófita, ou seja, adaptada ao fluxo das corredeiras. Pela Resolução Consema nº 51/2014, essa espécie é considerada criticamente ameaçada de extinção. Algumas espécies estão sendo coletadas e plantadas no viveiro localizado na própria usina. As mudas serão replantadas após a ampliação da usina, bem como doadas à população local. Além disso, a Celesc G vem realizando estudo da variabilidade genética dessas bromélias, para poder entender melhor a sua distribuição geográfica.

Além dessa bromélia, também há no local algumas outras espécies contidas nas listas de espécies ameaçadas, como a *Raulinoa echinata* R.S.Cowan, uma arbustiva endêmica do rio Itajaí-açu; *Eugenia matussii* D. Legrand, um arbusto lenhoso com frutos apreciados pela fauna; e *Spigelia catarinensis* E.F.Guim. & Fontella, uma erva reófita, uma espécie que foi considerada extinta, visto que seu último registro havia ocorrido em 1884, sendo novamente registrada apenas em 2019.

Para essas espécies também está sendo feita a coleta de suas sementes para plantio no viveiro e posterior replantio nas áreas da usina Salto Weissbach.

h) Recuperação de Ambientes Aquáticos

No ano de 2023, a Celesc G prosseguiu com as atividades de anuência junto ao órgão ambiental visando à recuperação dos ambientes aquáticos inseridos nos reservatórios das usinas Bracinho, Palmeiras, Celso Ramos, Ivo Silveira e Garcia. As atividades envolvem o levantamento e monitoramento da fauna e flora aquática associada, assim como na remoção do excesso de sedimentos para melhorias no substrato de fundo, complexidade dos ambientes, qualidade dos remansos, proteção dos barrancos e cobertura vegetal das margens desses locais.

i) Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho)

Após ser avaliada pela auditoria externa ABS Quality Evaluations, em julho de 2023, a Celesc G recebeu os certificados de conformidade com o Sistema de Gestão Integrada (SGI), composto pelos Sistemas de Gestão de Qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015), Ambiental (ABNT NBR ISO 14001:2015) e Segurança e Saúde do Trabalho (ISO 45001:2018) para a Usina Hidrelétrica Garcia, situada no município de Angelina/SC e para o Centro de Operação da Geração – COG, na Administração Central em Florianópolis/SC.

Essa certificação demonstra o comprometimento da Celesc com a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. Além da parte ambiental, a certificação do sistema de gestão ambiental contribui para a valorização da empresa no mercado externo, demonstrando a preocupação da Celesc com a preservação ambiental, tema cada vez mais importante nos dias atuais.

Para os demais empreendimentos, o sistema está em estudo para ser desenvolvido ao longo dos próximos anos.

2.3. Dimensão Social

2.3.1. Compromisso com a Sociedade

O compromisso social da Companhia também está amparado em seu Planejamento Estratégico, sua Política de Responsabilidade Social e em seus diversos programas de Eficiência Energética – PEE, de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI e na sua Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A promoção do uso eficiente da energia elétrica, da diversificação da matriz energética com fontes renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes, por exemplo, estão entre os compromissos firmados.



Em sua busca por inovações para enfrentar os desafios tecnológicos e de mercado no segmento de energia elétrica, o Programa PDI da Celesc D tem direcionado seus investimentos de maneira predominante para sua principal ênfase: a distribuição de energia elétrica. O desempenho dessa área é resultado de uma política voltada para o desenvolvimento de projetos que visam agregar valor aos negócios corporativos, concentrando-se na otimização operacional e na promoção desses projetos dentro da cadeia de inovação do Setor Elétrico.

Em 2023, a Celesc D investiu cerca de R\$25,2 milhões em projetos inovadores relacionados aos temas de Mobilidade Elétrica, Robótica, Hidrogênio Verde, Redes Inteligentes, *Smart Grid*, Mercado de Energia, Segurança do Trabalho, Realidade Virtual, entre outros. No ano, foram contratados novos projetos de PDI para execução durante os próximos três anos, compondo o "Plano Estratégico de Inovação-Portfólio P&D" da Celesc D, conforme novo regulamento de PDI da ANEEL.

A mobilidade elétrica continua em destaque na Celesc D, com o lançamento da terceira etapa do Projeto Eletropostos Celesc, em que serão investidos aproximadamente R\$5,8 milhões com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura de recargas de veículos elétricos no Estado de Santa Catarina, além de proporcionar o estudo e implantação de novos modelos de negócios para a empresa.

A Celesc se pauta pela integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, incorporando essa concepção no momento do planejamento e execução de planos e programas socioambientais, visando eliminar ou mitigar os possíveis impactos de seus empreendimentos e suas atividades.

No último ano, 2.082 ações beneficiaram diretamente mais de 80 mil catarinenses por meio de diversos programas sociais como o Celesc nas Escolas, que promove, com recursos educacionais, a incorporação da cultura de segurança da Celesc no ambiente escolar e incentiva o uso eficiente da energia elétrica, além de enfatizar a conscientização sobre práticas irregulares como o furto de fios e cabos e as fraudes de energia.

Outra frente importante de atuação é o Programa Celesc Solidária, que organiza campanhas para arrecadação de doações entre os empregados para atender às necessidades de instituições engajadas em atividades sociais. Com isso, a Companhia favorece a conexão entre instituições previamente identificadas e seus colaboradores, formando redes solidárias que repercutem os conceitos de cidadania e solidariedade.

Com base no mapeamento de necessidades de instituições sociais, a Celesc também dispõe aos seus empregados a oportunidade de desenvolver ações por meio do Programa Celesc Voluntária, em que o colaborador se dedica ao serviço voluntário na área de maior afinidade, seja no apoio a atividades de educação, capacitação, produção ou revitalização de espaços e instituições públicas, fortalecendo, com isso, valores sociais como direitos humanos, educação, cidadania, cultura, esporte, qualidade de vida e geração de renda.

Contribuir na construção de uma sociedade mais diversa e igualitária é o fundamento do Programa Celesc Diversidade e Inclusão. Para isso, a Companhia exerce uma política específica com diretrizes e critérios para os processos relativos à gestão de pessoas na Celesc, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades e sejam avaliados em acordo com esses princípios. Esse compromisso corporativo se desdobra com ações afirmativas para ampliar a diversidade também nos cargos de gestão e liderança interna.

Para incentivar e valorizar a cultura e a arte de Santa Catarina, o Grupo Celesc desenvolve o Programa Celesc Incentivo Fiscal, patrocinando, com recursos fiscais, projetos na área da cultura, esporte e saúde. Em 2023, foram apoiados mais de 60 projetos voltados à música, literatura e artes audiovisuais. Somando o patrocínio a projetos de esporte, a Empresa aportou o total de R\$23,9 milhões de incentivos fiscais nessas iniciativas. Além disso, a Celesc repassou recursos ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA e ao Fundo do Idoso – FEI cerca de R\$333,2 mil para cada um, contribuindo para o pleno funcionamento desses Fundos que atuam para viabilizar inúmeras atividades de amparo, proteção e orientação aos seus públicos-alvo. Todas essas ações somaram, juntas, investimento mais de R\$24,6 milhões no ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Outro destaque da Responsabilidade Social é o Programa Jovem Aprendiz que, em 2023, formou 162 jovens aprendizes, com investimento de moradores das diversas regiões catarinenses. Executado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados ao Programa Celesc+Energia, a Celesc investiu mais de R\$5,9 milhões no Ciclo 2022-2024 do projeto. Nesta edição, os participantes vivenciaram um processo diferenciado, com seminários de ambientação, cursos extracurriculares sobre temas ligados ao mercado de trabalho, e atuaram sob a dinâmica de *job rotation*, na qual fizeram rodízio entre diferentes as áreas e funções para aprender novas competências e desenvolver habilidades pessoais. Nesse programa, são parceiros importantes o Ministério Público de Santa Catarina – MPSC, a Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, por meio do Programa Novos Caminhos, e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC.

2.3.2. Compromisso com os Empregados

Promover a segurança e ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os principais valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Dentre tais programas destacam-se: o compromisso com o desenvolvimento e motivação de pessoas; promoção da inclusão e valorização da diversidade; fomento de um ambiente meritocrático e de uma cultura da segurança no trabalho, saúde e bem-estar.

As diretrizes e decisões tomadas visam a construção de um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam satisfeitas e comprometidas com a entrega de resultados. A ferramenta utilizada para monitorar e buscar melhorias neste âmbito é a Pesquisa de Clima por Pulso. Por meio desse mecanismo, os gestores têm acesso a informações contínuas e relevantes sobre suas equipes, como por exemplo: sentimento em relação a sua liderança, *feedback* e reconhecimento e saúde e bem-estar. Nessa pesquisa, o clima é avaliado com base em um total de 12 aspectos: além dos já mencionados, ainda são acompanhados o alinhamento com a empresa, desenvolvimento profissional, justiça, embaixadorismo, felicidade, carreira, estrutura, inovação e relacionamento interpessoal. Ainda acerca do clima organizacional, cabe ressaltar a excelente pontuação atingida pela Celesc no quesito embaixadorismo, que demonstra o quanto orgulhosos e engajados os empregados se sentem pelo seu trabalho e pela imagem da empresa.

Além disso, a Celesc recebeu duas certificações da Pesquisa Great Place to Work – GPTW, uma pesquisa que apresenta um diagnóstico do clima organizacional, avaliando as práticas de gestão, identificando pontos positivos e oportunidades de melhoria na empresa. De acordo com o GPTW, para que uma empresa receba o Selo de Certificação, que tem duração de um ano, é necessário ter uma amostra mínima de empregados respondentes, avaliando a empresa de maneira favorável. Dessa forma, para que uma empresa seja certificada com o Selo GPTW, precisa atingir a nota mínima de 70 (70 pontos na pesquisa GPTW Trust Index, sendo uma escala que vai até 100). Em junho de 2022, a Celesc teve a pontuação de 74 e, em junho de 2023, 73 pontos. A pesquisa realizada pelo GPTW, chamada de Trust Index (índice de confiança), baseia-se em cinco dimensões: credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho e camaradagem. Nos resultados, destacou-se novamente o orgulho em pertencer à empresa.

Vale destacar que, em 2022, a Celesc recebeu o Selo de Certificação GPTW e, em 2023, além do Selo, a Celesc entrou no Ranking Regional de Santa Catarina e foi premiada como uma das melhores empresas para se trabalhar (categoria Grandes Empresas), ficando na 20ª posição. Destacam-se aqui também práticas como o processo de seleção de gestores e a atuação da área de *Business Partner*, consultoria interna de gestão de pessoas, focada em desenvolver as lideranças para alinhar as estratégias da Companhia, as atividades e promover ações de qualidade de vida no trabalho.

Outro item que merece ser mencionado é o compartilhamento de informações na Empresa, que é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (CELNET), todo empregado também tem acesso às instruções normativas, notícias relevantes e diretrizes da empresa.

O Portal do Empregado é mais um canal de interação que traz aos empregados informações relevantes sobre sua carreira e benefícios. Ademais, o Portal da Gestão é outra conquista que tem por intuito conectar os gestores, concentrando orientações importantes sobre liderança, *feedback* e ferramentas



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



importantes para o dia a dia dos gerentes. Assim, a transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre disseminar conhecimento e boas práticas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Companhia é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, as quais formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área, que são contratos firmados junto à Diretoria Executiva para o alcance de resultados. Outro destaque é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês, contando sempre com equipes multidisciplinares.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é um compromisso prioritário, que deve ser mantido nas relações e está documentado no Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos e obrigatórios a todos os empregados.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. Pensando nisso, as licenças especiais como a extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã e outras vantagens como, por exemplo, auxílio-creche e babá, auxílio-pós-graduação, auxílio-estudante, vale-alimentação, participação nos lucros e resultados, adiantamento da primeira parcela do 13º salário, acompanhamento nutricional, flexibilidade de horário de trabalho. Há também concessão de plano de previdência privada, plano de saúde médica e odontológico.

A busca pela valorização do potencial de seus empregados se materializa também por meio das ações de desenvolvimento humano. Os processos organizacionais, que agregam valor aos consumidores, são sustentados pela competência e comprometimento dos empregados da Companhia. Dessa forma, a geração de valor à população é uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal normativa é gerenciada e aprimorada anualmente por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política.

Dessa forma, a formação de novos eletricistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc D, é planejada e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e nossa vantagem competitiva. Além de tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver os líderes da Companhia. Dentro do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) e emergente das Competências Essenciais, foi desenvolvido o Jeito de Liderar Celesc. Durante o período de julho a dezembro de 2023, mais de 300 líderes participaram ativamente desse programa, tendo a oportunidade de aprimorar as seguintes competências: Liderança na atualidade, Propósito Individual, Comunicação, Feedback, Gestão de Conflitos, Equilíbrio e Agilidade Emocional, Gestão do tempo e Delegação. Essa iniciativa visa capacitar os líderes da Celesc a enfrentarem os desafios do ambiente empresarial atual, promovendo uma liderança mais eficaz e inspiradora. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados, ou alguma outra necessidade de desenvolvimento comportamental, sempre vinculado as nossas competências essenciais que é o nosso Jeito de Ser Celesc.

Pensando na modernização de processos e no desenvolvimento da nossa gente, a Celesc também criou o Projeto Celesc Ágil, cujo objetivo é a capacitação de gestores e suas equipes por meio de encontros e oficinas, com foco no aprendizado e utilização das Metodologias Ágeis, uma nova forma de trabalho que proporciona otimização dos resultados e melhoria nas entregas, tanto para clientes internos como externos.

2.3.3. Força de Trabalho, Saúde e Segurança

- **Ações Celesc Segurança 2023**

A natureza e complexidade do negócio que a Celesc executa exige a intervenção humana no Sistema Elétrico de Potência, que acarreta riscos de origem elétrica, queda de altura, dentre outros, que acabam expondo sua força de trabalho a diversos riscos. Várias medidas de controle tentam mitigar esses riscos por meio de diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Treinamentos realizados com equipes próprias e terceiras;
- Desenvolvimento de adequadas técnicas de trabalho;
- Procedimentos de segurança específicos e dedicados;
- Normativas internas que disciplinam processos e procedimentos;
- Análise e seleção de EPIs e EPCs destinados aos colaboradores;
- Exigências contratuais junto aos seus prestadores de serviços;
- Ações específicas de segurança por meio do Plano de Trabalho Anual (PTA);
- Monitoramento de indicadores de segurança junto à força de trabalho;
- Análise crítica de eventos, tratamento e validação de ações pelos Comitês de segurança;
- Fiscalização permanente das equipes em campo;
- Promoção de ações de conscientização da força de trabalho para o tema Segurança.

Neste contexto, há um componente de extrema importância no conjunto de ações para aprimoramento do nível de segurança do trabalho, qual seja, a atitude correta dos trabalhadores, que é resultado da sua postura comportamental. Essa postura se manifesta, por exemplo, pela prática da técnica correta transmitida nos diversos treinamentos ministrados pela empresa, ou ainda pelo uso correto do equipamento dos equipamentos de proteção disponibilizados pela Celesc.

- **Da Política de Segurança e Saúde do Trabalho**

A Celesc tem compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer um ambiente seguro e saudável para o trabalhador e fortalecer a integração da cultura de segurança às estratégias empresariais. Esse conceito está expresso no Plano Diretor e desdobrado no Mapa Estratégico, além de ações e programas de segurança e saúde desenvolvidos na empresa.

Nas premissas estratégicas da Celesc de seu Plano Diretor Celesc (2025-2035), os valores, que representam aquilo no que a empresa acredita, reforçam o tema da segurança, destacando como dever de todos o respeito à vida, a prevenção de acidentes e a promoção de boas práticas de segurança.

Destaca-se, na perspectiva de Organização e Pessoas, o objetivo estratégico de desenvolver competências necessárias dos empregados e suas condições de trabalho. Com tal objetivo, pretende-se garantir um ambiente de trabalho seguro, prezando pela saúde e bem-estar de todos os empregados, de forma a gerar o sentimento de confiança das equipes e honrar os valores e princípios da empresa. Além disso, busca-se também garantir todos os equipamentos necessários, fiscalizar o cumprimento de normas de segurança e promover o compromisso com o tema.

A Política de Segurança e Saúde do Trabalho da Celesc, que representa a mais alta intenção da Celesc frente a esse tema, atualizada no ano de 2023, normatiza que a prática da segurança e saúde no trabalho será considerada inerente a quaisquer serviços executados, em que todo o trabalho deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de segurança, tendo em vista a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Nem a urgência, nem a importância, nem a alegada indisponibilidade de meios ou recursos, nem quaisquer outras razões podem ser invocadas para justificar a falta de segurança.

- **Programa Celesc Segura**

O Programa Celesc Segura abrange, dentre outros, os conceitos de Diagnóstico de Segurança, Plano de Segurança, Plano de Trabalho Anual – PTA, indicando procedimentos e responsabilidades. Nesse sentido, uma das ações que mobilizou mais pessoas foi o PTA, que contemplou objetivos e metas para todos os



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrals Elétricas de Santa Catarina S.A.



fiscais de campo, profissionais de segurança e gerentes da empresa, inclusive Diretorias, baseados em ações proativas com seus liderados. Como resultado, destaca-se no ano de 2023 a realização de quase 8 mil Diálogos de Segurança – DDS de equipes, mais de 1.000 inspeções por gestores, cerca de 117 reuniões com empreiteiras registradas, somando 18.265 ações registradas junto ao Departamento de Segurança, Saúde e Bem-Estar. Em relação aos diálogos de segurança promovidos, foram alcançados 72 mil registros de presença ou participação, colocando o tema segurança na rotina dos empregados.

Além do Programa Celesc Segura, a Celesc promove anualmente uma série de ações voltadas para promoção da Saúde e Segurança do trabalho:

- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) Integrada: promoção de evento de 5 dias em conjunto com as CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio) com o objetivo de promover a conscientização dos empregados sobre temas relacionados à segurança no trabalho e à saúde por meio de palestras, intervenções artísticas ou criativas, oficinas, treinamentos, envolvendo todas as unidades da empresa de forma simultânea;
- Eventos e Campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho: campanhas promovidas pela empresa com temas específicos, dentre as quais é possível destacar palestras sobre saúde mental, setembro amarelo, prevenção câncer de mama, sobre atendimento nutricional, ação de conscientização sobre Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual, intervenções com atividades práticas de procedimentos de testes em postes antes do trabalho em altura;
- Seminário de Segurança no Trabalho: evento focado para os empregados próprios, o qual foi realizado duas vezes no ano de 2023, com apresentação dos resultados parciais do PTA; novos sistemas e aplicativos como de registro de acidentes de trabalho, Sistema de Integrado de Gestão de Empresas Contratadas (SIGEC), portal de Segurança, Saúde e Bem-Estar; atualizações sobre o Projeto de Transformação Cultural; fluxo de investigação de acidentes; e leitura de Power BI dos dados de segurança;
- Regras que Salvam Vidas: são dez pontos de atenção em segurança do trabalho nas operações da Celesc. A ferramenta foi pensada com base no histórico de acidentes ocorridos na empresa e tem por objetivo chamar a atenção para comportamentos e atitudes que podem prevenir acidentes e salvar vidas. “É o jeito de ser Celesc” também na segurança do trabalho;
- Promoção do “Círculo da Segurança”: indica o passo a passo do Trabalho Seguro no SEP (Sistema Elétrico de Potência) nos serviços desenergizados. A ferramenta busca proporcionar ao empregado a realização do trabalho de forma segura.

Especificamente, em relação à Saúde e Bem-Estar, segue algumas ações realizadas pela Celesc em 2023:

- Inclusão de avaliação psicossocial na rotina de exames ocupacionais periódicos pelos empregados que desenvolvem trabalho em altura e/ou espaço confinado;
- Início de um amplo estudo em Agências Regionais com os atendentes comerciais para avaliação da sua saúde, destacando a implantação de um Grupo de Apoio Terapêutico específico para esses profissionais;
- Investimentos no Reaja, programa já implantado e disseminado na empresa, o qual foca no tratamento de dependências químicas e compulsões dos trabalhadores. Desenvolve ações preventivas como palestras, assim como serviços assistenciais, psicoterapia em grupos e individual, avaliações psiquiátricas e, quando necessário, internações;
- Programas relacionados à atividade física, abrangendo desde a ginástica laboral, presente em todas as Agências Regionais e Administração Central, além do Programa de Incentivo à Prática Esportiva, em que a empresa dispõe de apoio financeiro e dispensa do registro de frequência aos empregados que participam de eventos esportivos oficiais;
- Programa Nutricional: implantado há mais de 10 anos na empresa, visa orientar os empregados em mudanças de hábitos para uma alimentação saudável. Além de ações preventivas, como palestras e workshops, realizados em parceria com universidades, também prevê consultas nutricionais individuais para os profissionais acometidos por obesidade, sobrepeso ou tratamento e acompanhamento dietoterápico;
- Realização da Campanha de Vacinação contra a gripe, que em 2023 vacinou 1928 pessoas entre empregados, estagiários e jovens aprendizes, como forma preventiva do contágio e disseminação do vírus;



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



- Desenvolvimento de ações de preparação para a aposentadoria por meio do Programa Vivendo e Valorizando a Aposentadoria (ViVA), o qual atende aos empregados que estão se aproximando da saída da empresa. O objetivo é minimizar os impactos negativos da aposentadoria na vida das pessoas e refletir sobre novas perspectivas, criando condições para que seu cotidiano após a saída seja vivido de forma plena e saudável.

Além das ações específicas, a Celesc também atuou com atendimentos social aos empregados, realizados por assistentes sociais e psicólogos próprios, por meio de escuta qualificada, acolhimento, orientações, encaminhamentos. A referida atenção pode estar relacionada a diversas motivações como a desadaptação ao trabalho, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldades sociofamiliares, problemas de saúde física e mental ou solicitação de benefícios.

O compromisso da Celesc com a proteção da saúde e segurança do trabalhador, seja próprio ou contratado, também está expresso em sua política de capacitação e desenvolvimento de pessoal. Estão incluídos nessa política a elaboração, o planejamento e a execução da capacitação e reciclagem de todos os trabalhadores da Celesc com foco na prevenção de acidentes do trabalho. No ano de 2023, foram desenvolvidos os treinamentos de reciclagem em NR10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) para mais de 2.100 empregados próprios que acessam áreas de risco elétrico. Na reciclagem de NR35 (Trabalho em Altura) foram contemplados 939 empregados, sendo realizado tanto em teoria quanto na prática. Além das NRs, a empresa iniciou em 2023 a reciclagem e atualização de todos os eletricistas da empresa, sendo que até o final do ano foram finalizados os treinamentos de 260 profissionais.

Com relação à disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletivas – EPC, a área de Segurança do Trabalho atua na especificação técnica desses materiais, que detalha tecnicamente as características e normas/laudos que o material deve atender, buscando a proteção adequada. Além disso, atua na etapa de avaliação técnica dos itens que estão sendo adquiridos, no levantamento de problemas que possam surgir durante o uso, no desenvolvimento de novos materiais e fornecedores e na adequação dos itens ao surgimento e modificações das legislações e normas vigentes.

Esse processo disponibiliza materiais com elevado padrão técnico de desempenho, tanto na especificação quanto nos ensaios de recebimento, para assegurar sua qualidade. Tudo isso para que se disponibilize aos empregados o equipamento adequado para a exposição controlada ao risco de cada situação de trabalho.

A Celesc iniciou, em 2022, a implantação, por meio de consultoria especializada, de um processo de mudança e desenvolvimento comportamental em segurança, atuando sobre toda a cadeia de negócios da Celesc, promovendo o diagnóstico e a medição da força de trabalho em todo seu quadro hierárquico, de forma a buscar subsídios e fomentar ações que produzam resultados impactantes na redução de acidentes, gerando oportunidades de melhoria que venham a ser identificadas no diagnóstico inicial e que sejam focadas em tratar questões sistêmicas, transformando a cultura de segurança da força de trabalho da Celesc.

O Projeto de Transformação Cultural, em parceria com consultoria externa, foi apresentado a toda força de trabalho da Celesc em abril de 2022. No ano de 2023, o projeto se concentrou em uma força tarefa em 4 Agências Regionais da Celesc D, onde foi desenvolvido um projeto de contenção, com apoio em campo de consultores especializados. As ações contemplaram acompanhamento mensal de observações em campo pelos gerentes de todos os níveis gerenciais dessas Agências Regionais, de forma a criar uma rotina de identificação de desvios, correções e conscientização dos trabalhadores com o objetivo de implantar a cultura de prevenção de forma efetiva.

Deve ser destacado que, em paralelo às atividades de contenção, as ações implantadas no ano anterior continuaram em vigor, como comitês de segurança em Diretorias Técnicas e Agências Regionais da Companhia. Ao longo do ano foram registrados mais de 1900 registros de presença nos 22 comitês ativos da Celesc. Os comitês descentralizados têm o propósito de desenvolver a governança em segurança. Suas principais atividades envolvem o acompanhamento e a validação de indicadores, a análise crítica de eventos ocorridos, o planejamento futuro em segurança e as deliberações sobre recursos e ações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



preventivas na área. Coordenados por Gestores Regionais e Diretores, os comitês promovem melhorias e boas práticas em segurança e saúde no trabalho.

Entre os treinamentos realizados por meio da consultoria, destaque para o de Observação Comportamental – OC, em que mais de 200 líderes passaram pelo treinamento teórico e prático. Técnicos e engenheiros de segurança da Companhia também foram capacitados para uso da ferramenta IPS – Índice de Práticas Seguras, além de 123 líderes e profissionais treinados com a nova metodologia de investigação de acidentes.

Ainda no escopo do Projeto de Transformação Cultural, foi finalizado na Companhia o Programa de Desenvolvimento de Líderes Eficazes em Segurança, que envolvem *workshops* e sessões de *coaching* individuais e coletivas, tendo alcançado até o fim de 2023, mais de 150 gestores e profissionais de segurança capacitados e mais de 200 sessões de *coaching* conduzidas pela consultoria. A abordagem utilizada é recomendada pela consultoria externa, especializada em Gestão de Segurança e Riscos Ocupacionais e tem como base metodologias de gestão de segurança e referencial teórico na neurociência, ciência comportamental e cognitiva.

Nesse contexto, e considerando os aspectos legais ligados ao atendimento das Normas Regulamentadoras (NRs), a área de Segurança do Trabalho possui atuação sobre todos os setores, pessoas e processos organizacionais da Companhia, citando como exemplo atividades específicas de segurança (inspeções, formulação e monitoramento de indicadores de segurança, análise de acidentes e desvios de segurança, gestão de CIPAs, emissão de laudos, especificação de Equipamentos de Proteção, atendimento à legislação e treinamentos); saúde (exames ocupacionais, atendimento, gestão de afastamentos); e bem-estar (programas e atendimento psicossocial). Cabe ainda lembrar que, somadas a todas essas atividades, está a atuação frente às empresas contratadas, sob as quais a Companhia possui responsabilidade solidária e tem como principal ferramenta, além da análise e controle dos documentos legais, o acompanhamento por meio de inspeções de segurança.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



2.3.4. Balanço Social Consolidado

1 - BASE DE CÁLCULO	2023			2022		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	10.411.434			10.082.841		
- Resultado Operacional (RO)	1.360.916			802.347		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	868.296			902.702		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	72.489	8,35	0,70	65.228	7,23%	0,65%
- Encargos Sociais Compulsórios	150.362	17,32	1,44	144.366	15,99%	1,43%
- Previdência Privada	32.100	3,70	0,31	30.276	3,35%	0,30%
- Saúde	91.891	10,58	0,88	80.278	8,89%	0,80%
- Segurança e saúde no trabalho	7.773	0,90	0,07	7.183	0,80%	0,07%
- Educação	771	0,09	0,01	970	0,11%	0,01%
- Cultura	-	0,00	0,00	0	0,00%	0,00%
- Capacitação e Desenv. Profissional	4.050	0,47	0,04	5.216	0,58%	0,05%
- Creches ou Auxílio-creche	3.733	0,43	0,04	3.272	0,36%	0,03%
- Participação nos Lucros ou Resultados	44.397	5,11	0,43	47.700	5,28%	0,47%
- Outros	10.534	1,21	0,10	9.951	1,10%	0,10%
Total - Indicadores Sociais Internos	418.100	48,15	4,02	394.441	43,70%	3,91%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	3.773	0,28	0,04	3.047	0,38%	0,03%
- Cultura	23.431	1,72	0,23	1.018	0,13%	0,01%
- Saúde e Saneamento	6	0,00	0,00	0	0,00%	0,00%
- Esporte	559	0,04	0,01	223	0,03%	0,00%
- Outros	667	0,05	0,01	477	0,06%	0,00%
Total das Contribuições p/ a Sociedade	28.436	2,09	0,27	4.765	0,59%	0,05%
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	2.681.686	197,05	25,76	3.158.024	393,60%	31,32%
Total - Indicadores Sociais Externos	2.710.122	199,14	26,03	3.162.789	394,19%	31,37%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	36.411	2,68	0,35	20.192	2,52%	0,20%
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	27.761	2,04	0,27	27.018	3,37%	0,27%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	64.172	4,72	0,62	47.210	5,88%	0,47%
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas (x) cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 76 a 100 %	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	() não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 76 a 100 %	() não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 76 a 100 %
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados(as) ao final do período		3.857			3.925	
- Nº de admissões durante o período		24			425	
- Nº de empregados(as) terceirizados		3.811			3.933	
- Nº de estagiários(as)		215			198	
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1.138			1.101	
- Nº de mulheres que trabalham na empresa		907			937	
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		27			26	
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa		93			96	
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2			2	
- Nº de pessoas com deficiência ou nêscs. especiais		115			112	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
		2023		Metas 2024		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[x] direção	[] todos os e gerências	[] direção	[X] direção	[] todos os e gerências
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[x] direção e gerências	[] todos os	[] todos+ empregados	[X] direção e gerências	[] todos os	[] todos+ empregados
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção	[x] todos os e gerências	[] direção	[] direção	[x] todos os e gerências
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção	[x] todos os e gerências	[] direção	[] direção	[x] todos os e gerências
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos	[] não são considerados	[x] são sugeridos	[x] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apoia	[x] organiza e incentiva	[] não se envolve	[] apoia	[x] organiza e incentiva
		2023			2022	
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		32			38	
- Número total de acidentes de trabalho		118			128	
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	671.752	154	5.305	1.575.488	1.213	5.569
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	99,5%	59,1%	-	77,00%	0,00%	2,00%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023	7.174.472		Em 2022:	7.370.625	
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69,83% governo	10,99% empregados	10,49% governo	10,84% empregados		
	11,42% terceiros	4,56% retido	3,20% acionista	7,33% terceiros	5,02% retido	2,32% acionistas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 83.878.892/0001-55	UF: SC	Coordenação:	Regiane Marlene Dias - Fone:(48) 3231 5520	E-mail: regianemd@celesc.com.br		
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica		Contadora:	Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151	E-mail: rogeriarm@celesc.com.br		
			CRC/SC - 024.797/O-0			
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNA"						

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Distribuição

3.1.1. Expansão do Sistema

O sistema elétrico de alta tensão sob responsabilidade da Celesc D possui aproximadamente 6.323 quilômetros de linhas de distribuição de 138 mil e 69 mil Volts, com aproximadamente 340 transformadores de potência e capacidade de 8.611 MVA para uma demanda máxima registrada de 5.590 MVA. Em 2023, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras, de portes variados, em aproximadamente 30 subestações (SEs), sendo uma subestação nova concluída, quatro subestações com ampliação de capacidade e melhorias de médio porte do tipo instalação de reatores e entradas de linhas em outras 25 subestações.

Entre os destaques no ano está a conclusão da construção da nova subestação (SE) em Joinville (SE Joinville Boa Vista). Além disso, também foram ampliadas as SEs de Joinville (SE Joinville Paranaguamirim), Papanduva (SE Papanduva Industrial), Treze Tílias (SE Treze Tílias) e Itajaí (SE Itajaí Salseiros), todas com impacto significativo no aumento da energia disponível para as suas respectivas áreas de atuação e, especialmente, na maior confiabilidade do sistema elétrico para o melhor atendimento aos consumidores.

Em 2023, foram substituídos mais de 228 quilômetros de redes rurais monofásicas para trifásicas e instalados mais de 300 quilômetros de rede compacta. Foram realizadas 54 obras estruturantes em alimentadores e realizadas mais de 11 mil obras para ampliação e melhorias nas redes de distribuição. Foram instalados 513 novos religadores monofásicos e 254 religadores trifásicos para automação da rede, bem como 54 reguladores de tensão e 17 bancos capacitores visando a melhoria da tensão e redução de perdas no sistema elétrico. Também com foco preventivo, foram contabilizados recursos da ordem de R\$19,7 milhões nas ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

Houve, ainda, a incorporação aos ativos da Celesc D das Linhas de Transmissão entre as Subestações Ilhota, Blumenau Rede Básica e Palhoça Rede Básica, as subestações DITs de Ilhota e Roçado por inteira, assim como *bays* das subestações que seccionam as linhas entre a SE Ilhota e Palhoça Rede Básica.

Foram inauguradas sete linhas de distribuição da Celesc D em 138.000 e 69.000 Volts. São elas: LD 138 kV Joinville Paranaguamirim-Joinville Boa Vista, LD 69kV Joinville Boa Vista-secccionamento Joinville Três-Tupy, LD 138kV Guaramirim Loteamento Industrial-secccionamento Jaraguá do Sul-Weg Fundição, LD 138kV Jaraguá do Sul RB secccionamento Jaraguá do Sul-Malwee, LD 138kV Rio do Sul II-Rio do Sul Canta Galo, LD 138kV Xanxerê-Abelardo Luz e LD 138 kV Capivari de Baixo-secccionamento Jorge Lacerda-Orleans.

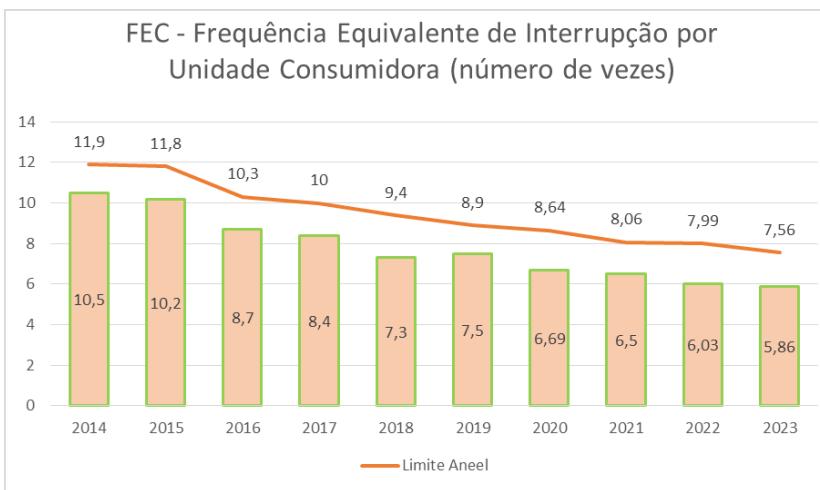
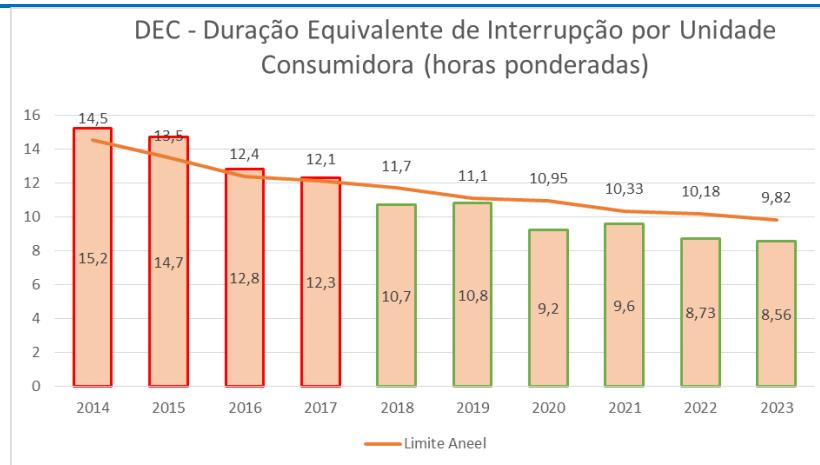
3.1.2. Indicadores de Resiliência da Rede

3.1.2.1. DEC e FEC

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D foi de 8,56 horas no ano de 2023, o que equivale a 87,17% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No ano, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 5,86 interrupções, o que representou 77,51% do limite regulatório estabelecido.

Em relação aos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora (DECi), e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno (FECi) são representados pelos mesmos valores e metas do DEC e FEC.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos indicadores de eficiência da Celesc D dos últimos dez anos:



3.1.3. Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão da Celesc D atingiu 27.967 GWh em 2023, um crescimento de 2,8% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). O desempenho foi impactado principalmente pelas classes residencial e comercial, com crescimento no comparativo anual de 5,6% e 5,4%, respectivamente.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Empresa foi de 3.392.675 em dezembro de 2023, representando aumento de 2,3% em relação ao mês de dezembro do ano anterior. A contínua migração de consumidores para o mercado livre levou ao consumo registrado de 16.004 GWh no mercado cativo, montante que representou tímido crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)		
	dez/23	dez/22	Δ	2023	2022	Δ
Mercado Cativo	3.390.047	3.315.159	2,30%	15.989	15.925	0,40%
Residencial	2.680.287	2.616.084	2,50%	7.098	6.724	5,60%
Industrial	136.985	132.749	3,20%	2.081	2.154	-3,40%
Comercial	317.251	308.832	2,70%	3.282	3.216	2,10%
Rural	222.865	227.342	-2,00%	1.000	1.037	-3,60%
Demais Classes	32.659	30.152	8,30%	2.528	2.794	-9,50%
Poder Público	27.101	24.943	8,70%	474	431	9,80%
Iluminação Pública	1245	1090	14,20%	589	586	0,50%
Serviço Público	4308	4100	5,10%	312	336	-7,00%
Suprimento de Energia	5	19	-73,70%	1.152	1.441	-20,00%
Consumidores Livres	2171	1848	17,50%	1.1963	11258	6,30%
Industrial	1039	909	14,30%	9.055	8.888	1,90%
Comercial	1024	867	18,10%	1.580	1.397	13,10%
Rural	12	8	50,00%	43	41	4,80%
Serviço Público	48	29	65,50%	120	65	84,60%
Suprimento	48	35	37,10%	1.165	867	34,50%
Mercado Total	3.392.675	3.317.467	2,30%	27.967	27.197	2,80%
Residencial	2.680.287	2.616.084	2,50%	7.098	6.724	5,60%
Industrial	138.024	133.658	3,30%	11.136	11.042	0,90%
Comercial	318.275	309.699	2,80%	4.862	4.612	5,40%
Rural	222.877	227.350	-2,00%	1.043	1.078	-3,20%
Demais Classes	32.755	30.216	8,40%	3.813	3.726	2,30%
Consumo Próprio	457	460	-0,70%	15	15	0,90%

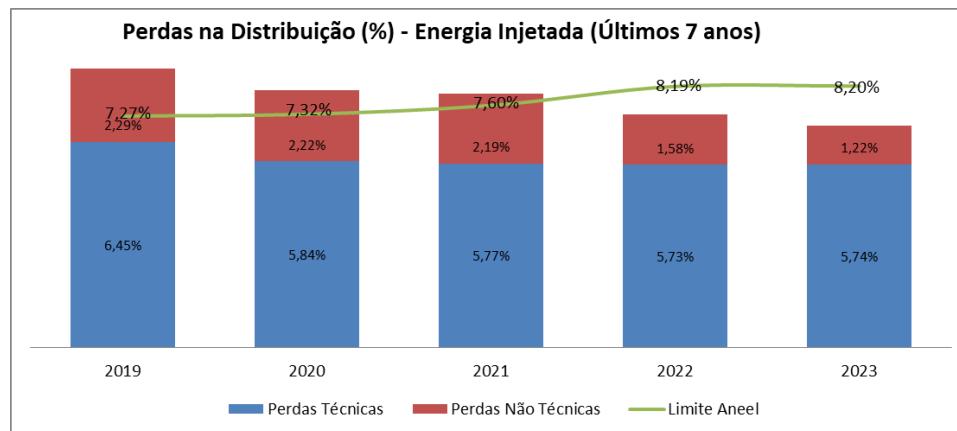
3.1.4. Perdas na Distribuição

As perdas de energia correspondem às perdas totais, englobando as perdas técnicas, que são o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia compreendido entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nessa parcela de perdas não técnicas, são considerados, portanto: os furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, dentre outros.

O acompanhamento das perdas de energia é realizado por meio do índice percentual que calcula a razão entre as perdas faturadas e a energia injetada (medida) no acumulado de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentam-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos.

Ao final do ano de 2023, o Índice Consolidado de Perdas Regulatórias sobre a Energia Injetada foi de 8,20%. Já as Perdas Totais efetivas da Companhia registraram percentual de 6,96%, sendo 5,74% de perdas técnicas e 1,22% de perdas não técnicas, abaixo, portanto, do limite regulatório.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.



3.1.5. Balanço Energético em GWh

A tabela a seguir demonstra a evolução da energia requerida, perdas na distribuição (perdas técnicas e não técnicas), perdas na rede básica e as perdas totais em GWh nos últimos cinco anos:

Energia Requerida – GWh	2019	2020	2021	2022	2023
Mercado Atendido	25.476	25.139	26.889	27.182	27.952
Venda de Energia	16.348	16.050	16.488	15.925	15.989
Fornecimento	14.455	14.116	14.438	14.484	14.837
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.893	1.934	2.050	1.441	1.152
Consumidores Livres/Dist./Ger.	9.127	9.089	10.398	11.258	11.963
Perdas na Rede Básica	389	433	406	381	348
Perdas na Distribuição	2.446	2.237	2.336	2.161	2.119
Perdas Técnicas	1.804	1.620	1.694	1.695	1.749
Perdas não Técnicas – PNT	642	617	642	467	370
PNT/ Energia Requerida %	2,52%	2,45%	2,39%	1,72%	1,32%
Perdas Totais - PT	2.835	2.670	2.742	2.543	2.467
PT / Energia Requerida %	11,13%	10,61%	10,20%	9,35%	8,83%
Total	28.311	27.806	29.631	29.725	30.419

3.1.6. Mercado de Energia Elétrica

Em 2023, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 3% maior que a registrada no ano anterior. No mesmo período, o consumo de energia elétrica cresceu 2,8%. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico. O quadro a seguir mostra o desempenho da carga na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

Descrição	2023	2022	Δ
Carga Brasil (GWh)*	631.447	610.025	3,5%
Carga Sul (GWh)	111.344	106.235	4,8%
Carga Celesc D (GWh)**	30.452	29.556	3,0%

**Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

3.1.7. Atendimento ao Cliente

Em 2023, a Celesc D concentrou esforços para aprimorar a qualidade e eficiência do atendimento ao cliente, priorizando a otimização dos processos e a expansão do acesso aos canais digitais da empresa.

Para aprimorar a experiência dos clientes nas lojas de atendimento, as 258 lojas foram modernizadas com a instalação de novos equipamentos de informática. Cada posto de atendimento recebeu um conjunto completo, incluindo *desktop*, *mouse*, teclado, *webcam* e *headset*, resultando em atendimentos mais ágeis, bem como na satisfação do cliente e na redução no tempo de espera.

Destaca-se a implementação do serviço de agendamento para o atendimento presencial nas principais lojas da Empresa. Foi desenvolvida uma nova plataforma interligada ao sistema de Gestor de Filas, possibilitando aos clientes a escolha de datas e horários através do *site* ou por meio de dispositivos móveis, como celulares ou *tablets*. Essa iniciativa não apenas proporciona maior comodidade aos usuários, mas também contribui para a redução significativa do tempo de espera.

Ademais, a padronização dos processos de atendimento foi assegurada por meio de treinamentos de reciclagem para mais de 75 Coordenadores de Atendimento – COAT, em todas as regiões do Estado. Essa iniciativa aprimorou o conhecimento deles, além de promover a troca de informações essenciais para garantir a satisfação do consumidor.

A Celesc D foi reconhecida com três importantes premiações no decorrer de 2023, evidenciando a satisfação dos clientes com os serviços oferecidos pela empresa. O pilar "Atendimento ao Cliente"


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


recebeu avaliações positivas em todos os prêmios, validando o sucesso das atividades executadas pelos atendentes comerciais e por toda equipe de atendimento.

Em 2023, no que diz respeito ao atendimento do Grupo A, o ano foi marcado por mudanças regulatórias que estabeleceram as bases para a abertura do mercado de energia a partir de 1º de janeiro de 2024. Isso resultou em um aumento médio de 50% nos processos de migração, totalizando 341 processos concluídos ao longo do ano. Adicionalmente, a atualização automatizada dos *layouts* dos contratos (CUSD e CCER) simplificou o acesso e uso, proporcionando maior agilidade e eficiência no processo.

Por fim, em 2023, o Estado de Santa Catarina enfrentou desafios significativos devido a eventos de chuvas intensas em áreas específicas, resultando no fechamento de algumas lojas de atendimento. No entanto, visando assegurar o suporte aos consumidores, especialmente durante situações emergenciais, nossa Central de Atendimento Telefônico desempenhou um papel crucial ao oferecer um serviço exemplar à sociedade catarinense. Operando 24 horas por dia, a Central forneceu informações essenciais e registrou ocorrências, permitindo que as equipes atuassem de maneira eficaz na restauração do fornecimento de energia. Em comparação com o ano anterior, observou-se um aumento significativo de 16% nas chamadas recebidas.

3.1.8. Gestão da Inadimplência

A inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. Para o cálculo do indicador, procede-se à seguinte fórmula: inadimplência dividida pela Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica e Serviço Taxado, acumulada dos últimos 12 meses e, assim, se verificam as alterações percentuais.

Em dezembro de 2023, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentra a maior parte das ações de cobrança), teve um aumento de 0,19 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou uma diminuição de 0,02 pontos percentuais, passando de 3,81% para 3,79%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra um aumento de 0,18 pontos percentuais, aproximadamente 5,93% da Receita Operacional Bruta.

A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 3T23	
	4T22		1T23		2T23		3T23		4T23			
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB		
Residencial	149.515	1,14%	200.119	1,61%	176.968	1,42%	147.414	1,16%	163.481	1,26%	+0,10 p.p	
Industrial	29.481	0,22%	30.672	0,25%	29.643	0,24%	26.306	0,21%	30.089	0,23%	+0,02 p.p	
Comercial	45.524	0,35%	57.102	0,46%	49.934	0,40%	40.570	0,32%	48.897	0,38%	+0,06 p.p	
Rural	13.232	0,10%	16.567	0,13%	13.338	0,11%	11.479	0,09%	16.098	0,12%	+0,03 p.p	
Poder Público	3.716	0,03%	370	0,00%	422	0,00%	1.736	0,01%	5.218	0,04%	+0,03 p.p	
Iluminação Pública	7	0,00%	45	0,00%	2	0,00%	4	0,00%	24	0,00%	0,00 p.p	
Serviço Público	37	0,00%	117	0,00%	87	0,00%	153	0,00%	92	0,00%	0,00 p.p	
Suprimentos	1.355	0,01%	1.509	0,01%	1.077	0,01%	1.186	0,01%	261	0,00%	-0,01 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	2.245	0,02%	2.900	0,02%	2.653	0,02%	3.530	0,03%	2.425	0,02%	-0,01 p.p	
Diversos Créditos	8.069	0,06%	10.416	0,08%	13.529	0,11%	12.496	0,10%	8.788	0,07%	-0,03 p.p	
Serviço Taxado	1.029	0,01%	1.006	0,01%	1.207	0,01%	1.073	0,01%	974	0,01%	+0,01 p.p	
Participação Financeira	1.140	0,01%	747	0,01%	2.242	0,02%	1.238	0,01%	1.090	0,01%	0,00 p.p	
Total	255.349	1,94%	321.570	2,58%	291.101	2,34%	247.185	1,95%	277.436	2,14%	+0,19 p.p	
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.141.773		12.452.993		12.459.105		12.706.504		12.979.347			


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 3T23	
	4T22		1T23		2T23		3T23		4T23			
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB		
Residencial	211.208	1,61%	216.812	1,74%	227.208	1,82%	237.078	1,87%	240.776	1,86%	-0,01 p.p	
Industrial	72.113	0,55%	73.654	0,59%	76.056	0,61%	77.847	0,61%	78.757	0,61%	0,00 p.p	
Comercial	106.683	0,81%	110.874	0,89%	116.326	0,93%	122.080	0,96%	123.793	0,95%	-0,01 p.p	
Rural	10.722	0,08%	10.959	0,09%	11.370	0,09%	12.529	0,10%	12.861	0,10%	0,00 p.p	
Poder Público	302	0,00%	284	0,00%	259	0,00%	268	0,00%	1.386	0,01%	+0,01 p.p	
Iluminação Pública	1.418	0,01%	1.148	0,01%	896	0,01%	607	0,00%	284	0,00%	0,00 p.p	
Serviço Público	24	0,00%	21	0,00%	22	0,00%	20	0,00%	19	0,00%	0,00 p.p	
Suprimentos	1.248	0,01%	1.248	0,01%	35	0,00%	35	0,00%	35	0,00%	0,00 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	1.445	0,01%	1.488	0,01%	1.481	0,01%	1.436	0,01%	1.577	0,01%	0,00 p.p	
Diversos Créditos	25.430	0,19%	25.639	0,21%	26.072	0,21%	25.298	0,20%	25.783	0,20%	0,00 p.p	
Serviço Taxado	3.899	0,03%	4.000	0,03%	4.105	0,03%	4.138	0,03%	4.171	0,03%	0,00 p.p	
Participação Financeira	902	0,01%	1.010	0,01%	1.041	0,01%	2.239	0,02%	2.633	0,02%	0,00 p.p	
Total	435.394	3,31%	447.138	3,59%	464.871	3,73%	483.575	3,81%	492.075	3,79%	-0,02 p.p	
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.141.773		12.452.993		12.459.105		12.706.504		12.979.347			
Inadimplência Total												
Classes	4T22		1T23		2T23		3T23		4T23		Variação 3T23	
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB		
	360.723	2,74%	416.931	3,35%	404.176	3,24%	384.492	3,03%	404.257	3,11%	+0,08 p.p	
Residencial	101.594	0,77%	104.326	0,84%	105.698	0,85%	104.153	0,82%	108.846	0,84%	+0,02 p.p	
Industrial	152.208	1,16%	167.976	1,35%	166.259	1,33%	162.650	1,28%	172.690	1,33%	+0,05 p.p	
Comercial	23.954	0,18%	27.526	0,22%	24.708	0,20%	24.009	0,19%	28.959	0,22%	+0,03 p.p	
Rural	4.018	0,03%	654	0,01%	681	0,01%	2.004	0,02%	6.604	0,05%	+0,03 p.p	
Poder Público	1.424	0,01%	1.193	0,01%	898	0,01%	611	0,00%	307	0,00%	0,00 p.p	
Iluminação Pública	60	0,00%	138	0,00%	110	0,00%	173	0,00%	111	0,00%	0,00 p.p	
Serviço Público	2.603	0,02%	2.757	0,02%	1.113	0,01%	1.222	0,01%	297	0,00%	-0,01 p.p	
Suprimentos	3.689	0,03%	4.388	0,04%	4.133	0,03%	4.966	0,04%	4.003	0,03%	-0,01 p.p	
Enc. Uso Rede Elétrica	33.500	0,25%	36.055	0,29%	39.601	0,32%	37.795	0,30%	34.571	0,27%	-0,03 p.p	
Diversos Créditos	4.928	0,04%	5.006	0,04%	5.312	0,04%	5.211	0,04%	5.145	0,04%	0,00 p.p	
Serviço Taxado	2.042	0,02%	1.757	0,01%	3.283	0,03%	3.477	0,03%	3.722	0,03%	0,00 p.p	
Total	690.742	5,26%	768.708	6,17%	755.972	6,07%	730.763	5,75%	769.511	5,93%	+0,18 p.p	
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.141.773		12.452.993		12.459.105		12.706.503		12.979.347			

3.1.9. Ligação de Consumidores

O saldo líquido (abertura e fechamento) de abertura de UCs foi de 75.212 no ano de 2023, totalizando 3.392.165 consumidores atendidos pela Celesc D, excluindo suprimento e consumo próprio, número 2,3% superior ao ano anterior.

A tabela a seguir demonstra a evolução do número de unidades consumidoras nos últimos cinco anos:

Consumidores	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	2.399.381	2.468.904	2.543.070	2.616.084	2.680.287
Industrial	110.887	117.264	126.818	133.658	138.024
Comercial	280.028	287.505	299.127	309.699	318.275
Rural	232.393	232.645	230.672	227.350	222.877
Poderes Públicos	23.272	23.735	24.221	24.943	27.101
Iluminação Pública	855	910	961	1.090	1.245
Serviço Público	3.500	3.753	3.942	4.129	4.356
Total	3.050.316	3.134.716	3.228.811	3.316.953	3.392.165
Variação	2,5%	2,8%	3,0%	2,7%	2,3%

3.1.10. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica na Celesc D, referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$8,6 bilhões, conforme a tabela a seguir:

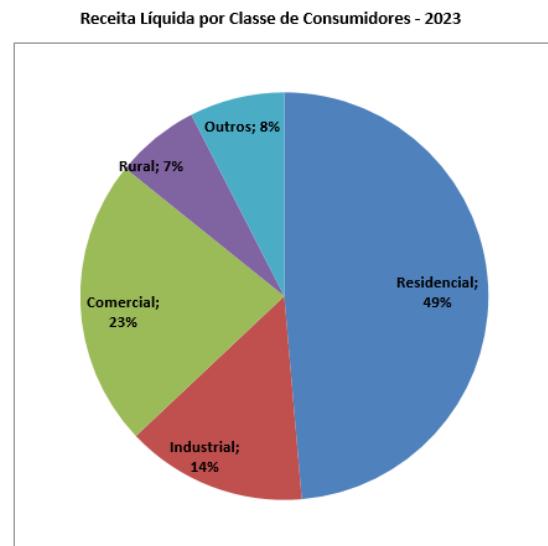
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cenesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Classe de Consumo	2023	2022	Δ
Residencial	4.204.697	4.123.245	1,98%
Industrial	1.238.142	1.321.137	-6,28%
Comercial	1.973.515	2.006.868	-1,66%
Rural	576.976	590.300	-2,26%
Outros	651.297	680.214	-4,25%
Total Cativos	8.644.628	8.721.763	-0,88%

O gráfico a seguir demonstra a participação das classes de consumidores cativo em relação à receita líquida do ICMS:



3.1.11. Desempenho do Mercado em GWh da Área de Concessão

A tabela a seguir demonstra o crescimento da energia faturada em GWh nos últimos cinco anos:

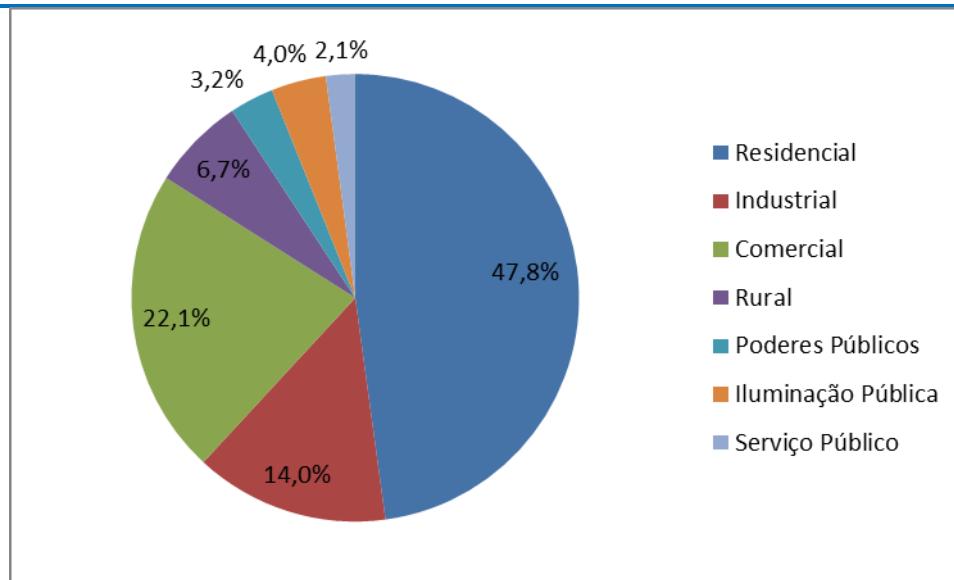
Mercado Atendido – GWh	2019	2020	2021	2022	2023
Energia Faturada	16.348	16.051	16.488	15.925	15.989
Fornecimento	14.455	14.117	14.438	14.484	14.837
Residencial	6.020	6.293	6.483	6.724	7.098
Industrial	2.464	2.264	2.334	2.154	2.081
Comercial	3.323	3.031	3.122	3.216	3.282
Rural	1.174	1.160	1.121	1.037	1.000
Poderes Públicos	453	350	379	431	474
Iluminação Pública	656	637	615	586	589
Serviço Público	366	382	384	336	312
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.893	1.934	2.050	1.441	1.152
Uso da Rede de Distribuição	9.127	9.089	10.401	11.258	11.963
Consumidores Livres/Dist./Ger.	9.127	9.089	10.401	11.258	11.963
Total	25.476	25.139	26.886	27.182	27.952
Variação	4,3%	-1,3%	7,0%	1,1%	2,8%

*Não considera Consumo Próprio

O gráfico a seguir apresenta a energia faturada por classe de consumo em GWh em 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



3.1.12. Celesc D em Números

	2023	2022	Variação (%)
Atendimento			
Número de consumidores	3.392.218	3.317.007	2,22%
Número de empregados	3.857	3.925	-1,73%
Número de consumidores por empregado	879	845	4,07%
Número de localidades atendidas	285	285	0,00%
Atendimento			Variação (%)
Número de agências	16	16	0,00%
Número de postos de atendimento	258	259	-0,39%
Mercado			Variação (%)
Área de concessão (Km ²)	82.747,68	82.747,68	0,00%
Demandá máxima (MWh/h)	5.591,02	5.658,65	-1,20%
Distribuição direta (GWh)	28.924,43	27.994,79	3,32%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.648,36	2.570,29	3,04%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			Variação (%)
Residencial	695,30	720,69	-3,52%
Industrial	708,61	726,84	-2,51%
Comercial	729,60	744,00	-1,94%
Rural	685,89	665,82	3,01%
Poder Público	554,02	743,05	-25,44%
Outros	691,02	564,47	22,42%
Indicadores DEC e FEC			Variação (%)
DEC (horas)	8,56	8,73	-1,95%
FEC (número de interrupções)	5,86	6,03	-2,82%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	1.428,38	4.500,12	-68,26%
Informações Operacionais			Variação (%)
Número de subestações	179	175	2,29%
Linhas de Distribuição (Km)	5.566,37	5.274,24	5,54%
Indicadores de performance			Variação (%)
Salário Médio dos Funcionários:	R\$5.305,01	R\$4.983,49	6,45%
Energia Gerada / Comprada em MW por Funcionário:	4.145,19	4.705,22	-11,90%
Energia Gerada / Comprada em MW por Consumidor:	4,71	5,57	-15,35%

3.2. Geração

3.2.1. Cenário Hidrológico

Em 2023, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva. No entanto, o somatório dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado) fechou o ano de 2023 com disponibilidade em 91,52%, valor inferior aos 95,35% de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Além de manter a alta disponibilidade das máquinas, o resultado da geração do ano foi superior a 2022, por conta da melhoria nas condições hidrológicas no Estado de Santa Catarina, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água por menos tempo do que no ano de 2022 (11,46% frente a 12,15% de 2022).

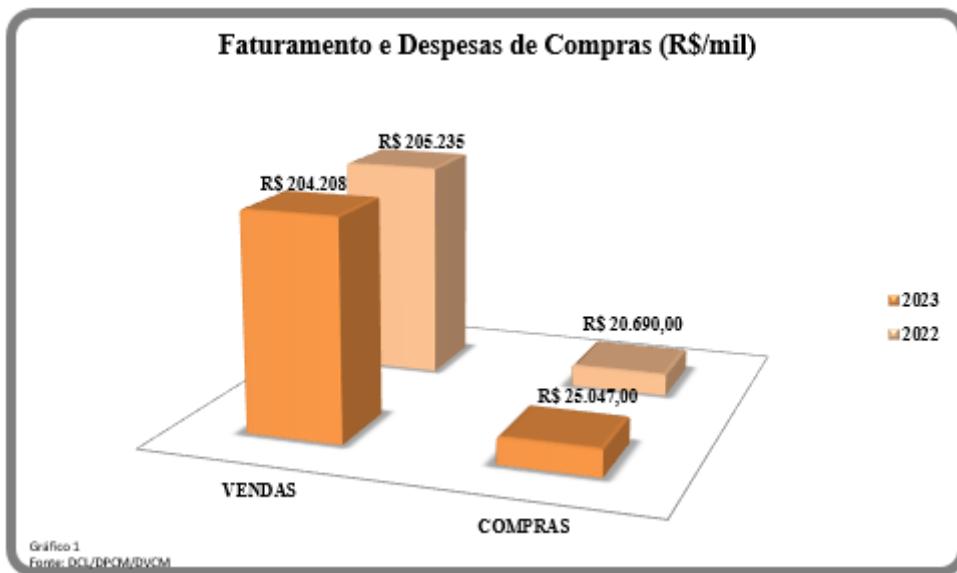
Desempenho Operacional	2023	2022	Variação
Indisponibilidade Manutenção:	8,47%	4,65%	82,15%
Indisponibilidade Investimento:	6,23%	16,03%	-61,14%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,48%	0,66%	-27,27%
Indisponibilidade Hídrica:	11,46%	12,15%	-5,68%

3.2.2. Comercialização de Energia

Em 2023, a Celesc G registrou faturamento global de R\$204,2 milhões, montante 0,5% inferior ao ano de 2022, que registrou R\$205,2 milhões de faturamento. Boa parte dessa redução é decorrente da redução dos preços no ACL, decorrentes da boa hidrologia, da baixa carga, bem como do crescimento da geração das fontes renováveis em todo o SIN.

Em 2023, foram gastos R\$25,0 milhões na compra de energia elétrica adquirida de terceiros, aumento de 21,1% em relação a 2022. Tal aumento pode ser creditado ao maior volume de energia adquirido, que saltou de 153,1 GWh em 2022, para 195,4 GWh em 2023.

O faturamento total e as despesas com compra de energia em 2023 e em 2022 apresentaram o seguinte desempenho:



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$15,5 milhões em 2023 contra R\$5,2 milhões em 2022.

O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$2,5 milhões contra R\$1,6 milhões em 2022.

O Faturamento por classes em 2023 e 2022 apresentou o seguinte desempenho:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

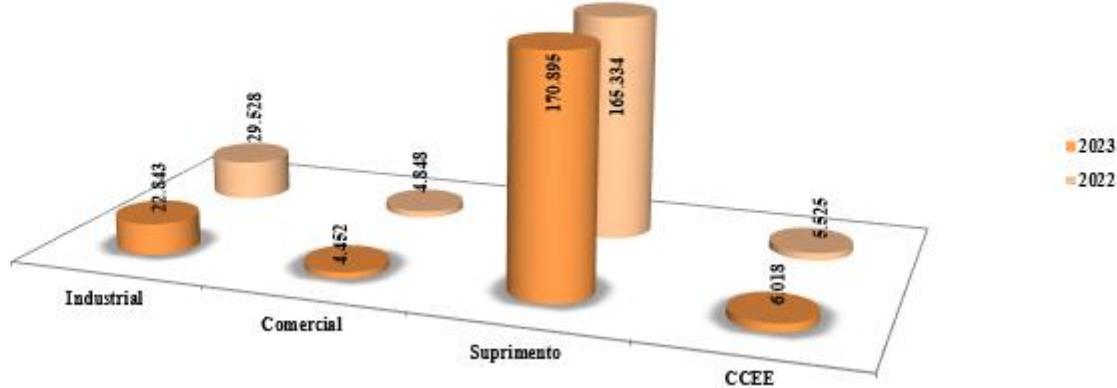
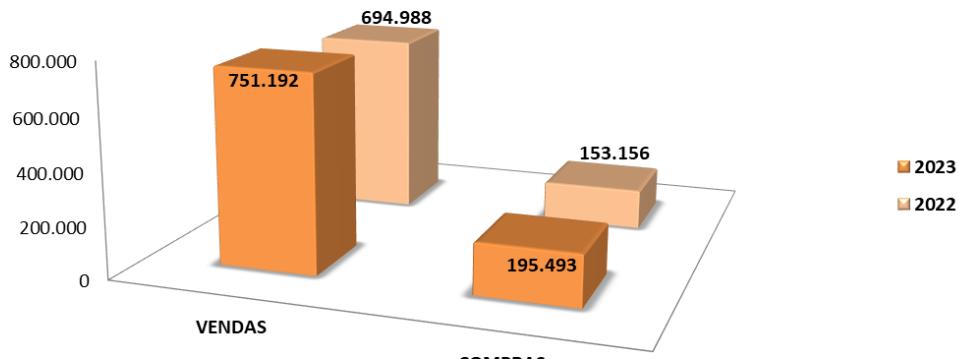
**Faturamento por classe (R\$/mil)**

Gráfico 2

A energia elétrica comercializada em 2023 chegou ao montante de 751.192 MWh, superior em 8,09%, quando comparado ao montante de 694.988 MWh comercializado em 2022.

Energia Comercializada (MWh)Gráfico 3
Fonte: DVCL/DPCM/DVCM

O PLD médio anual (R\$72,16/MWh) foi mais alto do que o verificado em 2022 (R\$59,04/MWh). A principal razão foi o aumento do piso do PLD, que era de R\$55,70/MWh em 2022 e subiu para R\$69,04/MWh em 2023. Em ambos os anos, o PLD ficou praticamente o ano todo no piso.

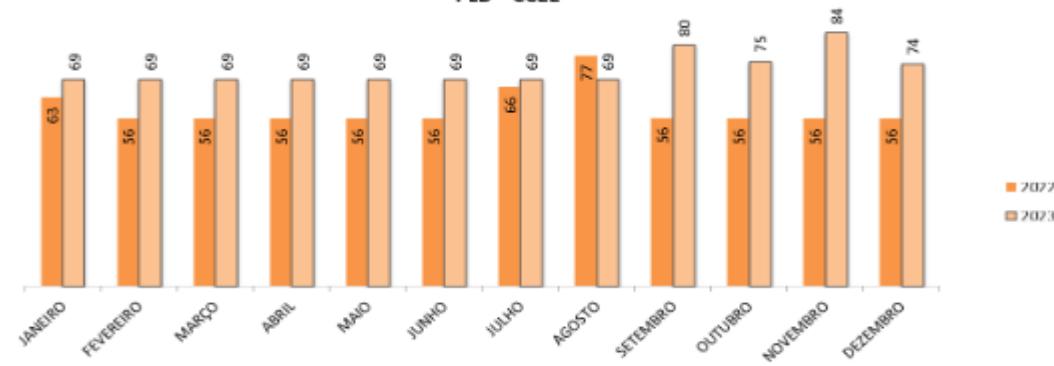
PLD - CCEE

Gráfico 2

3.2.2.1 Certificação Internacional de Energia Renovável

A Celesc G habilitou suas sete maiores usinas a emitirem Certificados de Energia Renovável com a chancela I-REC – títulos que comprovam a origem e a produção de energia limpa e renovável – por um período de cinco anos, de janeiro de 2023 até dezembro de 2027.

Os certificados permitem também que os clientes rastreiem o seu consumo de energia nos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), possibilitando a compensação das suas emissões de CO₂ de escopo 2 (provenientes da energia elétrica adquirida para uso próprio).

A inclusão desses certificados no portfólio de soluções em energia fortalece a posição da Celesc no mercado como agente catalisador da sustentabilidade. Ao adquirir I-RECs, empresas e consumidores têm a garantia de que estão apoiando a geração de energia por meio de fontes renováveis.

3.3. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

3.3.1. Distribuição

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes para a confirmação da prorrogação da concessão.

As regras que definiram os critérios para a renovação e manutenção da concessão foram definidas pela ANEEL em outubro de 2015, quando foi divulgada a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Para evitar a caducidade da concessão, as distribuidoras precisariam seguir dois critérios: o de continuidade no fornecimento, composto pelos indicadores técnicos DEC e FEC, e o da gestão econômica e financeira da Companhia, sendo ambos com trajetória de aumento nos seus graus de exigência.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa. A Empresa tem apurado seus indicadores dentro dos limites regulatórios e vem apresentando uma trajetória positiva ao longo do período.

A Celesc D tem apurado seus indicadores dentro dos limites regulatórios e vem apresentando uma trajetória positiva ao longo do período.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896, publicada em 17 de novembro de 2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR.
- Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECi ¹	FECi ¹	DECi	FECi	
2021	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR ² } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		DEC ³	FEC ³	DEC	FEC	
2022	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido

¹ DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.094 e Nota Técnica nº 161, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela Celesc D partir de 22 de agosto de 2022.

No processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, em cuja gestão a Companhia não tem gerência, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários.

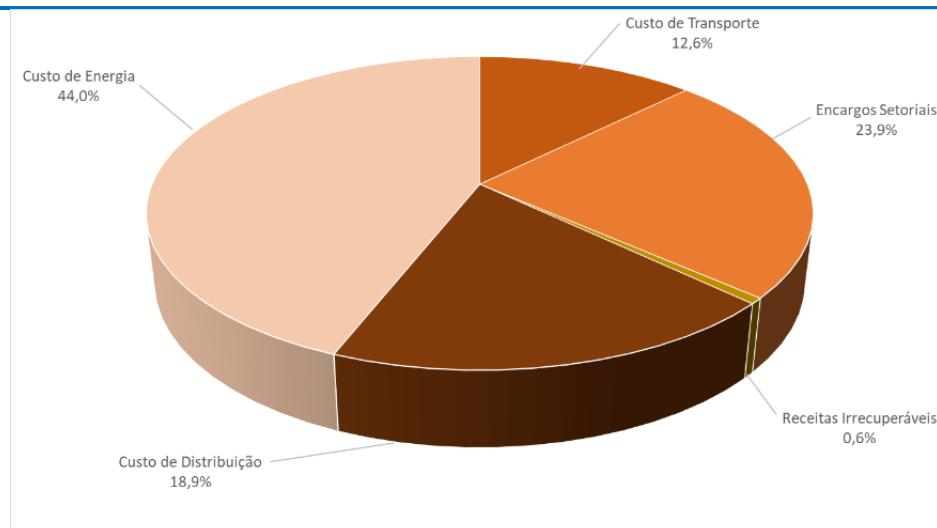
No reajuste tarifário de 2022, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 11,32%, tem a participação de 8,23% de encargos setoriais, 3,09% de custos com transmissão, 4,13% com despesas de energia, 1,92% com os custos da distribuidora, -5,62% relativo aos componentes financeiros do processo atual e -0,63% relativo à retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 1,92%, do reajuste tarifário. Devido a itens financeiros que contribuíram para a redução tarifária, o efeito para o consumidor acabou sendo minimizado.

Na composição da Receita Líquida para o período 2022-2023, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,10%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,9%, definida no valor de R\$2,15 bilhões.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da nova Receita Anual da Celesc D.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



c) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2023

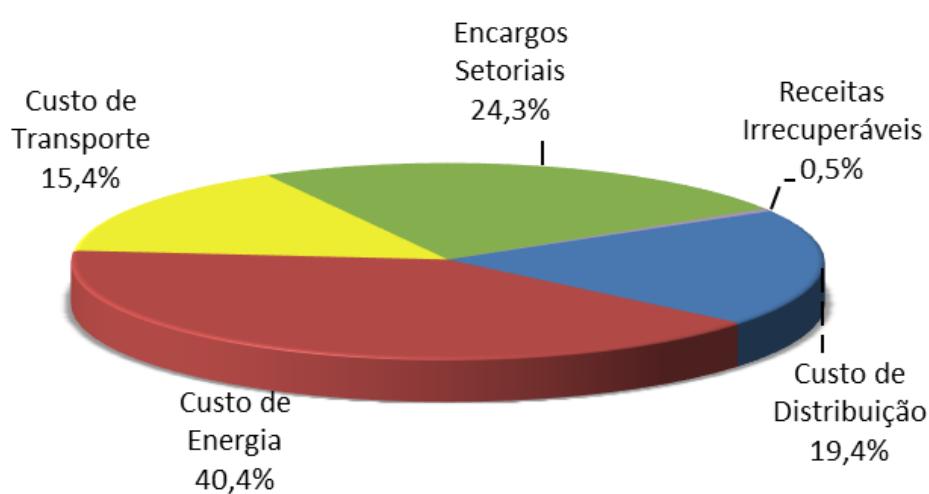
A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.244 e Nota Técnica nº 78/2023-STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D a partir de 22 de agosto de 2023.

No processo de Reajuste Tarifário a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, em cuja gestão a Companhia não tem gerência, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários.

No reajuste tarifário do ano, o efeito médio percebido pelos consumidores foi na ordem de 2,30%. A Parcela A (Custos não gerenciáveis) foi responsável por 3,16%, sendo: 1,31% de Encargos Setoriais; 3,15% de Custos de Transmissão; -1,20% de custos com energia e 0,09% de Receita Irrecuperável. Já a Parcela B (Custos Gerenciáveis) correspondeu a 0,69% do reajuste tarifário.

Na composição da Receita Líquida, a Parcela A (Custos não Gerenciáveis) participa com 80,60% e a Parcela B (Custo Gerenciável) com 19,4%.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da nova Receita Anual da Celesc D.



A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste tarifário:

**Participação no Reajuste Tarifário 2023
(Resolução Homologatória ANEEL 3.244/2023)**

Parcela A	Encargos Setoriais	1,31%
	Custos de Transmissão	3,15%
	Compra de Energia	-1,20%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%
	Total Parcela A	3,16%
Parcela B	Total Parcela B	0,69%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		3,85%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-6,42%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		4,87%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		2,30%

c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, gerenciado pela ANEEL e em vigor em todo o País, apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos. Elas indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em virtude das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre **nenhum acréscimo**;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de **R\$1,874** para cada **100 kWh** (quilowatts-hora) consumidos;

Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de **R\$3,971** para cada **100 kWh** (quilowatts-hora) consumidos;

Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de **R\$9,492** para cada **100 kWh** (quilowatts-hora) consumidos;

Bandeira escassez hídrica: criada para custear os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Vigorou até abril de 2022. A tarifa sofre acréscimo de **R\$14,20** para cada **100 kWh** (quilowatts-hora) consumidos.

3.3.2. Geração

a) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia – MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047. No âmbito da repactuação do risco hidrológico, promulgada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, a UHE Pery recebeu extensão de sete anos de concessão ao prazo vigente.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Em síntese, a Celesc G vinha recebendo o valor do GAG Melhorias de forma integral e, em contrapartida, não estava recebendo o valor da indenização a que faria jus em decorrência da ampliação da capacidade instalada da usina de 4,4 MW para 30 MW, ocorrida em 2013. Por conta disso, em 2018, a Celesc G interpôs recurso administrativo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou os resultados da Consulta Pública nº 21/2021. No documento, a Celesc G passa a receber uma indenização com fator de anualização de 0,1217615, a ser utilizado no cálculo da parcela anual referente à indenização de que trata a Portaria MME nº 257/2017 para incorporação na RAG da UHE Pery.

Para o GAG Melhorias, foi considerado o investimento regulatório no valor de R\$19,1 milhões, com índice de preços de julho de 2017, e fator de anualização de 0,0498641, a serem utilizados em seu cálculo para incorporação na RAG da UHE Pery.

Sendo assim, no processo tarifário de 2021, que ocorre anualmente no mês de julho, os valores da indenização e do GAG Melhorias, foram incluídos na RAG (ciclo 2021/2022) de forma retroativa e atualizados até julho de 2021, no montante de R\$53,9 milhões, com recebimento de 12 parcelas mensais. O valor da indenização para o ciclo 2022/2023, por meio da RAG, foi de R\$18,6 milhões.

Em 18 julho de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3225, homologou a RAG para o ciclo 2023/2024, sendo que, do montante de R\$27,8 milhões a serem recebidos pela UHE Pery, R\$19,2 milhões se referem à parcela indenizatória.

b) Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Desde agosto de 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do GSF, ao percentual máximo de 5%, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste GSF ou provenientes de outros processos judiciais relacionados.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologa o aumento do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, 7 usinas da Celesc G. Referida decisão foi ratificada na Resolução Autorizativa nº 11.998/2022. Essa extensão foi condicionada à desistência da liminar (do GSF) para as usinas a terem sua concessão prorrogada. Para as CGHs, a liminar foi mantida, pois por não terem tempo de concessão, não teriam uma contrapartida para a Celesc em caso de desistência, apesar do reconhecimento por parte dos órgãos oficiais que estas usinas foram afetadas pelas razões apontadas na Lei 14.052/2020.

No entanto, no dia 31 de julho de 2023, a liminar favorável à Celesc G foi revogada e consequentemente, a geradora teve que devolver o montante de aproximadamente R\$28 milhões, que foram pagos na liquidação de agosto de 2023 à CCEE. Com isso, a Celesc G aguarda uma solução para as CGHs, não contempladas na Lei 14.052/2020, sem nenhuma liminar e sem mais nenhum passivo associado a ela.

c) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2023/2024

A Receita Anual de Geração – RAG é o valor em reais (R\$) a que o gerador com contrato prorrogado tem direito a receber pela disponibilização da Garantia Física de energia e de potência da usina hidrelétrica no regime de cotas de garantia física. Esse valor é pago em parcelas duodécimas e sujeito a ajustes de indisponibilidade ou desempenho da geração. Ela é composta pelos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas, sendo reajustada anualmente em julho.

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2023/2024, com vigência de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Usinas	Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2023/2024	Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2022/2023	Δ
UHE Pery	27.779	26.615	4,4%
UHE Garcia	12.773	12.417	2,9%
UHE Bracinho	16.405	15.547	5,5%
UHE Cedros	11.766	11.386	3,3%
UHE Palmeiras	25.010	24.186	3,4%
UHE Salto	8.343	8.073	3,3%

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022	Variação	Consolidado
Receita Operacional Bruta – ROB	15.793.180	15.790.288	0,02%	
Receita Operacional Líquida – ROL	10.402.608	9.899.450	5,08%	
Resultado Operacional	825.103	802.347	2,84%	
EBITDA ajustado	1.140.036	1.079.945	5,56%	
EBITDA	1.139.704	1.079.429	5,58%	
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	10,96%	10,91%	0,05 p.p.	
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,96%	10,91%	0,05 p.p.	
Margem Líquida (LL/ROL)	5,35%	5,36%	-0,11 p.p.	
Resultado Financeiro	(141.788)	(82.693)	71,46%	
Ativo Total	12.302.261	11.628.067	5,80%	
Imobilizado	193.249	133.865	44,36%	
Patrimônio Líquido	2.932.567	2.883.176	1,71%	
Lucro Líquido	557.034	540.562	3,05%	

4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no exercício de 2023, foi de R\$15,793 bilhões, mantendo-se praticamente inalterada em relação ao mesmo período de 2022, que foi de R\$15,790 bilhões, tendo uma leve variação de 0,02%.

Na Celesc D, o desempenho da ROB, apesar dos reajustes tarifários positivos de 11,32% em 2022 e 2,30% em 2023, não teve um impacto maior devido à publicação da Lei Complementar – LC nº 194, de 23 de junho de 2022, com efeitos a partir de 1º de julho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Em SC, a regulamentação da LC nº 194/2022 se deu pela Lei Ordinária nº 18.521, de 3 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2022, tendo seu efeito neutralizado na Receita Operacional Líquida.

Na Celesc G, o reflexo na redução da ROB está relacionado principalmente com o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são atualizados pelo IPCA e registrados nesse grupo. Essas receitas de juros e atualizações monetárias foram de R\$83,8 milhões no exercício de 2022 para R\$80,3 milhões no mesmo período de 2023, configurando uma redução de 4,15%, aproximadamente. Houve, também, queda na receita de fornecimento de energia. A redução está relacionada ao distrato de energia da Celesc G contratada por uma comercializadora de energia, que por problemas operacionais não conseguiu manter a compra de energia. Desta forma, a energia disponível da Celesc G foi negociada a PLD, sendo o valor abaixo do que havia sido acordado no contrato com a comercializadora.

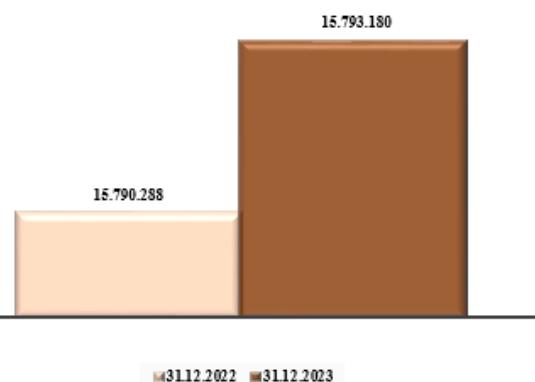
No mesmo período de 2023, a Receita Operacional Líquida – ROL foi de R\$10,4 bilhões, resultando em um aumento de, aproximadamente, 5,08% em comparação a 2022, que foi de R\$9,9 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

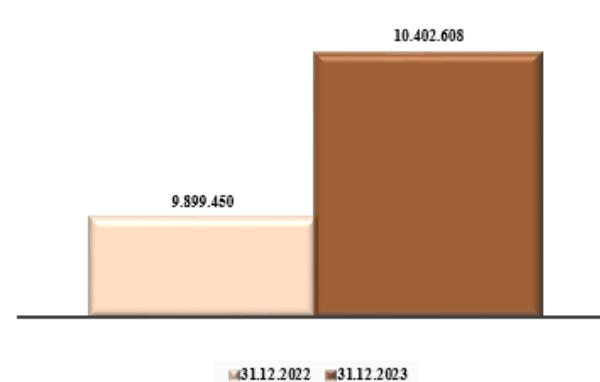
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



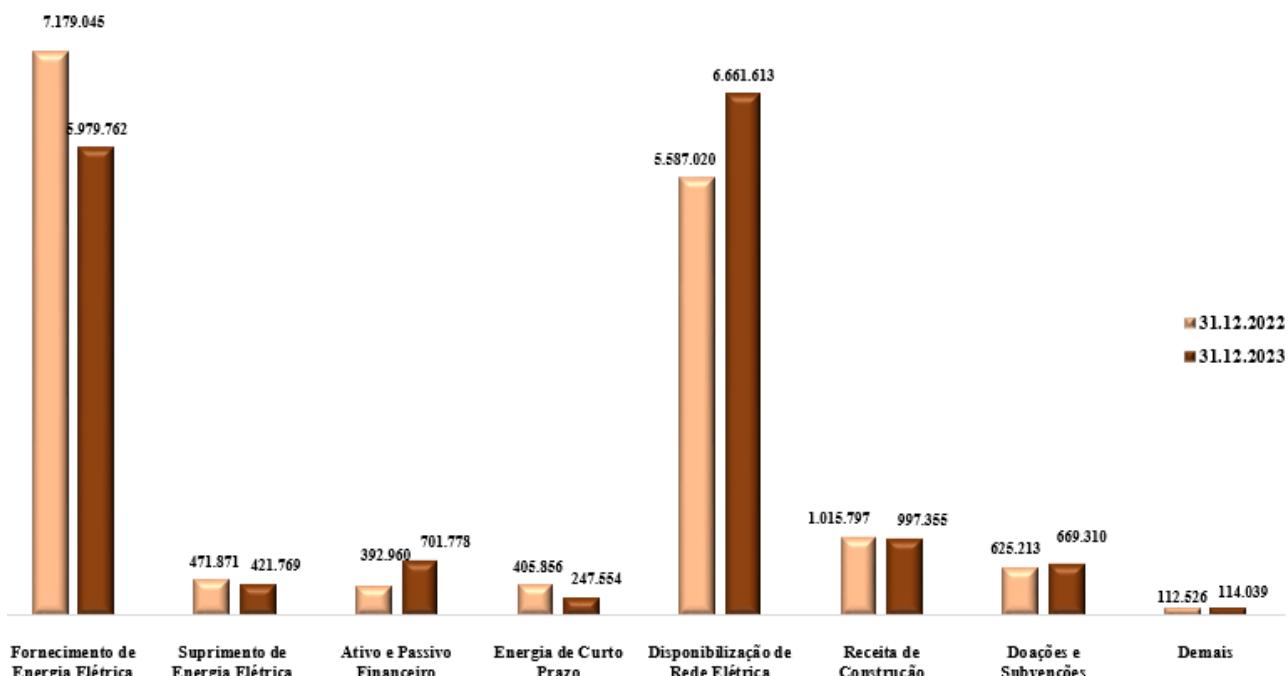
Receita Operacional Bruta



Receita Operacional Líquida



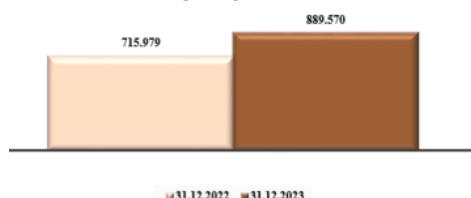
Composição da Receita Bruta



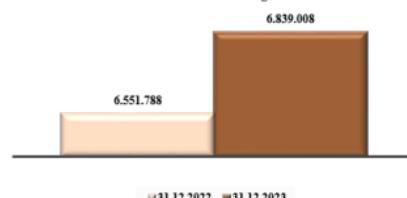
4.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 5,0%, aproximadamente, quando comparado o exercício de 2023 e 2022. Os custos com energia aumentaram 7,39%, os custos de operação caíram 8,9% e as despesas operacionais aumentaram 24,25% nos períodos analisados.

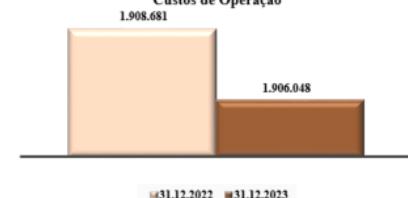
Despesas Operacionais



Custos com Energia



Custos de Operação



Na Celesc D, houve um aumento de, aproximadamente, R\$436 milhões nos custos e despesas operacionais. Uma das justificativas é o aumento de 14,75% (R\$254,9 milhões de aumento) verificado no custo com encargo de uso de sistema. Além disso, as provisões tiveram um aumento líquido de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



R\$154,5 milhões, justificado principalmente pelo reconhecimento da provisão relativa à multa ambiental no valor de R\$129,5 milhões (NE 28, contingências cíveis).

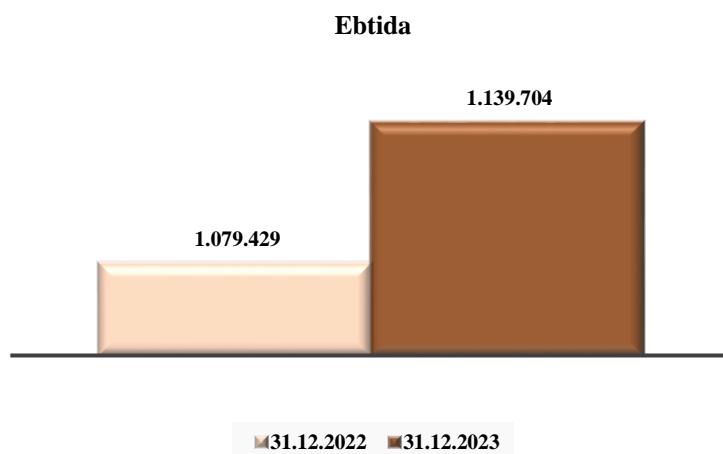
Na Celesc G, os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$34 milhões no exercício de 2023, quando comparado ao mesmo período de 2022. A principal justificativa disso foi o reconhecimento do custo com energia elétrica de curto prazo, no valor de R\$28,1 milhões, em virtude da devolução à CCEE do montante recebido em virtude do efeito da liminar de GSF, que foi revogada em 31 de julho de 2023.

4.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	31 de Dezembro 2023	31 de Dezembro 2022
Lucro Líquido	557.034	540.562
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	126.281	179.092
Resultado Financeiro	141.788	82.693
Depreciação e Amortização	314.601	277.082
EBITDA	1.139.704	1.079.429
Efeitos Não Recorrentes		
Provisão <i>Impairment Test</i>	332	516
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-recorrentes	1.140.036	1.079.945

O EBITDA no exercício de 2023 atingiu o valor de R\$1,14 bilhões, aproximadamente 5,58% superior ao mesmo período de 2022, que foi de R\$1,08 milhões.



4.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no exercício de 2023 foi negativo em R\$141,8 milhões e, em 2022, foi negativo de R\$82,7 milhões.

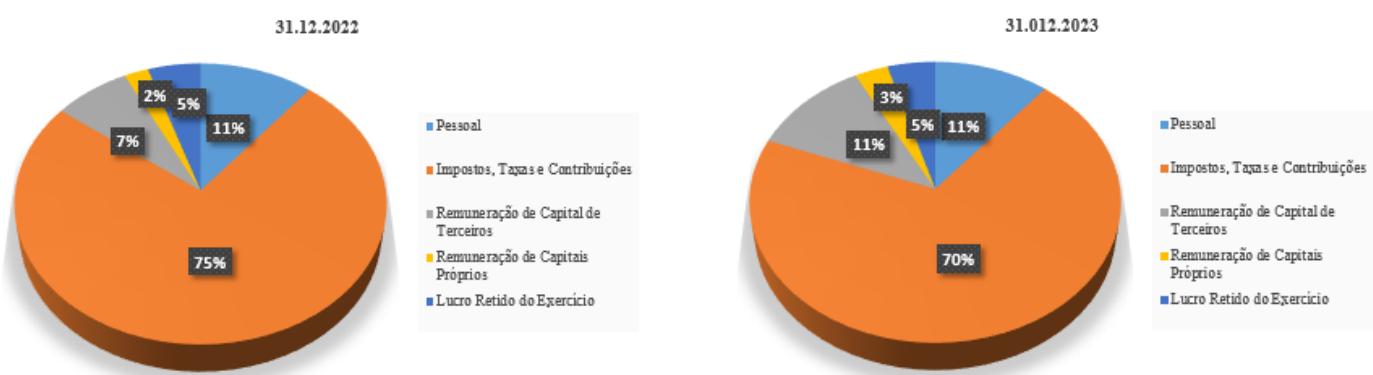
A redução de R\$59,1 milhões provocada nesse grupo, correspondendo a um aumento de 71,46% no resultado deficitário, quando comparados os exercícios de 2023 e 2022. Ressalta-se que foi por consequência, principalmente, do aumento dos juros e atualizações monetárias das dívidas da subsidiária Celesc D, sobretudo as remuneradas pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, bem como pela redução nos rendimentos de aplicações financeiras (redução de R\$37,8 milhões) e aumento de tributos sobre receita financeira de atualização de crédito tributário.

Resultado Financeiro Líquido



4.5. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições”, “Remuneração do Capital de Terceiros” e “Remuneração do Capital Próprio”, permanecendo uma parte como “Lucro Retido do Exercício”, nas seguintes proporções:



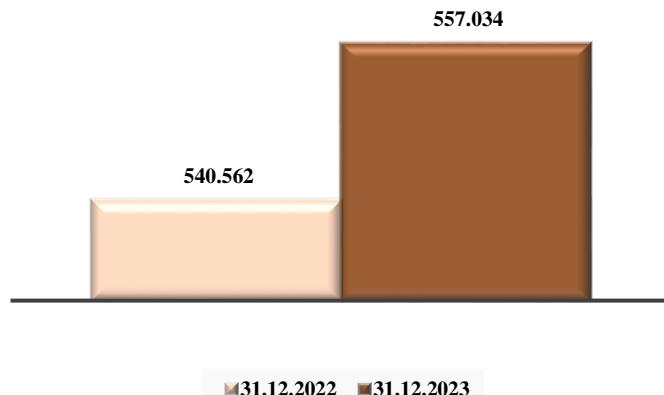
4.6. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	Consolidado
Liquidez Geral	0,75	0,78	0,85	
Liquidez Corrente	0,91	0,98	1,15	
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	18,99%	18,75%	21,50%	
Endividamento Geral	76,16%	75,21%	78,08%	

4.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no exercício de 2023, um Lucro Líquido de R\$557,0 milhões, representando um aumento de 3,05% se comparado ao mesmo período de 2022, cujo valor foi de R\$540,6 milhões. O aumento é justificado principalmente pela Receita Operacional Líquida – ROL, que aumentou 5,08%, apesar do pequeno aumento de 0,02% evidenciado da redução da Receita Operacional Bruta – ROB.

Lucro Líquido**4.8. Investimentos**

Descrição	Consolidado				
	31.12.2023		31.12.2022		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	1.263.745	95,95%	1.292.847	97,54%	-2,25%
Recursos Próprios	997.355	-	1.015.797	-	-
Participação Financeira do Consumidor	266.390	-	277.050	-	-
Geração de Energia Elétrica	53.338	4,05%	32.545	2,46%	63,89%
Participações Societárias	152	-	18.712	-	-
Parque Gerador Próprio	53.186	-	13.833	-	-
Total	1.317.083	100%	1.325.392	100%	-0,63%

4.8.1. Celesc D

Do total investido, o maior volume de R\$1.263,7 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D.

Desse valor, R\$997,3 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$916,0 milhões em materiais e serviços e R\$81,3 milhões em mão de obra própria) e R\$266,4 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 7 de dezembro de 2021.

4.8.2. Celesc G

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no exercício de 2023, pela Celesc G:

- R\$3,9 milhões foram utilizados na automação e painel de serviço para a usina Celso Ramos;
- R\$3,1 milhões foram gastos com transformador trifásico da usina Palmeiras;
- R\$3,3 milhões foram alocados na automação e painel de serviços auxiliares da usina Pery;
- R\$2,2 milhões foram gastos com a reforma da turbina da UG-03 e projeto executivo mecânico da usina Salto;
- R\$4,9 milhões foram gastos na compra e montagem do gerador fotovoltaico de 1MW para a UFV Campos Novos;
- R\$11,9 foram aplicados em gerador fotovoltaico e gastos com implantação, montagens elétricas da UFV III Oeste;
- R\$13,2 foram alocados no gerador fotovoltaico e gastos com implantação, montagens elétricas da UFV IV Oeste; e
- R\$5,9 milhões foram gastos com turbina, comporta, conduto forçado e mobilização do

canteiro de obras da usina Maruim.

4.8.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

O projeto de ampliação da CGH Caveiras encontra-se em licenciamento ambiental. Sua concepção prevê a construção de nova casa de força e sistema adutor.

Ano	Ato Legal	Ação
2018	Despacho 3.005/2018	nº Conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação
Set/2020	Despacho 2.752/2020	nº Aprovou a revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento hidrelétrico
Dez/2020	Despacho 3.592/2020	nº Conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH.
Abr/2022	Despacho 1.102/2022	nº A ANEEL decidiu registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo – DRS-PCH da PCH Caveiras, com 9.400 kW de Potência Instalada.

Com a aprovação do Projeto Básico de Ampliação, se deu início ao licenciamento ambiental junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA. A Celesc G aguarda o andamento das tratativas junto ao órgão ambiental para que se avance nas etapas de obtenção da outorga junto à ANEEL e da aprovação do Plano de Negócio visando o processo licitatório e construção.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

O projeto de ampliação da UHE Salto Weissbach está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW.

Ano	Ato Legal	Ação
05/2018	Despacho nº 1.117/2018	Despacho de Registro de Adequabilidade aos Estudos de Inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo.
06/2022	LAI nº 3.454/2022	Obtenção da Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina.
05/2023	Portaria nº 12/2023	Obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Economia Verde – SEMAE, de Santa Catarina.
06/2023	Despacho nº 2.079/2023	Homologação, pela ANEEL, dos parâmetros para cálculo da revisão da garantia física, pela ANEEL e encaminhamento do processo à EPE – Empresa de Pesquisa Energética
09/2023	S/N	Emissão, pela EPE, do Relatório de Avaliação Técnica e Econômica do Projeto de Ampliação e envio ao MME - Ministério de Minas e Energia.
01/2024	S/N	Análise, pelo MME, do Relatório emitido pela EPE e dos parâmetros calculados pela ANEEL referente à garantia física. Encaminhamento à ANEEL para definição da tarifa de ampliação.

A usina opera no regime de cotas, então a energia decorrente da ampliação será integralmente destinada a esse regime. No momento, aguarda-se, da ANEEL, a divulgação da tarifa de ampliação, para posteriormente se obter a emissão da outorga pelo MME.

c) Reativação da CGH Maruim

A usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico e cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Após as etapas referentes ao licenciamento ambiental e à consolidação de projeto básico realizadas nos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



últimos anos, no primeiro trimestre de 2023, foram iniciadas as obras de reativação da usina, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas.

Para a implantação, foram realizados quatro processos licitatórios distintos: (i) supervisão e execução de programas ambientais; (ii) fornecimento e instalação das turbinas, geradores e equipamentos associados; (iii) fornecimento e instalação de conduto forçado e hidromecânicos; e (iv) execução de obras civis e projetos executivos de engenharia que, somados, resultam num montante na ordem de R\$8 milhões e serão executados durante o decorrer de 2023 e início de 2024.

A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa, à época, de R\$264,99/MWh.

4.8.2.2. Projetos de Melhorias do Parque Gerador

a) Automação da UHE Pery

A usina Pery é formada por duas casas de força, sendo que a primeira foi construída em 1965. O sistema de automação dessa casa de força também vinha apresentando necessidade de substituição, motivo pelo qual foi contratada a sua substituição. O projeto, da ordem de R\$3,6 milhões, foi concluído no ano de 2023.

b) Automação da PCH Celso Ramos

A usina Celso Ramos é formada por duas casas de força, sendo que a primeira também foi construída em 1965. Assim como aconteceu na usina Pery, o sistema de automação dessa casa de força vinha apresentando necessidade de substituição, que foi contratada ao final de 2022 e concluída em 2023. O investimento é na ordem de R\$6,0 milhões.

c) Substituição de Transformadores de Potência

A Celesc G iniciou em 2023 o plano de substituição dos transformadores de potência de seu Parque Gerador, priorizando os dois transformadores de potência de capacidade nominal 11 MVA cada, da usina Palmeiras, respectivamente das unidades geradoras nº 1 e 2. Esses transformadores de potência são os responsáveis pela elevação da tensão de 6,9 kV dos geradores para 69 kV ao ponto de conexão com a Celesc D. O investimento total foi de R\$3,47 milhões.

4.8.2.3. Novos Negócios

a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

O Plano de Negócio em Geração Distribuída prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Destaca-se que 4,5 MW já se encontram em operação comercial, conforme abaixo:

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Entrada em Operação
UFV Lages I	Lages/SC	1,00	Fev.2023
UFV Campos Novos I	Campos Novos/SC	1,00	Set.2023
UFV São José do Cedro I	São José do Cedro/SC	2,50	Dez.2023
Total		4,50	

Outros 9,5 MW em projetos, os quais se encontram em estágios diferentes de execução, são demonstrados no quadro a seguir:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Modelo I	Modelo/SC	2,50	Mar.2024	Em implantação
UFV Videira I	Videira/SC	1,00	Abr.2024	Em implantação
UFV Capivari I	Capivari de Baixo/SC	3,00	Jun.2024	Em implantação
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Abr.2024	Em implantação
Novas UFVs	A definir	2,00	2024	Em contratação
Total		9,50		

Todos os projetos têm como prioridade o enquadramento na janela regulatória prevista pela Lei nº 14.300/22, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras do sistema de compensação de energia (um crédito de energia para cada kWh injetado na rede) até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

4.8.2.4. Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$152,0 mil em 2023, aplicados integralmente na SPE na Garça Branca Energética S.A., para fins de reforço de caixa. Com a conclusão de um dos contratos de financiamento em 2023, a SPE obteve condição financeira favorável, não necessitando de novos aportes pelos sócios. Destaca-se que a PCH Garça Branca foi concluída em 2018, possuindo concessão até 2048 e sua energia está vendida em leilão regulado da ANEEL (A-5, 2013).

4.9. Ambiente Econômico

4.9.1. Desempenho no Mercado Financeiro

A Celesc acompanha e monitora continuamente a evolução da conjuntura econômica e a variação dos principais indicadores como PIB, inflação, câmbio e juros e a forma como essas variáveis influenciam no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, atua diretamente na compra de energia de Itaipu, PIB e investimentos no crescimento do mercado de energia. Os juros impactam no financiamento e investimentos (custo do capital) e a inflação, nos suprimentos e PMSO.

As análises da economia global, Estados Unidos, Europa – dividida em área do euro e Reino Unido-, China e três países da América Latina – Argentina, Chile e México – feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, apontam que de maneira geral, houve, em 2023, maior crescimento do que o esperado, os mercados de trabalho continuaram mostrando aquecimento, com baixas taxas de desemprego, e a inflação caiu, mas continua alta, em meio à elevação das taxas básicas de juros pelos bancos centrais, que agora indicam que elas devem ficar altas por mais tempo. Os déficits fiscais e as dívidas públicas estão em níveis acima dos de antes da pandemia, e os custos do serviço da dívida como porcentagem do PIB estão altos, como para os países em desenvolvimento, ou com previsão de subirem, como nas economias avançadas e nas de renda média. O crescimento no ano que vem deve ser semelhante ao deste, em termos globais e pode se beneficiar da perspectiva do início do afrouxamento das políticas monetárias. Entretanto, há riscos, como a mencionada fragilidade fiscal, a demora na recuperação na indústria e os riscos geopolíticos. Cada região ou país, naturalmente, tem suas peculiaridades, exploradas nas subseções a eles dedicadas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9% em 2023. Em termos nominais, o valor totalizou R\$10,9 trilhões no ano. Esses números foram resultado de cenários distintos entre o primeiro e segundo semestres de 2023, sendo que a atividade econômica na primeira metade do ano foi puxada por uma safra excepcional de grãos, com desempenho recorde na produção de soja e milho. Já no segundo semestre, o setor de serviços permaneceu resiliente e trouxe sustentação a uma desaceleração gradual da economia.

O desempenho do setor agropecuário (materializada na supersafra agrícola) e a expansão acima do esperado da produção do petróleo, que criaram as condições necessárias para o Brasil conquistar novos mercados no exterior. Por outro lado, a indústria de transformação de forma geral apresentou quadro de contínua estagnação. A queda na produção mesmo num cenário de crescimento da demanda pode


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


ser atribuída em parte ao vazamento ao exterior, vislumbrado no aumento da importação de bens duráveis e semiduráveis.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 4,62% em 2023. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, que reflete a evolução dos preços administrados e do atacado, apontou -3,18%, como resultado da queda da taxa de juros e dos preços de algumas *commodities*, tais como soja, milho e trigo, que são matéria-prima para vários outros alimentos.

A taxa de juros medida pela Selic fechou o ano a 11,75%, resultado de sucessivos cortes realizados pelo Comitê de Política Monetária – Copom, ao longo de 2023.

No acumulado de janeiro a dezembro de 2023, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil, registrou crescimento de 2,6% no acumulado dos últimos 12 meses.

4.9.2. Desempenho no Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R\$2,480 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base mínima de 25%, não cumulativos. O capital autorizado no Estatuto Social é de R\$2,600 bilhões.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme tabela a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31.12.2023					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	460.600	2,97	2.880.001	12,50	3.340.601	8,66
Alaska Poland FIA	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Outros	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Os investidores estrangeiros encerraram o ano de 2023, representando 0,62% do capital social total da Companhia, detendo o total de 239.423 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	239.423	0,62%
Investidores Nacionais	38.332.168	99,38%
Total	38.571.591	100,00

4.9.3. Desempenho no Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 4º trimestre de 2023, com valorização de 12,08%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 11,13% no mesmo período.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 9,08% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 9,85%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de dezembro de 2023 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %
	31.12.2023	4º TRI 2023	
Celesc PN	65,35	9,08%	33,49%
Celesc ON	61,55	9,85%	41,53%
IBOVESPA	130.649	12,08%	19,06%
IEE	94.957	11,13%	20,69%

Variações percentuais com ajuste a proventos

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado acima, são: R\$65,35 (sessenta e cinco reais e cinquenta e trinta e cinco centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$61,55 (sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

As ações do controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2023 estão representadas no quadro adiante:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Controlador*	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765
Diretoria Executiva	0	0,00	22	0,00	22
Outros Acionistas	6.297.677	40,56	22.810.127	98,98	29.107.804
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591
					100,00

* Governo do Estado de Santa Catarina, CELOS, INVESC e Gabinete de Planejamento e Coordenadoria Geral.

4.10. Relações com Investidores

Em 2023, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de uma apresentação junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizada em 29 de agosto, em São Paulo – SP.

No site de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri), estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM, B3 e ANEEL), bem como demais informações financeiras, releases de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

6. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 28 de março de 2024.

A Administração

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado (Reclassificado)	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		343.407	302.455	3.409.987	3.678.616
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	56.671	48.205	906.196	940.684
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	1.952.160	1.758.933
Estoques	10	-	-	23.270	20.019
IRPJ e CSLL a Recuperar	11	61.925	44.331	94.572	64.134
Demais tributos a Recuperar	11	-	-	173.012	635.104
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	12.1	224.298	209.296	9.667	20.422
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	41.569	40.019
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	18.215	17.536
Outros	12.2	513	623	191.326	181.765
Não Circulante		2.857.432	2.802.549	8.892.274	7.949.451
Realizável a Longo Prazo		98.561	77.660	3.600.036	3.143.744
Títulos e Valores Mobiliários	16	208	217	208	217
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	25.307	16.775
Tributos Diferidos	18	-	-	854.645	709.023
Tributos a Recuperar	11	-	-	473.524	524.780
Depósitos Judiciais	28	98.353	77.402	421.346	359.870
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	778.341	599.069
Ativo Financeiro Setorial	13.1	-	-	94.538	76.448
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	317.792	306.791
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	144.366	139.304
Ativo de Contrato	15	-	-	486.893	408.969
Outros	12.2	-	41	3.076	2.498
Investimentos	19	2.755.000	2.720.813	388.828	363.279
Imobilizado	20	436	138	193.249	133.865
Intangível	21	3.435	3.938	4.710.161	4.308.563
Total do Ativo		3.200.839	3.105.004	12.302.261	11.628.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		235.342	196.375	3.730.676	3.757.419
Fornecedores	22	1.438	900	1.089.092	1.016.513
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	-	-	258.631	262.833
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	-	-	97.505	34.396
Debêntures	24	-	-	166.193	210.470
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	1.820	1.538	224.899	227.670
IRPJ e CSLL a Recolher	26	1.692	2.863	26.676	30.996
Demais Tributos a Recolher	26	17.460	31.936	280.071	258.801
Dividendos e JCP Declarados	31	211.329	157.602	211.329	157.602
Taxas Regulamentares	27	-	-	73.509	56.066
Passivo de Arrendamento	20	233	141	10.836	1.579
Benefícios a Empregados	29	-	-	272.597	242.238
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	903.863	753.564
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	7.596	366.981
Outros	-	1.370	1.395	107.879	137.710
Não Circulante		32.930	25.453	5.639.018	4.987.472
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	-	-	412.863	414.003
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	-	-	1.205.666	1.131.923
Debêntures	24	-	-	1.030.413	395.643
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	27.899	50.410
Tributos Diferidos	18	-	-	98.092	89.214
Taxas Regulamentares	27	-	-	84.045	106.643
Passivo de Arrendamento	20	208	-	6.195	6.716
Provisão para Contingências	28	32.722	25.453	517.468	399.020
Benefícios a Empregados	29	-	-	1.923.225	1.659.937
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	333.152	733.963
Patrimônio Líquido	31	2.932.567	2.883.176	2.932.567	2.883.176
Capital Social	31.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	31.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	31.2	1.865.645	1.538.825	1.865.645	1.538.825
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.4	(1.414.647)	(1.158.839)	(1.414.647)	(1.158.839)
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	31.3	1.253	22.874	1.253	22.874
Total do Passivo		3.200.839	3.105.004	12.302.261	11.628.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificada)
Receita Operacional Líquida – ROL	32	-	-	10.402.608	9.899.450
Custos de Vendas / Serviços Prestados	32	-	-	(8.745.056)	(8.460.469)
Lucro Bruto		-	-	1.657.552	1.438.981
Despesas Operacionais		557.704	549.040	(832.449)	(636.634)
Despesas com Vendas	32	-	-	(124.492)	(138.090)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	32	-	-	(93.920)	(73.126)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(29.529)	(27.745)	(650.898)	(565.553)
Outras Receitas	32	16.915	20.933	321.032	279.975
Outras Despesas	32	(9.911)	(28.529)	(341.292)	(219.185)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	19	580.229	584.381	57.121	79.345
Resultado Antes do Resultado Financeiro		557.704	549.040	825.103	802.347
Resultado Financeiro	32	1.145	2.876	(141.788)	(82.693)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		558.849	551.916	683.315	719.654
IRPJ e CSLL	18	(1.815)	(11.354)	(126.281)	(179.092)
Corrente		(1.815)	(11.354)	(131.541)	(188.600)
Diferido		-	-	5.260	9.508
Lucro Líquido do Exercício		557.034	540.562	557.034	540.562
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	31				
Ações Ordinárias Nominativas				13,6274	13,2244
Ações Preferenciais Nominativas				14,9901	14,5469
Resultado Diluído por Ação	31				
Ações Ordinárias Nominativas				13,6274	13,2244
Ações Preferenciais Nominativas				14,9901	14,5469

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido do Exercício	31	557.034	540.562	557.034	540.562
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		(255.232)	(107.934)	(255.232)	(107.934)
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos	19.2	(255.232)	29.327	(255.232)	29.327
Investimentos patrimoniais a VJORA - Ajuste Valor Justo da Casan	16	-	(137.261)	-	(137.261)
Resultado Abrangente do Exercício		301.802	432.628	301.802	432.628

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
						Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
31.12.2021	NE	2.480.000	316	224.467	966.862	-	14.099	(1.064.375)	-	2.621.369
Transações de Capital com Acionistas										
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	59	-	-	-	-	-	59
JCP	31.3	-	-	-	-	-	-	-	(170.880)	(170.880)
Resultado Abrangente Total										
Lucro Líquido do Exercício	33	-	-	-	-	-	-	-	540.562	540.562
Ajuste de Valor Justo	31.6	-	-	-	-	-	-	(137.261)	-	(137.261)
Realização do Custo Atribuído	31.6	-	-	-	-	-	(629)	-	629	-
Ajuste de Avaliação Benefícios a Empregados	31.6	-	-	-	-	-	-	29.327	-	29.327
31.3										
Mutações Internas do PL										
Constituição de Reservas	-	-	27.028	320.409	22.874	-	-	-	(370.311)	-
31.12.2022	2.480.000	316	251.495	1.287.330	22.874	13.470	(1.035.048)	(137.261)	-	2.883.176
Transações de Capital com Acionistas										
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	98	-	-	-	-	-	98
Dividendos	31.3	-	-	-	-	(22.874)	-	-	-	(22.874)
JCP	31.3	-	-	-	-	-	-	-	(229.635)	(229.635)
Resultado Abrangente Total										
Lucro Líquido do Período	33	-	-	-	-	-	-	-	557.034	557.034
Realização do Custo Atribuído	31.4	-	-	-	-	(576)	-	-	576	-
Ajuste de Avaliação Benefícios a Empregados	31.4	-	-	-	-	-	(255.232)	-	-	(255.232)
Mutações Internas do PL										
Constituição de Reservas	31.3	-	-	27.852	298.870	1.253	-	-	(327.975)	-
31.12.2023	2.480.000	316	279.347	1.586.298	1.253	12.894	(1.290.280)	(137.261)	-	2.932.567

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	2023	Controladora	Consolidado	
			2022 (Reclassificada)	2023	2022 (Reclassificada)
Lucro Líquido de Exercício		557.034	540.562	557.034	540.562
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa Gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais		(591.906)	(582.735)	1.060.330	991.486
Depreciação e Amortização	20	2.223	2.220	314.601	277.082
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	20	-	-	56.721	61.215
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	19	(580.229)	(584.381)	(57.121)	(79.345)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(20.586)	(15.685)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	1.111	1.553
Juros e Variações Monetárias		(15.558)	(16.344)	443.974	498.134
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências		(157)	4.976	34.990	(45.890)
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i>	20	-	-	332	516
Despesas Atuariais	29	-	-	145.446	125.061
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	20	-	-	1.013	485
Baixa Direito de Uso Arrendamentos		-	-	(14)	(45)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(560)	93.920	73.126
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	32.1	-	-	(80.338)	(83.813)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		1.815	11.354	126.281	179.092
(Aumento) Redução nos Ativos		(15.378)	(30.968)	607.221	1.492.537
Contas a Receber		-	-	(278.563)	120.237
Tributos a Recuperar		(17.594)	(6.452)	482.910	368.865
Depósitos Judiciais		2.056	(24.463)	43.054	(3.934)
Estoques		-	-	(3.251)	(6.463)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	390.317	871.755
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		-	-	(4.007)	2.145
Ativo Bônus Escassez Hídrica		-	-	-	101.723
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	-	-	15.000
Outras Variações nos Ativos		160	(53)	(23.239)	23.209
Aumento (Redução) nos Passivos		(32.873)	(3.591)	(1.396.888)	(1.841.661)
Fornecedores		538	(47)	72.579	(71.673)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		282	226	(25.282)	13.340
Tributos a Recolher		(33.668)	(4.164)	(92.336)	(802.893)
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(196.062)	312.246
Taxas Regulamentares		-	-	(17.824)	(215.462)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(848.880)	(778.357)
Benefícios a Empregados		-	-	(259.252)	(234.915)
Passivo Bônus Escassez Hídrica		-	-	2	(101.717)
Outras Variações no Passivo		(25)	394	(29.833)	37.770
Juros Pagos	24.7	(23)	(20)	(335.933)	(304.098)
IR e CSLL Pagos		(3.009)	-	(41.470)	(10.911)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais		(86.155)	(76.752)	450.294	867.915
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	20	-	-	(53.162)	(13.798)
Adições Ativo de Contrato	15	-	-	(997.355)	(1.015.797)
Adições Ativo Intangível	21	-	-	(24)	(35)
Integralização de Capital	19.2	-	-	(152)	(18.712)
Recebimento Principal Mútuo D		-	15.000	-	-
Juros Recebidos Mútuo Celesc D		-	409	-	-
Dividendos e JCP Recebidos		274.340	226.195	41.011	39.419
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		274.340	241.604	(1.009.682)	(1.008.923)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	24	-	-	(203.259)	(64.663)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	24	-	-	337.655	610.000
Ingressos de Debêntures	24	-	-	787.094	-
Custos na Liquidação de Debêntures	24	-	-	-	(95)
Pagamento de Debêntures	24	-	-	(206.510)	(157.981)
Pagamento de JCP e Dividendos		(179.469)	(143.270)	(179.469)	(143.270)
Pagamento Passivo de Arrendamento	20	(250)	(249)	(10.611)	(6.387)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(179.719)	(143.519)	524.900	237.604
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa		8.466	21.333	(34.488)	96.596
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	48.205	26.872	940.684	844.088
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	56.671	48.205	906.196	940.684
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		8.466	21.333	(34.488)	96.596

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022 (Reclassificada)
Receitas	32	22.689	22.669	16.110.892	15.962.946
Vendas Brutas de Produtos e Serviços		-	-	14.795.825	14.703.574
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	1.050.541	1.029.630
Outras Receitas		22.689	22.669	(93.920)	303.427
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação		-	-	358.446	(73.685)
Dividida - PECLD					
Insumos Adquiridos de Terceiros	32	(18.443)	(31.732)	(9.416.197)	(8.895.245)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(7.527.519)	(7.222.973)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(18.443)	(31.732)	(837.805)	(642.126)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	(1.050.541)	(1.029.630)
Perdas/Recuperação de Ativos		-	-	(332)	(516)
Valor Adicionado Bruto		4.246	(9.063)	6.694.695	7.067.701
Depreciação, Amortização		(2.223)	(2.220)	(315.613)	(277.565)
Valor Adicionado Líquido Produzido		2.023	(11.283)	6.379.082	6.790.136
Valor Adicionado Recebido em Transferência		614.110	609.962	795.390	580.489
Resultado de Equivalência Patrimonial	19	580.229	584.381	57.121	79.345
Receitas Financeiras	32	31.217	21.576	735.161	496.633
Outras Receitas		2.664	4.005	3.108	4.511
Valor Adicionado Total a Distribuir		616.133	598.679	7.174.472	7.370.625
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	25	(19.189)	(18.830)	(788.379)	(798.972)
Remuneração Direta		(17.556)	(17.280)	(469.920)	(512.494)
Benefícios		(700)	(676)	(283.348)	(253.169)
FGTS		(933)	(874)	(35.111)	(33.309)
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(32.348)	(38.617)	(5.009.732)	(5.490.698)
Federais		(30.978)	(37.388)	(3.006.182)	(3.024.270)
Estaduais		-	-	(1.997.735)	(2.461.420)
Municipais		(1.370)	(1.229)	(5.815)	(5.008)
Remuneração de Capital de Terceiros	32	(7.562)	(670)	(819.327)	(540.393)
Juros		(7.539)	(477)	(810.914)	(528.029)
Aluguéis		(23)	(193)	(8.413)	(12.364)
Remuneração de Capitais Próprios	31	(557.034)	(540.562)	(557.034)	(540.562)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(229.635)	(170.880)	(229.635)	(170.880)
Lucro Retido do Exercício		(327.399)	(369.682)	(327.399)	(369.682)
Valor Adicionado Distribuído		(616.133)	(598.679)	(7.174.472)	(7.370.625)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, transmissão e a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

No Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um resultado do cálculo de Capital Circulante Líquido – CCL, no valor de 0,91 e passivo corrente líquido de R\$320,7 milhões.

Tal índice ficou abaixo de 1,00, sobretudo, por uma parte significativa do Passivo Circulante corresponder aos valores do passivo financeiro setorial a devolver aos consumidores por meio do Reajuste Tarifário Anual ocorrido em 22 de agosto de 2023 e que será amortizado até agosto de 2024. O valor mais expressivo foi de R\$807,6 milhões, referente ao crédito da retirada do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS incluído na tarifa para devolução, sendo um redutor no faturamento e que terá seu efeito caixa nos próximos 12 meses (NE 30). Tem-se ainda a redução do Ativo Circulante por conta da utilização dos créditos do ativo fiscal do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS a partir de fevereiro de 2023.

No Balanço Patrimonial Consolidado, o CCL negativo deriva exclusivamente da subsidiária Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, na qual a redução do caixa e equivalente de caixa é decorrente, também, da política de investimentos realizados no exercício de 2023 e pelo descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual para ativos e itens financeiros que estão sendo constituídos como Parcela A (NE 13), sobre os quais há a perspectiva da Celesc D de serem inseridos no próximo reajuste tarifário. Os investimentos realizados em 2023 na Celesc D, de acordo com a natureza, são Terrenos / Obras Civis e Benfeitorias; Distribuição de Energia Elétrica - Rede / Telecomunicação / Linha / Subestação; Medidores e ramais; Tecnologia da informação; máquinas e equipamentos.

A administração não observa riscos relacionados à continuidade das atividades, considerando que as atividades preponderantes decorrem de: a) concessões de longo prazo; b) o patrimônio líquido é significativo; c) há série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e d) o cumprimento das metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para manter a concessão. Não obstante, conforme contextualizado acima, o resultado do CCL de 0,91 é decorrente, significativamente, pelo PIS/COFINS incluído na tarifa para devolução, que naturalmente reduzirá o passivo circulante com as amortizações ao longo de 2024, e como parte da estratégia de otimização da estrutura ótima de capital e a fim de maximizar a rentabilidade dos investimentos, estes envolveram capital de terceiros (dívida).

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D assinou, em 22 de julho de 1999, o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos, até 2045. O Contrato de Concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A Celesc D é subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.392.675 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896, publicada em 17 de novembro de 2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aperte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.094 e Nota Técnica nº 161, autorizou o valor do reajuste das tarifas praticadas pela Celesc D a partir de 22 de agosto de 2022 até 21 de agosto de 2023. No reajuste tarifário de 2022, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores, foi de 11,32%.

c) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2023

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.244 e Nota Técnica nº 78/2023-STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2023 até 21 de agosto de 2024.

No processo de Reajuste Tarifário a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a Companhia não tem gerência na gestão, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários em sua rede de distribuição.

No reajuste tarifário de 2023 o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 2,30%.

Na composição da Receita Líquida a Parcela A (Custos não Gerenciáveis) participa com 80,60% e a Parcela B (Custo Gerenciável) com 19,4%.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário.

Participação no Reajuste Tarifário 2023 (Resolução Homologatória ANEEL 3.244/2023)		
Parcela A	Encargos Setoriais	1,31%
	Custos de Transmissão	3,15%
	Compra de Energia	-1,20%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%
	Total Parcela A	3,16%
Parcela B	Total Parcela B	0,69%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		3,85%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-6,42%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		4,87%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		2,30%

d) Bandeiras Tarifárias

O sistema de Bandeiras Tarifárias, implantado em 2015, permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores. Anteriormente, todo esse custo era repassado via tarifa somente no reajuste anual ou nas revisões tarifárias periódicas/extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

O acionamento de janeiro a dezembro de 2023, devido as condições favoráveis de geração de energia é da bandeira verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia. Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, foram de R\$46,08 milhões. Em 2022, o montante repassado foi de R\$53,03 milhões.

e) Bônus de Itaipu

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória (REH) nº 3.093, de 16 de agosto de 2022, aprovou o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBpar, referentes ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária, nos termos do Decreto nº 11.027/2022.

Por meio do Despacho nº 1.192/2022 SGT/ANEEL, de 04 de maio de 2022, foi informado que o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu em 2021 foi positivo em R\$ 947,8 milhões e que não haveria o rateio e o crédito do bônus de Itaipu nas faturas de energia elétrica dos consumidores em 2022, em função da utilização desse saldo para a modicidade tarifária, de acordo com o Artigo. 16 do Decreto nº 11.027/2022.

A SGT procedeu ao rateio do Saldo da Conta de Comercialização de Itaipu entre as concessionárias, observando a necessidade de redução tarifária individual das distribuidoras, como um adiantamento para reforço de caixa, com o objetivo de complementar os pagamentos, do repasse da potência contratada de Itaipu.

Segundo os critérios de rateio, os recursos alocados para a Celesc D, alcançam a monta de R\$ 239,5 milhões, cuja aplicação resultou em uma atenuação tarifária de 2,47%, no RTA de 2022.

Os valores repassados seriam recompostos a partir dos respectivos processos tarifários de 2024 das concessionárias que receberam o recurso. As quotas mensais foram definidas para os doze meses subsequentes ao respectivo processo tarifário de 2024, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar.

Conforme §1º do Art. 3º da REH nº 3.093/2022, à recomposição dos valores à Conta de Comercialização de Energia de Itaipu associados ao Decreto nº 11.027/2022 seria realizada apenas a partir do processo tarifário de 2024, entretanto, a Celesc D em concordância com a relatoria do processo e a exemplo de outros processos tarifários já homologados, considerou a antecipação da devolução do montante correspondente no processo tarifário de 2023.

Com valores positivos, destaca-se no processo do RTA de 2023, a recomposição à Conta de Comercialização de Itaipu, referente a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2022, associado ao repasse realizado pela Conta de Comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 11.027/2022. O total do valor passivo financeiro, atualizado, foi de R\$271,23 milhões.

As quotas mensais foram definidas para os doze meses subsequentes ao respectivo processo tarifário de agosto de 2023, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Os valores a serem recompostos observarão a remuneração pela taxa Selic do período, com perspectiva de conclusão em agosto de 2024. Até 31 de dezembro de 2023 foi repassado ao consumidor o valor total de R\$96,64 milhões.

f) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Os processos de RTP ocorrem de cinco em cinco anos com o objetivo atualizar a tarifa de energia elétrica. A ANEEL realiza uma série de análises e redefine o nível eficiente dos custos operacionais e a remuneração dos investimentos da distribuidora, itens que compõem a Parcela "B" (custos gerenciáveis) da tarifa de energia.

Em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária ao pleito da Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, sendo que ainda se aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Junto à ANEEL, a Celesc D solicitou diferimento do valor (que seria deduzido de sua cobertura tarifária) em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65,8 milhões, deixando para discussão do saldo remanescente no processo tarifário subsequente.

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de diferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R\$68,5 milhões como um redutor, correspondendo a segunda parcela.

Na RTP de 2021, o montante redutor foi de R\$70,2 milhões, correspondendo a terceira parcela (3/5). A Agência ficou de avaliar a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor remanescente, sendo acatada a alterativa do diferimento.

No processo de RTA de 2022, o valor foi novamente diferido, sendo então considerada a quarta parcela de um total de cinco como um componente redutor. O valor foi considerado como um componente financeiro de R\$76,8 milhões, trazendo um efeito redutor de -0,79% aos consumidores.

O saldo remanescente, correspondente à quinta e última parcela, foi então repassado aos consumidores no processo do RTA de 2023. O valor foi de R\$87,3 milhões trazendo um efeito redutor tarifário de -0,76%, conforme item 56 da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14 de agosto de 2023: com impacto no efeito médio de -0,76% aos consumidores.

Reitera-se que a discussão em âmbito judicial permanece em segunda instância.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2023/2024

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2023/2024, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,2 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil)	Receita Mensal (R\$/mil)
	Ciclo 2023/2024	Ciclo 2023/2024
UHE Pery	27.779	2.315
UHE Garcia	12.773	1.064
UHE Bracinho	16.405	1.367
UHE Cedros	11.766	980
UHE Palmeiras	25.010	2.084
UHE Salto	8.343	695

2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G

Em 31 de dezembro de 2023, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em processo de reativação. Também possui, em operação comercial, três usinas de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas localizadas no estado de Santa Catarina.



Notas Explicativas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 131,01MW, sendo 119,77MW referentes ao parque próprio e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos. A central geradora hidrelétrica em processo de reativação agregará 1,00MW de potência instalada ao parque gerador próprio da Celesc G.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

Conforme estabelece o parágrafo 2º, art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a "Garantia Física" é a quantidade máxima de energia elétrica associada ao empreendimento, incluindo importação, que poderá ser utilizada para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

De acordo com a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Garantia Física de Cotas é a alocação de cotas de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente.

a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física(MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054*	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053*	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053*	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053*	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039*	13,92	6,77	(***)
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	2,77	(***)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(**)	2,60	2,03	(***)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(**)	0,52	0,50	(***)
CGH Piraí	Joinville/SC	(**)	0,78	0,45	(***)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(**)	0,42	0,22	(***)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberão extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos que receberá extensão 4,2 anos de concessão.

(**) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(***) Não se aplica.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	Fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	Set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	Dez/2023	2,50
Total			4,50

c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06/2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)*	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

d) Transmissão

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

A EDP Transmissão Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%.
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	10,92%

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2024, conforme estabelece o item 17 da Resolução CVM nº 105/2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 4.3 - Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.
- NE 20 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 20.4 - Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 21 - Ativo Intangível Indenizável: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 28 – Contingências: as estimativas de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 - Instrumentos financeiros: previsão de fluxos de caixa;
- NE 9.2 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE 13.1 - Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 13.2 - Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração – RAG;
- NE 14.1 - Ativo Financeiro Indenizável – Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 14.3 - Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo

- indenizável dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;
- NE 15 - Ativo de Contrato: alocação dos custos, as obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
 - NE 18.2 - Realização do IRPJ e CSLL Diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
 - NEs 19.4 e 20.2 - *Impairment* de Ativos Não Financeiros: definição de premissas, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
 - NE 20 – Imobilizado: taxa de depreciação;
 - NE 20.4 - Prazo do arrendamento: taxas aplicadas e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
 - NE 21 - Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa;
 - NE 28 – Contingências: desembolsos financeiros são determinados pela Administração, considerando, ainda, as jurisprudências e o conhecimento do corpo técnico interno e externo;
 - NE 29 - Benefícios a Empregados – CPC 33: premissas atuariais, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
 - NEs 9 e 32.1 - Receita Não Faturada – Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
 - NE 30 – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores: previsão dos valores a serem restituídos nos processos tarifários, impacto nos fluxos de caixa e metodologia de atualização do passivo;
 - NE 32.2 – Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidada.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; e imobilizado da Celesc G, que foi avaliado a valor justo (custo atribuído), na adoção inicial do CPC 27.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas do Balanço Patrimonial

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 31 de dezembro de 2022. Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia.

Referem-se aos valores de ativos em curso relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia, de acordo com o CPC 47/IFRS 15. Somente quando transferidos para ativos em serviço é que serão bifurcados entre intangível e ativo financeiro, no escopo do ICPC 01/IFRS 12. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

Ativo	Nota	31.12.2022	Reclassificação*	Consolidado
				31.12.2022 (Reclassificado)
Circulante		3.678.616	-	3.678.616
Caixa e Equivalentes de Caixa		940.684	-	940.684
Contas a Receber de Clientes		1.758.933	-	1.758.933
Estoques		20.019	-	20.019
Tributos a Recuperar		699.238	-	699.238
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP		20.422	-	20.422
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery		57.555	-	57.555
Subsídio Decreto nº 7891/2013		47.086	-	47.086
Bônus Escassez Hídrica		1.138	-	1.138
Outros		133.541	-	133.541
Não Circulante		7.949.451	-	7.949.451
Realizável a Longo Prazo		3.143.744	-	3.143.744
Títulos Valores Mobiliários		217	-	217
Contas a Receber de Clientes		16.775	-	16.775
Tributos Diferidos		709.023	-	709.023
Tributos a Recuperar		524.780	-	524.780
Depósitos Judiciais		359.870	-	359.870
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14.1	1.008.038	(408.969)	599.069
Ativo de Contrato	15	-	408.969	408.969
Ativo Financeiro – Parcela A		76.448	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery		446.095	-	446.095
Outros		2.498	-	2.498
Investimentos		363.279	-	363.279
Imobilizado		133.865	-	133.865
Intangível		4.308.563	-	4.308.563
Total do Ativo		11.628.06		11.628.067

* Não auditado.

4.2.2. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

Com base no pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7, a fim de melhor apresentar as atualizações financeiras dos depósitos judiciais nos fluxos de caixa das atividades operacionais, a Companhia segregou os juros e variações monetárias das movimentações dos depósitos judiciais no ativo. Foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes ao exercício de 2022, para fins de comparabilidade.

(i) O Grupo optou por utilizar o lucro líquido como ponto de partida para apresentar os fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. Este é o ponto de partida previsto no CPC 03/IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa, muito embora o exemplo disponibilizado no anexo à norma contábil seja iniciado com um valor diferente – ‘Lucro antes do imposto de renda e contribuição social’. Como o anexo é apenas ilustrativo, e, portanto, não tem o mesmo status que a norma contábil, consideramos mais apropriado seguir a norma.


Notas Explicativas
 Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


		31.12.2022	Reclassificação*	31.12.2022 (Reclassificada)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	551.916	(551.916)		
Lucro Líquido do Exercício (i)	-	540.562		540.562
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais	(577.883)	(4.852)		(582.735)
Depreciação e Amortização	2.220	-		2.220
Resultado da Equivalência Patrimonial	(584.381)	-		(584.381)
Juros e Variações Monetárias	(138)	(16.206)		(16.344)
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	4.976	-		4.976
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(560)	-		(560)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	11.354		11.354
Aumento (Redução) nos Ativos	(47.174)	16.206		(30.968)
Tributos a Recuperar	(6.452)	-		(6.452)
Depósitos Judiciais	(40.669)	16.206		(24.463)
Outras Variações nos Ativos	(53)	-		(53)
Aumento (Redução) nos Passivos	(3.591)	-		(3.591)
Fornecedores	(47)	-		(47)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	226	-		226
Tributos a Recolher	(4.164)	-		(4.164)
Outras Variações no Passivo	394	-		394
Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações	(76.732)	-		(76.732)
IR e CSLL Pagos	(20)	-		(20)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	(76.752)	-		(76.752)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Recebimento Principal Mútuo D	15.000	-		15.000
Juros Recebidos Mútuo Celesc D	409	-		409
Dividendos e JCP Recebidos	226.195	-		226.195
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	241.604	-		241.604
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de JCP e Dividendos	(143.270)	-		(143.270)
Pagamento Passivo de Arrendamento	(249)	-		(249)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(143.519)	-		(143.519)
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa	21.333	-		21.333
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.872	-		26.872
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.205	-		48.205
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	21.333	-		21.333

* Não auditado.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


	31.12.2022	Reclassificação*	31.12.2022 (Reclassificada)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	719.654	(719.654)	-
Lucro Líquido do Exercício (i)	-	540.562	540.562
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais	839.224	152.262	991.486
Depreciação e Amortização	277.082	-	277.082
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	61.215	-	61.215
Resultado da Equivalência Patrimonial	(79.345)	-	(79.345)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(15.685)	-	(15.685)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	1.553	-	1.553
Juros e Variações Monetárias	524.964	(26.830)	498.134
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	(45.890)	-	(45.890)
Constituição (Reversão) Reconhecimento de Impairment	516	-	516
Despesas Atuariais	125.061	-	125.061
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	485	-	485
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	(45)	-	(45)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	73.126	-	73.126
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga	(83.813)	-	(83.813)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	179.092	179.092
Aumento (Redução) nos Ativos	1.465.707	26.830	1.492.537
Contas a Receber	120.237	-	120.237
Tributos a Recuperar	368.865	-	368.865
Depósitos Judiciais	(30.764)	26.830	(3.934)
Estoques	(6.463)	-	(6.463)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)	871.755	-	871.755
Ativo Bônus Escassez Hídrica	101.723	-	101.723
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	2.145	-	2.145
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	15.000	-	15.000
Outras Variações nos Ativos	23.209	-	23.209
Aumento (Redução) nos Passivos	(1.841.661)	-	(1.841.661)
Fornecedores	(71.673)	-	(71.673)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13.340	-	13.340
Tributos a Recolher	(802.893)	-	(802.893)
Passivos Financeiros	312.246	-	312.246
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	(778.357)	-	(778.357)
Taxas Regulamentares	(215.462)	-	(215.462)
Benefícios a Empregados	(234.915)	-	(234.915)
Passivo Bônus Escassez Hídrica	(101.717)	-	(101.717)
Outras Variações no Passivo	37.770	-	37.770
Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações	1.182.924	-	1.182.924
Juros Pagos	(304.098)	-	(304.098)
IR e CSLL Pagos	(10.911)	-	(10.911)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	867.915	-	867.915
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Adições Ativo Financeiro/Imobilizado/Intangível	(1.029.630)	-	(1.029.630)
Integralização/Redução de Capital	(18.712)	-	(18.712)
Dividendos e JCP Recebidos	39.419	-	39.419
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	(1.008.923)	-	(1.008.923)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(64.663)	-	(64.663)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	610.000	-	610.000
Custos na Liquidação de Debêntures	(95)	-	(95)
Pagamento de Debêntures	(157.981)	-	(157.981)
Pagamento de JCP e Dividendos	(143.270)	-	(143.270)
Pagamento Passivo de Arrendamento	(6.387)	-	(6.387)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	237.604	-	237.604
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	96.596	-	96.596
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	844.088	-	844.088
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	940.684	-	940.684
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	96.596	-	96.596

* Não auditado.

4.2.3. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Resultado do Exercício

Os valores reclassificados na DRE e DVA, são decorrentes da melhor aplicação do CPC 47 (R20)/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes, segregando os custos de infraestrutura da concessão dos custos gerais e administrativos, além disso, as obrigações especiais que representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, que não são passivos onerosos da Celesc D, portanto não fazem parte do custo de construção. Ressalta-se, que não afetou o resultado, considerando que tal valor representa igualmente a receita de construção.

Descrição	31.12.2022	Reclassificação*	Consolidado	
			31.12.2022 (Reclassificada)	
Receita Operacional Líquida – ROL	10.082.841	(183.391)	9.899.450	
Receita de Construção	1.199.188	(183.391)	1.015.797	
Custos de Vendas / Serviços Prestados	(8.643.860)	183.391	(8.460.469)	
Custo de Construção	(1.199.188)	183.391	(1.015.797)	
Lucro Bruto	1.438.981	-	1.438.981	
Despesas Operacionais	(636.634)	-	(636.634)	
Despesas com Vendas	(138.090)	-	(138.090)	
Perdas Por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(73.126)	-	(73.126)	
Despesas Gerais e Administrativas	(565.553)	-	(565.553)	
Outras Receitas	279.975	-	279.975	
Outras Despesas	(219.185)	-	(219.185)	
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	79.345	-	79.345	
Resultado Antes do Resultado Financeiro	802.347	-	802.347	
Resultado Financeiro	(82.693)	-	(82.693)	
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	719.654	-	719.654	
IRPJ e CSLL	(179.092)	-	(179.092)	
Corrente	(188.600)	-	(188.600)	
Diferido	9.508	-	9.508	
Lucro Líquido do Exercício	540.562	-	540.562	

* Não auditado.

4.2.4. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

Os valores reclassificados na DVA, são decorrentes da melhor aplicação do CPC 47 (R20)/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes, conforme descrito acima, e da aplicação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base no pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as receitas, diferentemente dos critérios contábeis, também incluem valores que não transitam pela demonstração do resultado. Na Celesc G, tem-se a receita de construção de ativos próprios. Esta receita considera os custos relativos à construção destes ativos, incluindo os juros pagos ou creditados, que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de infraestrutura da concessão, no montante de R\$13,8 milhões.

Descrição	31.12.2022	Reclassificação*	31.12.2022 (Reclassificada)
Receitas	16.132.504	(169.558)	15.962.946
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	14.703.574	-	14.703.574
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios	1.199.188	(169.558)	1.029.630
Outras Receitas	303.427	-	303.427
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(73.685)	-	(73.685)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(9.064.803)	169.558	(8.895.245)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(7.222.973)	-	(7.222.973)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(642.126)	-	(642.126)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios	(1.199.188)	169.558	(1.029.630)
Perdas/Recuperação de Ativos	(516)	-	(516)
Valor Adicionado Bruto	7.067.701	-	7.067.701
Depreciação, Amortização	(277.565)	-	(277.565)
Valor Adicionado Líquido Produzido	6.790.136	-	6.790.136
Valor Adicionado Recebido em Transferência	580.489	-	580.489
Resultado de Equivalência Patrimonial	79.345	-	79.345
Receitas Financeiras	496.633	-	496.633
Outras Receitas	4.511	-	4.511
Valor Adicionado Total a Distribuir	7.370.625	-	7.370.625
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal	(798.972)	-	(798.972)
Remuneração Direta	(512.494)	-	(512.494)
Benefícios	(253.169)	-	(253.169)
FGTS	(33.309)	-	(33.309)
Impostos, Taxas e Contribuições	(5.490.698)	-	(5.490.698)
Federais	(3.024.270)	-	(3.024.270)
Estaduais	(2.461.420)	-	(2.461.420)
Municipais	(5.008)	-	(5.008)
Remuneração de Capital de Terceiros	(540.393)	-	(540.393)
Juros	(528.029)	-	(528.029)
Aluguéis	(12.364)	-	(12.364)
Remuneração de Capitais Próprios	(540.562)	-	(540.562)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(170.880)	-	(170.880)
Lucro Retido do Exercício	(369.682)	-	(369.682)
Valor Adicionado Distribuído	(7.370.625)	-	(7.370.625)

* Não auditado.

4.3. Base de Consolidação

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

As controladas Celesc D e Celesc G, são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo e as informações financeiras são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações da controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Controladora deixa de ter o controle. Qualquer participação retida na Companhia é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

b) Controladas

Controladas são todas entidades das quais o Grupo detém o controle ou quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

d) Método de equivalência patrimonial

Os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no resultado ou em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas. A distribuição de dividendos reduz o valor contábil do investimento.

4.4. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Ativo de Contrato

Parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Em consonância com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, o reconhecimento no período da construção é considerado ativo de contrato.

Ativos de contrato correspondem aos ativos de infraestrutura em curso, relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia, sujeitos à obrigação de performance para atendimento das necessidades da concessão, contabilizado ao custo e acrescido de encargos financeiros dos empréstimos vinculados.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, contemplam os pagamentos efetuados por terceiros, com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos de contrato.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura e entrada em operação do ativo, os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável e Intangível, originados pela bifurcação requerida no ICPC 01(R1), conforme a forma de remuneração pelo Poder Concedente, e remunerados pela tarifa.

O Ativo Intangível é remunerado pelos usuários do serviço público, por meio da tarifa. A parte do investimento, reconhecida como Ativo Financeiro Indenizável, é a indenização prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

4.6. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada.

A amortização do Ativo Intangível na Celesc D é apurada em base linear pela vida útil definida em contratos ou pelo prazo de concessão, optando-se pelo menor entre os dois. Na Celesc G, a amortização se dá em base linear pelo prazo de concessão.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

4.7. Instrumentos Financeiros

4.7.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

O Grupo classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ganhos e perdas não são reclassificados ao resultado no futuro. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.7.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.7.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (NE 13.1)

4.8. Ativo Financeiro Indenizável – Concessão

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando o Grupo possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição energia, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente do Grupo, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por transferência do ativo de contrato (adições) e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

O ativo de contrato corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de distribuição ao longo da execução da obra. O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura considera os custos efetivamente incorridos na obra. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento na tarifa, a cada cinco anos, na Revisão Tarifária Periódica.

4.9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Ativo Financeiro Setorial, é composto pela Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA e itens financeiros (NE 13), destinando-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, referentes a diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Caso os custos incorridos sejam superiores, o Poder Concedente homologa o direito incondicional de receber caixa do consumidor.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

Os ativos e passivos financeiros setoriais (Parcela A – CVA e demais itens financeiros), são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Os saldos das contas são atualizados com base na taxa de juros Selic até o reajuste tarifário subsequente, no resultado financeiro, sendo como receita quando for ativo financeiro setorial e despesa quando for passivo financeiro setorial. Quando ocorre o reajuste tarifário, os ativos/passivos financeiros setoriais passam a ser amortizados, de forma linear, pelos próximos 12 meses, em contrapartida, na Receita Bruta.

O passivo financeiro setorial é constituído quando os custos previstos pelo Poder Concedente e incluídos na tarifa no reajuste tarifário anual são efetivamente inferiores aos incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, gerando uma obrigação de devolução ao consumidor no próximo reajuste.

Quando os custos homologados nas tarifas são inferiores aos custos incorridos, a mensuração é positiva e há um crédito na receita decorrente de um direito a receber (débito no ativo financeiro setorial). Quando esses custos são superiores, registra-se uma obrigação contabilizada a débito na receita e o crédito no passivo financeiro setorial.

Os ativos e passivos financeiros constituídos tem impacto nulo no resultado. Financeiramente, considerando que quando há mais ativos para receber do que passivos a devolver, significa que houve um descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual para esses itens na perspectiva tarifária.

4.10. Ativo Financeiro Bonificação de Outorga

Por se tratar de um contrato de concessão de serviço público de geração em regime de cotas, com a previsão de pagamento de bonificação de outorga nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, teve sua contabilização como ativo financeiro, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Mensalmente o saldo é atualizado pela taxa de juros efetiva (TIR) e monetariamente pelo IPCA, lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.11. Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Usina Pery

O reconhecimento contábil dos investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão é considerando como Ativo Financeiro por possuir o direito incondicional, previsto em

contrato, de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 09 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018 a 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

O saldo do ativo financeiro da indenização do Projeto Básico de ampliação da Usina Pery, aprovado pelo Despacho nº 2.018/2021, emitido pela ANEEL, é atualizado pelos juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e monetariamente pelo IPCA, sendo lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG. (NE 14.3)

4.12. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado, até o valor contábil do bem. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.13. Impairment de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não excede o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

4.14. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo *valor líquido de realização*, optando-se pelo menor entre os dois, e estão registrados pelo custo médio de aquisição.

4.15. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro do exercício, são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas. O

montante do imposto de renda e a contribuição social corrente a pagar ou a receber são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, por entidade contribuinte.

As despesas do imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo no momento da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.16. Imobilizado

São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que seja capaz de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos no resultado.

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

4.17. Ativo de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

Correspondente ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial é pelo valor do custo, trazido a valor presente, em contrapartida ao passivo de arrendamentos e depreciado pelo método linear durante o prazo de arrendamento definido em contrato. Os ativos de arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável estão isentos da adoção do pronunciamento contábil.

O passivo de arrendamentos, representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade. O reconhecimento inicial é calculado pelo valor presente e o encargo financeiro é reconhecido no resultado como despesa financeira. A taxa nominal é definida pelo Grupo.

4.18. Contrato de Concessão de Distribuição de Energia

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços prestados. Esse direito, de acordo com o ICPC 01 (R1), não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

No 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, há a cláusula contratual que determina que em caso de extinção da concessão, os bens e instalações serão revertidos ao poder concedente, considerando o montante de indenização devida à distribuidora de energia, considerando os seguintes procedimentos: realização de inventário dos bens reversíveis; valoração destes bens pelo valor novo de reposição – VNR; consideração da depreciação acumulada observadas as datas de incorporação do bem ao sistema elétrico, obtendo-se o valor líquido; e o abatimento das obrigações especiais – OE, do cálculo do valor a ser indenizado.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, contemplam os pagamentos efetuados por terceiros, com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos intangíveis e financeiros (em serviço) e dos ativos de contrato (em curso), uma vez que a concessionária não apresenta o direito de ser remunerada por estes investimentos efetuados por terceiros que expandem a rede de distribuição.

4.19. Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)

Generation Scaling Factor – GSF, é a medida do risco hidrológico, isto é, do volume de chuvas nas bacias hidrográficas, para geração de energia hidroelétrica. O GSF analisa volume de energia que é gerado pelas usinas e sua garantia física. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença. Isto é chamado de risco hidrológico, do qual o GSF é a medida. As expectativas da variação do GSF ao longo do tempo balizaram as estratégias de contratação das geradoras.

Ativo constituído, advindo das parcelas de risco hidrológico que impactam na formação do GSF a partir de 2013. O poder concedente compensa as geradoras, cedendo um direito não pecuniário em forma de extensão do prazo de concessão com caráter de recuperação de custos incorridos. O Intangível é reconhecido pelo valor justo e será amortizado linearmente, até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

4.20. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para o Grupo, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.21. Benefícios a Empregados e Aposentados

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

4.22. PIS/COFINS a Restituir a Consumidores

Reconhecimento dos valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos, que serão resarcidos aos consumidores. A baixa vem ocorrendo nos repasses aos consumidores pela tarifa da Celesc D, como um componente financeiro tarifário de caráter provisório, enquanto não houver mecanismos de devolução definidos pela ANEEL. Os valores foram inicialmente reconhecidos pelo custo e atualizados pela SELIC.

4.23. Reconhecimento de Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, principalmente, pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada, energia de curto prazo e disponibilidade da rede. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

Os serviços prestados pelo Grupo, atendem à satisfação da obrigação de desempenho, por serem rotineiros, possuem padrão de entrega, e tem seu preço determinado em contratos de venda de energia, prestação de serviço e ainda, regulado pela ANEEL.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos e abatimentos.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

4.23.1. Fornecimento – Faturado

Com base na tarifa vigente homologada pela ANEEL, ocorre a medição da entrega de energia elétrica ao consumidor, conforme o calendário de leitura, registrando o faturamento na medida em que as faturas são emitidas.

4.23.2. Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Faturado

Com base na tarifa vigente homologada pela ANEEL, a receita de uso do fio é reconhecida pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus consumidores (livres e cativos).

4.23.3. Não faturado

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes com base em um calendário de faturamento que não coincide com o mês civil. Dessa forma, uma parte da energia efetivamente distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário estimar esse valor.

Para cálculo, a estimativa considera a diferença entre a carga real total de energia distribuída no mês, deduzida do volume de energia faturada, descontados do índice de perda técnica e não técnica estimados. O resultado quantitativo da expressão totaliza a quantidade de energia não faturada que é multiplicado pelas tarifas vigentes por classe de consumo apurando desta forma o total da provisão de Receita Não Faturada.

4.23.4. Ativos financeiros setoriais

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos gerenciáveis). Os itens da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, são variações com compras de energia, encargos setoriais e outras, a serem incluídos nas tarifas futuras em função de reajustes tarifários. É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

4.23.5. Suprimento – Faturado

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço estabelecido pela ANEEL nos leilões de energia; e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; bem como dos ajustes e adicionais específicos. A receita considera a quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.

4.23.6. Energia de curto prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.23.7. Receita de construção

A receita de construção aplicada pela Celesc D tem em sua contrapartida os custos relativos aos serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, esta atividade de construção é assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo.

4.23.8. Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que:

(a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

4.24. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB, não entraram em vigor no exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IAS 1	CPC 26	Classificação dos passivos como circulante ou não circulante	01/01/2024
IAS 1	CPC 26	Classificação dos passivos não circulantes com <i>Covenants</i>	01/01/2024
IFRS 7	CPC 40	Novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores	01/01/2024
IFRS 16	CPC 06	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	31.12.2023	Consolidado
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9.2	(49.865)	(399.440)
Total		(49.865)	(399.440)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	56.671	48.205	906.196	940.684
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	1.977.467	1.775.708
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	359.361	346.610
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	162.581	156.840
Títulos e Valores Mobiliários (e)	16	208	217	208	217
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	14	-	-	778.341	599.069
Ativo Financeiro Setorial (f)	13.1	-	-	94.538	76.448
Total		56.879	48.422	4.278.692	3.895.776

- a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.
- b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. (NE 9.2)
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o resarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.
- d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do resarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.
- e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.
- f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2023.

Descrição	Taxas % (i)	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.830.263	70.849	51.048	24.842	465	1.977.467
Caixa e Equivalente de Caixa		115.183	-	-	-	-	115.183
Depósitos Judiciais		-	-	-	421.346	-	421.346
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		51.093	-	-	-	-	51.093
Ativo Financeiro Setorial	SELIC	-	-	-	118.507	-	118.507
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.626	7.162	31.341	142.200	239.125	423.454
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico	IPCA	1.586	3.134	13.741	62.923	110.505	191.889
Total Ativo		2.001.751	81.145	96.130	769.818	350.095	3.298.939
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	27.086	-	242.637	579.817	-	849.540
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		-	-	1.031	128.036	265.242	394.309
Eletrobras	5% a.a.	74	146	667	410	-	1.297
Finame	6% a.a.	39	77	155	-	-	271
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a 2,6% a.a.	14.736	25.731	125.563	856.472	-	1.022.502
Debêntures - Celesc D	IPCA + 6,53% a.a.	-	-	1.102	200.165	648.266	849.533
Entidade de Previdência Privada		10.622	21.180	95.310	508.317	1.357.960	1.993.389
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	-	6.196	29.367	18.193	53.756
Fornecedores		796.770	290.796	1.526	-	-	1.089.092
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	75.606	151.783	701.269	-	-	928.658
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	21.572	21.184	100.846	-	-	143.602
BID	CDI + 0,76% a 1,93% a.a.	34.239	-	66.707	354.140	1.852.872	2.307.958
Total Passivo		980.744	510.897	1.343.009	2.656.724	4.142.533	9.633.907

(i) Fontes <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

As debêntures e os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e as debêntures captados pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

5.1.4. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, quatro outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de aumento e redução na variável de risco considerada. Os valores são informados em termos absolutos e não relativamente ao cenário provável apresentado. Os cenários foram definidos com base em premissas macroeconômicas elaboradas por consultorias especializadas.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2023:

Índice	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Aumento 25%				
				(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)	(Cenário IV)	(Cenário V)
CDI				10,92%	13,65%	16,38%	8,19%	5,46%
Aplicações Financeiras	8	791.013	86.379	107.973	129.568	64.784	43.189	
Empréstimos	22	(1.973.160)	(215.469)	(269.336)	(323.204)	(161.602)	(107.735)	
Debêntures	23	(760.709)	(83.069)	(103.837)	(124.604)	(62.302)	(41.535)	
Total		(1.942.856)	(212.159)	(265.200)	(318.240)	(159.120)	(106.081)	
Selic				9,46%	11,83%	14,19%	7,10%	4,73%
Passivo Financeiro Setorial	13.1	(809.325)	(76.562)	(95.743)	(114.843)	(57.462)	(38.281)	
Total		(809.325)	(76.562)	(95.743)	(114.843)	(57.462)	(38.281)	
IPCA				4,62%	5,78%	6,93%	3,47%	2,31%
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	775.920	35.848	44.848	53.771	26.924	17.924	
Debêntures	23	(435.897)	(20.138)	(25.195)	(30.208)	(15.126)	(10.069)	
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	359.361	16.602	20.771	24.904	12.470	8.301	
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	162.581	7.511	9.397	11.267	5.642	3.756	
Reserva Matemática a Amortizar	28	(139.588)	(6.449)	(8.068)	(9.673)	(4.844)	(3.224)	
Total		722.377	33.374	41.753	50.061	25.066	16.688	

5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	1.303.171	1.166.319
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	671.494	676.836
Debêntures	24	1.196.606	606.113
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(906.196)	(940.684)
Dívida Líquida		2.265.075	1.508.584
Total do Patrimônio Líquido		2.932.567	2.883.176
Total do Capital		5.197.642	4.391.760
Índice de Alavancagem Financeira (%)		43,58%	34,35%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita;
- Outras técnicas.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2023:

	NE	Nível	31.12.2023		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:						
Valor justo por meio do resultado			778.341	778.341	599.069	599.069
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (d)	14	3	775.920	775.920	596.648	596.648
Ativo Indenizatório (concessão de geração) (d)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Custo amortizado			3.551.236	3.551.236	3.343.576	3.343.576
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		906.196	906.196	940.684	940.684
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			51.093	51.093	47.086	47.086
Contas a Receber de Clientes (a)	9		1.977.467	1.977.467	1.775.708	1.775.708
Ativo Financeiro Setorial (e)	13		94.538	94.538	76.448	76.448
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		359.361	359.361	346.810	346.810
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		162.581	162.581	156.840	156.840
Valor justo por meio do resultado abrangente			208	208	217	217
Outros (c)	16	1	208	208	217	217
Total dos ativos financeiros			4.329.785	4.329.785	3.942.862	3.942.862
Passivos Financeiros:						
Custo amortizado			5.748.433	5.732.205	5.497.363	5.474.339
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		903.863	903.863	753.564	753.564
PIS e Cofins a restituir para consumidores (e)	30		340.748	340.748	1.100.944	1.100.944
Fornecedores (e)	22		1.089.092	1.089.092	1.016.513	1.016.513
Empréstimos e financiamentos (b)	23		1.974.665	1.932.416	1.843.155	1.811.032
Debêntures (b)	24		1.196.606	1.222.627	606.113	615.212
Dividendos e JSCP (e)	12		211.329	211.329	157.602	157.602
Encargos Setoriais – CDE (e)	27		32.130	32.130	19.472	19.472
Total dos passivos financeiros			5.748.433	5.732.205	5.497.363	5.474.339

Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
- Para a conta Outros, os investimentos temporários são avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis.
- O valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

	Consolidado	
Contas a Receber de Clientes	31.12.2023	31.12.2022
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	983.213	906.658
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	718.165	631.435
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	627.608	562.195
Subtotal	2.328.986	2.100.288
PECLD com clientes	(351.519)	(324.580)
Total	1.977.467	1.775.708

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Recursos em Banco e em Caixa	6	5	115.183	44.725
Aplicações Financeiras	56.665	48.200	791.013	895.959
Total	56.671	48.205	906.196	940.684

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos. Em 2022, os títulos também eram CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decorso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.


Notas Explicativas
 Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado	
				31.12.2023	
Consumidores (i)	760.343	263.898	459.245	1.483.486	
Residencial	385.461	163.481	240.776	789.718	
Industrial	83.756	30.089	80.127	193.972	
Comércio	159.743	48.897	123.793	332.433	
Rural	53.162	16.098	12.861	82.121	
Poder Público	44.658	5.218	1.386	51.262	
Iluminação Pública	17.294	23	283	17.600	
Serviço Público	16.269	92	19	16.380	
Suprimento a Outras Concessionárias	232.550	7.622	37.400	277.572	
Concessionárias e Permissionárias	232.398	3.070	1.613	237.081	
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	152	-	-	152	
Outros Créditos (iii)	-	4.552	35.787	40.339	
Total	992.893	271.520	496.645	1.761.058	
Receita Não Faturada	567.928	-	-	567.928	
PECLD com Clientes	(8.414)	(6.989)	(336.116)	(351.519)	
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.552.407	264.531	160.529	1.977.467	
Circulante				1.952.160	
Não Circulante				25.307	

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado (Reclassificado)	
				31.12.2022	
Consumidores (i)	655.878	241.512	408.855	1.306.245	
Residencial	321.930	149.515	211.208	682.653	
Industrial	74.765	29.481	78.498	182.744	
Comércio	144.525	45.524	106.683	296.732	
Rural	45.974	13.232	10.722	69.928	
Poder Público	36.842	3.716	302	40.860	
Iluminação Pública	15.888	7	1.418	17.313	
Serviço Público	15.954	37	24	16.015	
Suprimento a Outras Concessionárias	243.932	5.439	36.622	285.993	
Concessionárias e Permissionárias	221.221	3.599	2.693	227.513	
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	22.711	-	-	22.711	
Outros Créditos (iii)	-	1.840	33.929	35.769	
Total	899.810	246.951	445.477	1.592.238	
Receita Não Faturada	508.050	-	-	508.050	
PECLD com Clientes	(7.378)	(6.091)	(311.111)	(324.580)	
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.400.482	240.860	134.366	1.775.708	
Circulante				1.758.933	
Não Circulante				16.775	

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juro de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:


Notas Explicativas
 Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


	31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Consumidores		
Residencial	166.340	142.191
Industrial	75.914	65.574
Comércio, Serviços e Outras	73.810	81.957
Rural	5.542	5.144
Poder Público	222	276
Iluminação Pública	284	1.421
Serviço Público	19	23
Concessionárias e Permissionárias (i)	195	960
Consumidores Livres	2.365	2.043
Outros	26.828	24.991
Total Circulante	351.519	324.580

Na controlada Celesc G, a inadimplência é de R\$1,37 milhões é decorrente de um cliente da classe industrial que se encontra em recuperação judicial, este valor está totalmente lançado em perdas estimadas. A Celesc G mantém a ação judicial para cobrança.

Abaixo, segue a demonstração da movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

	Consolidado
	Total
Descrição	
Saldo em 31.12.2021	661.742
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	62.278
Perda efetiva do contas a receber	(399.440)
Saldo em 31.12.2022	324.580
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	76.804
Perda efetiva do contas a receber	(49.865)
Saldo em 31.12.2023	351.519

A Celesc D, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2023. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo, aplicados no reconhecimento da Celesc D:

Saldo de Recebíveis Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	747.620	385.461	84.005	159.365	53.162	32.063	17.294	16.269
Vencidos de 0 a 3 meses	263.899	163.481	30.089	48.897	16.098	5.218	23	92
Vencidos de 3 a 6 meses	36.909	21.906	3.707	8.352	1.780	1.164	-	-
Vencidos de 6 a 12 meses	72.381	40.900	10.412	17.747	3.305	14	1	2
Vencidos de 12 a 18 meses	52.945	28.837	6.533	15.900	1.666	1	-	8
Vencidos de 18 a 24 meses	56.544	33.908	4.942	15.858	1.833	1	-	2
Vencidos de 24 a 36 meses	104.490	50.074	24.925	27.600	1.785	105	-	1
Vencidos de 36 a 48 meses	62.438	31.404	11.621	18.186	1.199	28	-	-
Vencidos de 48 a 60 meses	51.698	28.220	8.243	13.994	1.114	20	101	6
Vencidos há + 60 meses	20.471	5.527	8.374	6.156	179	53	181	-
Total	1.469.395	789.718	192.851	332.055	82.121	38.667	17.600	16.380

Expectativa de Perda						Poder	Iluminação	Serviço
Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Público	Pública	Público
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos de 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos de 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos de 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos de 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos de 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos de 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos de 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos de 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor – GSF*

Desde 2015, a Celesc G detinha liminar que determinava à CCEE limitar a redução das garantias físicas de suas usinas expostas ao risco hidrológico, pela incidência do *GSF*, ao percentual máximo de 5%, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais relacionados.

Em 2021, quando ocorreu a repactuação do risco hidrológico, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHE's Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos, tendo o aumento do prazo de extensão da outorga destas usinas hidrelétricas participantes do MRE.

A Celesc G manteve até 31 de julho de 2023, a liminar favorável referente às CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Rio do Peixe, Piraí e São Lourenço, que não haviam sido repactuadas pelo risco hidrológico, quando foi prolatada sentença desfavorável revogando a concessão de tutela e julgando improcedentes os pedidos, desta forma foi interposta: a) Apelação para fins de reforma da sentença e; b) Pedido de Afeito Suspensivo a Apelação, ambas ainda sem julgamento.

O valor pago pela Celesc G, em julho de 2023, foi de R\$28,1 milhões, referentes ao valor do principal da liminar e sua atualização monetária. No relatório da CCEE, o valor ao qual a Celesc G tinha direito a receber era de R\$1,5 milhões. Após o encontro de contas, foi efetivado o aporte da Garantia Financeira no valor de R\$26,6 milhões, liquidado em 05 de setembro de 2023.

A Celesc G aguarda uma solução para as CGHs, não contempladas na Lei nº 14.052/2020, sem nenhuma liminar e sem mais nenhum passivo associado a ela.

Destarte, que em 2023 o montante de PECLD revertido foi de R\$7,9 milhões.

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2022	172
Provisão Constituída no Exercício	7.734
Reversão Constituída no Exercício	(7.906)
Saldo em 31.12.2023	-

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

	31.12.2023	31.12.2022	Consolidado
Descrição			
Almoxarifado Distribuição	23.202	19.946	
Almoxarifado Geração	68	73	
Total	23.270	20.019	

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de 2023 e de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, crédito de IRPJ referente a Lei nº 11.196//2005 (Lei do Bem de incentivos fiscais) e de aplicações financeiras.

	Controladora	Consolidado	
Descrição	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
IRPJ e CSLL a compensar	61.925	44.331	94.572
Total	61.925	44.331	94.572

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

	Controladora	Consolidado	
Descrição	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	584.061
ICMS	-	-	61.482
PIS/COFINS	-	-	-
Outros	-	-	993
Total	-	-	646.536
Circulante	-	-	173.012
Não Circulante	-	-	473.524
			1.100.944
			88.673
			(605.556)
			584.061
			142.201
			441.860

11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

	Controladora	Consolidado	
Descrição	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo em 31.12.2022	-		1.100.944
Atualização financeira	-	-	88.673
Baixa por utilização do crédito	-	-	(605.556)
Saldo em 31.12.2023	-		584.061
Circulante	-		142.201
Não Circulante	-		441.860

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500.000.000,00 (quinquinhos milhões de reais), decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D classificou para o ativo circulante o


Notas Explicativas
Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


crédito de PIS/COFINS com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS

12.1. Dividendos e JCP a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Dividendos SCGÁS	1.367	4.374	1.367	4.374
Dividendos ECTE	3.123	8.256	3.123	8.256
Dividendos DFESA	514	909	514	909
Dividendos EDP Transmissão Aliança	-	-	-	1.078
JCP Celesc G	43.616	38.724	-	-
JCP Celesc D	174.528	154.806	-	-
JCP SCGÁS	1.150	2.227	1.150	2.227
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	3.513	3.578
Total Circulante	224.298	209.296	9.667	20.422

12.2. Outros Ativos e Passivos – Circulantes e Não Circulantes

12.2.1 Outros Ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.093	47.086
ICMS ST (i)	-	-	37.537	35.043
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	44.301	44.089
Adiantamento Proinfa (iii)	-	-	24.873	24.578
Diferença Reembolso CDE	-	-	-	3.424
Programa Baixa Renda	-	-	6.645	5.621
Despesas Pagas Antecipadamente (iv)	442	487	3.114	2.128
Conta Bandeiras	-	-	3.684	3.453
Destinado a Alienação	-	-	3.075	2.457
Pessoal a Disposição	-	-	794	794
Adiantamentos Diversos (v)	71	177	7.795	9.443
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Taxas Regulamentares a Compensar	-	-	8.156	-
Outros Créditos (vi)	-	-	2.197	5.009
Total	513	664	194.402	184.263
Circulante	513	623	191.326	181.765
Não Circulante	-	41	3.076	2.498

(i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$1,6 milhões.

(v) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$574,0 mil), férias (R\$502,6 mil) e vale-alimentação (R\$6,5 milhões).

(vi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

12.2.2. Outros Passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Empregados à Disposição	830	838	-	-
Partes Relacionadas/Celos	-	83	33	14.687
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	5.846	5.846
Cosip	-	-	42.053	40.494
Contrato Convênios	-	-	13.200	14.099
Diferença Subsídio CDE	-	-	3.283	10.140
Obrigações com Empregados	-	-	634	128
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	8.616	8.929
Bônus Itaipu	-	-	133	442
Créditos a Pagar ao Consumidor	-	-	5.553	6.673
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	5.264	13.083
Penalidade DIC/FIC	-	-	1.838	1.925
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.146	1.144
Acionistas	205	205	205	205
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	120	102	120	102
Pagamento Despesas Judicárias	14	-	14	-
Seguro a Pagar	-	-	404	863
Cauções em Garantia	201	100	277	159
Outros	-	67	19.260	18.611
Total Circulante	1.370	1.395	107.879	137.710

13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.


Notas Explicativas
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
**Consolidado**

Descrição	31.12.2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências (i)	31.12.2023	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituição (iii)	Circulante	Não circulante
Ativo Financeiro Setorial	898.170	252.899	(622.378)	69.106	(27.898)	569.899	145.976	423.923	296.704	273.195
Aquisição de Energia	137.397	172.506	(92.269)	12.034	-	229.668	16.722	212.946	92.436	137.232
Proinfa	59.745	-	(63.840)	4.095	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica (iv)	134.783	139.279	(93.909)	19.187	-	199.340	89.034	110.306	128.254	71.086
Transporte de Energia	23.707	17.091	(19.414)	2.783	-	24.167	10.731	13.436	15.508	8.659
ESS	70.811	48.349	(80.847)	13.901	-	52.214	18.133	34.081	30.251	21.963
CDE	277.536	(27.553)	(264.795)	18.186	-	3.374	-	3.374	1.199	2.175
Neutralidade Parcela A (v)	45.881	(29.940)	-	2.174	-	18.115	-	18.115	6.441	11.674
Sobrecontratação de Energia	119.373	(69.446)	(5.605)	(3.288)	-	41.034	10.159	30.875	21.137	19.897
Outros	28.937	2.613	(1.699)	34	(27.898)	1.987	1.197	790	1.478	509
Passivo Financeiro Setorial	1.575.286	(749.089)	1.910.759	(59.097)	(906.511)	(1.379.224)	(1.110.449)	(268.775)	(1.200.567)	(178.657)
Aquisição de Energia	-	(2.712)	-	2.712	-	-	-	-	-	-
Custo Energia de Itaipu (vi)	(74.702)	(202.396)	97.389	(16.276)	-	(195.985)	(149.797)	(46.188)	(166.219)	(29.766)
Proinfa	(3.800)	(27.230)	12.217	(2.077)	-	(20.890)	(20.890)	-	(20.890)	-
CDE	-	(14.061)	5.397	(564)	-	(9.228)	-	(9.228)	-	-
Neutralidade Parcela A	(14.851)	(78.337)	44.732	(5.704)	-	(54.160)	(54.160)	-	(54.160)	-
Sobrecontratação de Energia	(52.302)	-	83.331	-	(87.270)	(56.241)	(56.241)	-	(56.241)	-
Devoluções Tarifárias (vii)	(586.535)	(46.959)	853.944	(1.901)	(807.619)	(589.070)	(551.522)	(37.548)	(559.314)	(29.756)
Bandeiras Tarifárias	(216)	42	-	-	-	(174)	-	(174)	(174)	-
Risco Hidrológico (viii)	(506.198)	(365.439)	487.963	(22.794)	-	(406.468)	(232.835)	(173.633)	(294.571)	(111.897)
CDE Modicidade Eletrobrás	(150.121)	-	150.121	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Itaipu-Decreto 11.027/2022	(154.362)	-	154.362	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(32.199)	(11.997)	21.303	(12.493)	(11.622)	(47.008)	(35.776)	(11.232)	(39.770)	(7.238)
Saldo Ativos/ (Passivos)	(677.116)	(496.190)	1.288.381	10.009	(934.409)	(809.325)	(964.473)	155.148	(903.863)	94.538

Consolidado

Descrição	31.12.2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31.12.2022	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativo Financeiro Setorial	1.693.500	456.182	(909.497)	118.974	(460.989)	898.170	497.986	400.184	640.273	257.897
Aquisição de Energia	823.056	(485.376)	(356.975)	35.927	120.765	137.397	77.827	59.570	99.007	38.390
Custo da Energia de Itaipu	60.794	(9.593)	(52.609)	1.408	-	-	-	-	-	-
Proinfa	16.491	88.655	(52.079)	6.678	-	59.745	59.745	-	59.745	-
Transporte Rede Básica	90.258	121.854	(86.397)	9.068	-	134.783	39.155	95.628	73.156	61.627
Transporte de Energia	16.725	21.662	(16.704)	2.024	-	23.707	12.296	11.411	16.353	7.354
ESS	578.433	166.776	(93.739)	28.993	(609.652)	70.811	60.113	10.698	63.917	6.894
CDE	40.579	397.972	(187.575)	26.560	-	277.536	247.811	29.725	258.380	19.156
Neutralidade Parcela A	4.080	40.124	-	1.677	-	45.881	-	45.881	16.313	29.568
Sobrecontratação de Energia	56.574	112.812	(56.574)	6.561	-	119.373	-	119.373	42.444	76.929
Outros	6.510	1.296	(6.845)	78	27.898	28.937	1.039	27.898	10.958	17.979
Passivo Financeiro Setorial	(1.263.040)	(942.866)	1.611.717	(75.272)	(905.825)	(1.575.286)	(1.292.140)	(283.146)	(1.393.837)	(181.449)
Aquisição de Energia	-	(433.941)	-	(15.793)	449.734	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	(77.046)	5.398	(3.054)	-	(74.702)	(9.783)	(64.919)	(32.865)	(41.837)
Proinfa	-	(3.575)	-	(225)	-	(3.800)	-	(3.800)	(1.351)	(2.449)
CDE	(29.747)	29.965	-	(218)	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A	(65.302)	(23.635)	73.495	591	-	(14.851)	(14.851)	-	(14.851)	-
Sobrecontratação de Energia	(103.002)	60.253	74.105	(6.825)	(76.833)	(52.302)	(52.302)	-	(52.302)	-
Devoluções Tarifárias	(585.927)	(36.221)	845.300	(3.435)	(806.252)	(586.535)	(549.655)	(36.880)	(563.652)	(22.883)
Bandeiras Tarifárias	-	(216)	-	-	-	(216)	-	(216)	(216)	-
Risco Hidrológico	(468.612)	(451.995)	441.669	(27.260)	-	(506.198)	(359.503)	(146.695)	(411.661)	(94.537)
CDE Modicidade Eletrobrás	-	-	82.826	-	(232.947)	(150.121)	(150.121)	-	(150.121)	-
Bônus Itaipu-Decreto 11.027/2022	-	-	85.165	-	(239.527)	(154.362)	(154.362)	-	(154.362)	-
Outros	(10.450)	(6.455)	3.759	(19.053)	-	(32.199)	(1.563)	(30.636)	(12.456)	(19.743)
Saldo Ativos/ (Passivos)	430.460	(486.684)	702.220	43.702	(1.366.814)	(677.116)	(794.154)	117.038	(753.564)	76.448

O saldo do ativo financeiro setorial líquido, em constituição, aumentou em função da cobertura tarifária estar menos aderente em relação aos custos incorridos, havendo assim um descasamento de constituição de ativos para o reequilíbrio econômico.

- (i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A.
- (ii) Saldo em amortização – corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2023.
- (iii) Saldo em constituição – corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2024.
- (iv) Transporte rede básica: O saldo observado no exercício refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST), que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão.
- (v) Neutralidade da Parcela A: No exercício em análise houve um crescimento de mercado no qual a distribuidora está inserida, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais.
- (vi) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Sendo que a tarifa de Itaipu foi reduzida em dólar e o câmbio neste período apresentou uma desvalorização em relação ao real. A formação do saldo advém das variações na taxa cambial do dólar.
- (vii) Devoluções Tarifárias correspondem, principalmente, ao PIS/COFINS sobre base de cálculo do ICMS que vem sendo devolvido ao consumidor (NE 30).
- (viii) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a cobertura tarifária dos


Notas Explicativas
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas.

Composição do saldo do exercício segregado por RTA:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
CVA 2022 – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	-	487.164
CVA 2023 – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(45.295)	138.313
CVA 2024 – Período de 23.08.2023 a 22.08.2024	327.955	-
Total – CVA	282.660	625.477
Outros Itens – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	-	(1.281.318)
Outros Itens – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(919.178)	(21.275)
Outros Itens – Período de 23.08.2023 a 22.08.2024	(172.807)	-
Total – Outros Itens – CVA	(1.091.985)	(1.302.593)
Total	(809.325)	(677.116)

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será resarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

Descrição	Consolidado				
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras
Saldo em 31.12.2021	47.986	68.907	52.589	31.789	128.078
Circulante					36.771
Não Circulante					292.578
Atualização Monetária	2.718	3.904	2.980	1.798	7.265
Juros	5.883	8.569	6.321	4.436	13.831
Amortização	(6.057)	(8.746)	(6.490)	(4.452)	(14.499)
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675
Circulante					40.019
Não Circulante					306.791
Atualização Monetária	2.206	3.172	2.422	1.459	5.907
Juros	6.111	8.909	6.569	4.619	14.349
Amortização	(6.497)	(9.383)	(6.962)	(4.776)	(15.554)
Saldo em 31.12.2023	52.350	75.332	57.429	34.873	139.377
Circulante					41.569
Não Circulante					317.792

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia	775.920	596.648
Em Serviço	775.920	596.648
Ativo de Concessão – Geração de Energia	165.002	159.261
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	162.581	156.840
Total	940.922	755.909
Circulante	18.215	17.536
Não Circulante	922.707	738.373

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

	Consolidado
	Total
Descrição	
Saldo em 31.12.2021 (Reclassificado)	393.021
(+) Transferência de Ativo de Contrato	189.495
(+) Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	15.685
(-) Resgate	(1.553)
Saldo em 31.12.2022 (Reclassificado)	596.648
(+) Transferência de Ativo de Contrato	159.797
(+) Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	20.586
(-) Resgate	(1.111)
Saldo em 31.12.2023	775.920
(i) IPCA	

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados às concessões. A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021, a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, em 2023, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização.

Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Usinas		
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou os resultados da Consulta Pública nº 21/2021, dando o direito à Celesc G de receber uma indenização com fator de anualização de 0,1217615 a ser utilizado no cálculo da parcela anual referente ao direito de que trata a Portaria MME nº 257/2017 para incorporação na RAG da UHE Pery.

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, através da RAG.

O saldo de R\$162,6 milhões existente em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018/2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2023/2024, R\$19,2 milhões se referem à indenização.

	Consolidado
	Usina Pery
Descrição	
Saldo em 31.12.2021	166.913
Atualização Monetária	8.445
Juros	17.663
Amortização	(36.181)
Saldo em 31.12.2022	156.840
Atualização Monetária	6.871
Juros	17.744
Amortização	(18.874)
Saldo em 31.12.2023	162.581
Circulante	18.215
Não Circulante	144.366

15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

Descrição	
Saldo em 31.12.2021	361.750
(-) Transferências para Ativo Intangível	(779.084)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(189.495)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	1.199.188
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	93.659
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(277.049)
Saldo em 31.12.2022	408.969
(-) Transferências para Ativo Intangível	(759.634)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(159.797)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	1.170.321
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	93.424
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(266.390)
Saldo em 31.12.2023	486.893

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

16. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários, que estão classificados no ativo não circulante, são mensurados a valor justo e seus saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Outros Investimentos (i)	208	217	208	217
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	208	217	208	217

(i) Em 16 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou o exercício de direito de retirada da sociedade e venda de ações da CGT Eletrosul e da Eletronorte. O valor registrado contabilmente era de R\$9,8 mil e o recebimento foi de R\$117,9 mil, com ganho na alienação de R\$108,1 mil.

16.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Houve redução da participação no capital social da Casan, no 4º trimestre de 2023, em virtude de a Companhia não ter aceitado a proposta de integralização de dividendos para aumento de capital. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 56.713.251 Ações Ordinárias – ON, e 56.778.178 Ações Preferenciais – PN, representando 10,92% do capital social dessa empresa.

Por não possuir influência significativa nessa empresa, a Celesc mensurou o valor justo de sua participação acionária como investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual desse investimento, tendo como custo histórico de aquisição o montante de R\$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation*, o período de projeção adotado é de 5 anos (até 2028), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 13,69% a.a., com taxa de crescimento de longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,58% (média) das projeções do IPCA para o período de 2023 a 2027. O custo da dívida após impostos é de 11,68% a.a. e o custo de capital próprio é de 17,84% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022, o *valuation* foi realizado por consultoria externa e, considerando as premissas de avaliação do valor justo desse investimento, reduziu-se o saldo desse ativo a zero, sendo seu ajuste reconhecido a débito no patrimônio líquido em subgrupo de ajuste de avaliação patrimonial.

O *valuation* realizado 31 de dezembro de 2023, não indica recuperação da perda reconhecida, permanecendo em zero o valor desse investimento.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



A composição dos saldos desse investimento está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ações Casan	Total	Total
Saldo em 31.12.2021	137.261	137.261
Valor Patrimonial	137.261	137.261
Valor Justo	(137.261)	(137.261)
Saldo em 31.12.2022	-	-
Valor Patrimonial	-	-
Valor Justo	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Outros Débitos	Ativo	Passivo
Fundação de Seguridade (i)				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	83		- 1.862.612
Faturamento Energia	-	-		6 -
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA (ii)				
Compra de Energia	-	-		- 1.356
Dividendos e JCP	908	-		908 -
SC Gás				
Dividendos e JCP	6.602	-		6.602 -
EDP				
Dividendos e JCP	-	-		4.656 -
ECTE				
Dividendos e JCP	8.256	-		8.256 -
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	38.724	-		- -
Celesc D (iii)				
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	102		- -
Pessoal à Disposição	-	838		- -
Dividendos e JCP	154.806	-		- -
Saldo em 31.12.2022	209.296	1.023		20.428 1.863.968
Fundação de Seguridade				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-		- 2.132.977
Faturamento Energia	-	-		6 -
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA				
Compra de Energia	-	-		- 1.356
Dividendos e JCP	514	-		514 -
SC Gás				
Dividendos e JCP	2.517	-		2.517 -
EDP				
Dividendos e JCP	-	-		3.513 -
ECTE				
Dividendos e JCP	3.123	-		3.123 -
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	43.616	-		- -
Celesc D				
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	324		- -
Pessoal à Disposição	-	830		- -
Dividendos e JCP	174.528	-		- -
Saldo em 31.12.2023	224.298	1.154		9.673 2.134.333

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(83)	-	-	(38.202)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	91	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(14.487)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.805)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(9.012)	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	-	158	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	(9.095)	(1.805)	158	(38.202)	91	(14.487)
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(38)	-	-	(159.976)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	84	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(14.487)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.849)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(7.997)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	(8.035)	(1.849)	-	(159.976)	84	(14.487)

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato firmado entre as partes é pelo período de dez anos (2015-2025), para compra de 15,1862 MWmédios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reis) por MWmédios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato do Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres.

17.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:



Notas Explicativas
Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Honorários	6.433	5.987	6.433	5.987
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	1.882	1.752	1.882	1.752
Encargos Sociais	1.815	1.717	1.815	1.717
Outros	1.290	1.111	1.290	1.111
Total	11.420	10.567	11.420	10.567

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

18.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora (i)		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo	-	-	854.645	709.023
Passivo	-	-	(98.092)	(89.214)
Tributo Diferido Líquido	-	-	756.553	619.809

(i) De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$106,6 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Do total de R\$765,5 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$854,6 do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto o passivo diferido de R\$98,1 milhões se refere a Celesc G.

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisão p/ Contingências	166.543	134.256	-	-	166.543	134.256
Provisão p/ Perdas em Ativos	23.185	18.510	-	-	23.185	18.510
Benefício Pós-Emprego	722.102	596.621	-	-	722.102	596.621
Arrendamento – CPC 06	329	176	-	-	329	176
Custo Atribuído	-	-	6.643	6.939	(6.643)	(6.939)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	50.694	72.278	-	-	50.694	72.278
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	45.561	47.681	(45.561)	(47.681)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	56.138	58.749	(56.138)	(58.749)
Bonificação de Outorga	-	-	60.567	54.139	(60.567)	(54.139)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	22.258	19.123	(22.258)	(19.123)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.410	14.938	(14.410)	(14.938)
Outras Provisões	-	-	723	463	(723)	(463)
Total	962.853	821.841	206.300	202.032	756.553	619.809

18.2. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre os benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Os valores decorrentes do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014, pelo órgão regulador, está em demanda judicial junto à justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593/2019, homologou o deferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes, sendo que a última parcela está sendo devolvida ao consumidor por meio do RTA de 22 de agosto de 2023. Dessa forma, o reajuste tarifário de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 tiveram a realização financeira no montante de R\$65,8 milhões, R\$68,5 milhões, R\$70,2 milhões, R\$76,8 milhões e R\$87,2 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2023 são:

Ano	Consolidado
	31.12.2023
2024	71.570
2025	13.854
2026	17.837
2027	16.046
Acima de 2028	843.546
Total	962.853

18.3. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2021	25.176
(-) Baixa do Custo Atribuído	(953)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	324
Saldo em 31.12.2022	24.547
(-) Baixa do Custo Atribuído	(873)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	297
Saldo em 31.12.2023	23.971

18.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação dos benefícios a empregados e valor justo da CASAN com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2021	1.064.375
(+) Adição dos Benefícios a empregados	(44.435)
(+) Valor justo da CASAN	137.261
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	15.108
Saldo em 31.12.2022	1.172.309
(+) Adição dos Benefícios a empregados	386.716
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(131.483)
Saldo em 31.12.2023	1.427.541

A não contabilização e evidenciação de IRPJ e CSLL diferidos relacionados ao valor justo da Casan na Controladora, ocorrem pela ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros contra os quais os créditos fiscais possam ser utilizados nos próximos exercícios, conforme os critérios previstos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Todavia, a companhia continuará reavaliando anualmente a expectativa de geração de lucro fiscal futuro, para que no momento oportuno possa contabilizar os valores de IRPJ e CSLL diferidos.

18.5. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	558.849	551.916	683.315	719.654
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(190.009)	(187.651)	(232.327)	(244.682)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	197.278	198.690	19.421	26.977
Benefício Fiscal	-	-	(1.116)	(730)
Incentivo Fiscal	-	-	4.852	2.737
Juros sobre Capital Próprio	(11.159)	(20.302)	74.693	56.100
Provisões Indedutíveis	(3.142)	(2.361)	(3.142)	(2.361)
Multas Indedutíveis	-	-	(4.488)	(5.818)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	62	4.876	63	4.876
Participação dos Administradores	(463)	(373)	(530)	(427)
Lei do Bem	-	-	3.771	1.046
Outras Adições (Exclusões)	5.618	(4.233)	12.522	(16.810)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(1.815)	(11.354)	(126.281)	(179.092)
Corrente	(1.815)	(11.354)	(131.541)	(188.600)
Diferido	-	-	5.260	9.508
Alíquota Efetiva	0,32%	2,06%	18,48%	24,89%

18.6. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

18.6.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.


Notas Explicativas
 Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023 a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado para aquela data é de R\$264,1 milhões. A contribuinte solicitou a suspensão fiscal em razão da precedente propositura da ação anulatória com garantia de débito devidamente aceita pela Fazenda Nacional. O processo aguarda manifestação do juízo.

19. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladas	2.477.114	2.468.490	-	-
Celesc D	1.696.328	1.716.726	-	-
Celesc G	780.786	751.764	-	-
Controladas em Conjunto	151.145	135.965	151.145	135.965
SCGÁS	151.145	135.965	151.145	135.965
Coligadas	126.741	116.358	237.683	227.314
ECTE	95.930	88.313	95.930	88.313
DFESA	30.811	28.045	30.811	28.045
SPEs	-	-	110.942	110.956
Total	2.755.000	2.720.813	388.828	363.279

19.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Controladora										
	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Capital Social	Capital Votante						
Saldo em 31.12.2022											
Celesc D	630.000	100,00	100,00%	3.432.655	6.881.685	3.765.969	4.831.645	1.716.726	9.908.754	403.099	
Celesc G	43.209	100,00	100,00%	140.062	815.408	73.332	130.374	751.764	183.022	113.774	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Saldo em 31.12.2023											
Celesc D	630.000	100,00	100,00%	3.098.324	7.713.074	3.643.345	5.471.725	1.696.328	10.401.34	440.160	
Celesc G	43.209	100,00	100,00%	189.575	798.882	73.308	134.363	780.786	183.051	95.654	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243	

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo		Passivo		Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido		
Saldo em 31.12.2022										
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.598	43.138	2.651	650	42.435	8.289	1.270
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	18.548	52.927	27.120	4.141	40.214	17.772	12.739
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.301	31.703	3.406	4.058	27.540	11.984	1.767
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.289	57.276	4.008	15.164	39.393	5.149	(353)
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	313.215	2.209.251	124.123	1.806.912	591.431	319.381	72.259
Saldo em 31.12.2023										
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	3.547	41.782	866	-	44.463	8.289	3.262
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	31.258	50.912	25.562	1.756	54.852	20.354	17.885
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	2.838	30.057	3.451	1.478	27.966	12.718	2.545
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	884	54.728	2.141	13.884	39.587	5.393	(334)
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	290.527	2.263.026	132.319	1.851.460	569.774	330.534	61.290

19.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Investimentos	1.483.521	691.423	78.988	84.527	27.061	2.365.520
Direito de Concessão	-	-	-	32.667	-	32.667
Saldo em 31.12.2021	1.483.521	691.423	78.988	117.194	27.061	2.398.187
Dividendos e JCP Creditados	(199.221)	(53.433)	(23.698)	(8.599)	(4.663)	(289.614)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	403.099	113.774	33.023	28.838	5.647	584.381
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	29.327	-	-	-	-	29.327
Investimentos	1.716.726	751.764	88.313	104.766	28.045	2.689.614
Direito de Concessão	-	-	-	31.199	-	31.199
Saldo em 31.12.2022	1.716.726	751.764	88.313	135.965	28.045	2.720.813
Dividendos e JCP Creditados	(205.326)	(66.632)	(4.874)	(9.923)	(2.587)	(289.342)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	440.160	95.654	12.491	26.571	5.353	580.229
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada (i)	(255.232)	-	-	-	-	(255.232)
Investimentos	1.696.328	780.786	95.930	121.414	30.811	2.725.269
Direito de Concessão	-	-	-	29.731	-	29.731
Saldo em 31.12.2023	1.696.328	780.786	95.930	151.145	30.811	2.755.000

(i) Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada

O valor é referente a Avaliação Atuarial do encerramento de 2023, para os Plano Transitório, Plano Misto, Plano de Pecúlio, Plano Celos Saúde, administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, bem como os benefícios pós-empregos referentes ao Benefício Mínimo, Auxílio Deficiência e Auxílio Funeral, oferecidos pela Celesc D a seus empregados.

O impacto se deu principalmente pela diminuição na taxa real de desconto atuarial do plano de saúde (-0,71%), plano transitório (-0,77%), plano misto (-0,80%), pecúlio (-0,77%) e outros benefícios (-0,78%); a troca da tábua de mortalidade do plano transitório; e o aumento no passivo líquido apurado pela diferença entre as obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial e o valor justo dos ativos do plano, gerando um déficit apurado, sendo o maior deles no plano de saúde.

Descrição	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Consolidado
					Total
Investimentos	78.988	84.527	27.061	88.141	278.717
Direito de Concessão	-	32.667	-	-	32.667
Ágio	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2021	78.988	117.194	27.061	88.423	311.666
Integralizações	-	-	-	18.712	18.712
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	(23.698)	(8.599)	(4.663)	(8.016)	(44.976)
Creditados	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	28.838	5.647	11.837	79.345
Resultado da Equivalência Patrimonial	33.023	-	-	-	-
Investimentos	88.313	104.766	28.045	110.674	331.798
Direito de Concessão	-	31.199	-	-	31.199
Ágio	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2022	88.313	135.965	28.045	110.956	363.279
Integralizações	-	-	-	152	152
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	(4.874)	(9.923)	(2.587)	(12.872)	(30.256)
Creditados	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	26.571	5.353	12.706	57.121
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.491	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	95.930	151.145	30.811	110.942	388.828
Investimentos	95.930	121.414	30.811	110.660	358.815
Direito de Concessão	-	29.731	-	-	29.731
Ágio	-	-	-	282	282

19.3. Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$29,7 milhões e, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$31,2 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até o ano de 2044.

19.4. Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) do Ágio Pago

Anualmente, a Companhia e sua subsidiária Celesc G, realizam o teste de recuperabilidade do ágio pago em seus investimentos. Para a mensuração do valor em uso é considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

(i) SCGÁS

Em 31 de dezembro de 2023, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 17,0% detida pela Companhia dos fluxos de caixa futuros projetados até 2044, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,89%, é de R\$196,6 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$151,1 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

Descrição	Premissa
Regime tributário	Lucro real
Prazo de Concessão	2044
Fluxo de caixa 2024-2029	Projeções enviadas pela SCGÁS, de acordo com o plano plurianual da Companhia
Fluxo de caixa 2030-2044	Projeções ajustadas, considerando como taxa de crescimento, a média da inflação brasileira projetada para os próximos 5 anos.
Taxa de crescimento projetada	3,58%
CAPEX 2023-2029	Projeções enviadas pela SCGÁS, de acordo com o plano plurianual da Companhia
CAPEX 2030-2044	Projeções ajustadas, considerando como taxa de crescimento, a média da inflação brasileira projetada para os próximos 5 anos.
Pré Tax	12,89%

(ii) SPE - Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2023, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 10,14%, é de R\$14,4 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$13,5 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtdade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda ACL R\$445,75 MW/h, a valores de outubro de 2023, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: 290,00/MWh, a valores de outubro de 2023, corrigido pelo IGP-M até 2027
Empréstimos e Financiamentos	Financiamentos na data base somam R\$115 mil, sendo R\$55 mil vencendo no curto prazo e R\$65 mil no longo prazo, com custo financeiro de 8,18% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.
Pré Tax	10,14%

20. IMOBILIZADO

20.1. Composição do Saldo

Descrição	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Controladora
				Total
Saldo em 31.12.2021	10	-	328	338
Custo do Imobilizado	50	1	547	598
Depreciação Acumulada	(40)	(1)	(219)	(260)
Saldo em 31.12.2021	10	-	328	338
Adições	-	-	49	49
Depreciação	(4)	-	(245)	(249)
Custo do Imobilizado	50	1	596	647
Depreciação Acumulada	(44)	(1)	(464)	(509)
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Adições	-	-	550	550
Depreciação	(2)	-	(250)	(252)
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(46)	(1)	(714)	(761)
Saldo em 31.12.2023	4	-	432	436
Taxa Média de Depreciação	4,00%		50,00%	

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2021	7.451	9.214	2	18.784	540	78.481	14.341	128.813
Adições	-	-	-	-	-	13.798	691	14.489
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(39)	-	(800)	(839)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	39	-	-	39
Depreciação	-	(345)	(28)	(1.115)	(142)	-	(5.982)	(7.612)
(+/-) Transferências	-	-	169	1.562	369	(2.124)	-	(24)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(485)	(485)
Depreciação Direito	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda por Recuperabilidade	(10)	(56)	(66)	(313)	(71)	-	-	(516)
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.394	90.155	22.260	387.606
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.337)	(12.394)	(63.223)	(1.705)	-	(13.737)	(221.724)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Depreciação Direito	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Adições	-	-	-	-	-	53.162	19.508	72.670
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(35)	-	(147)	(182)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	35	-	-	35
Depreciação	-	(344)	(35)	(1.136)	(221)	-	(10.166)	(11.902)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	513	(513)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(905)	(905)
Perda por recuperabilidade	(12)	(68)	(11)	(217)	(24)	-	-	(332)
Saldo em 31.12.2023	7.429	8.401	31	17.565	964	142.804	16.055	193.249
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	142.804	41.621	460.094
Provisão p/ Perdas	(4.452)	(23.299)	(564)	(3.259)	(17)	-	-	(31.591)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.681)	(12.429)	(64.359)	(1.891)	-	(23.903)	(233.591)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	(1.663)	(1.663)
Depreciação Direito	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	7.429	8.401	31	17.565	964	142.804	16.055	193.249
Taxa Média de Depreciação	-	3,39%	3,1	3,01%	9,77%	-	8,33%	

20.2. Recuperabilidade de Ativos (Impairment Test)

O *Impairment Test*, também chamado de teste de imparidade ou teste de recuperabilidade, é um procedimento realizado nas empresas para verificação de uma possível redução no valor recuperável dos seus ativos de longa duração. A entidade deve avaliar, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. O teste é feito individualmente sobre cada usina, calculando o valor recuperável de cada uma e, posteriormente, comparando esse valor com o respectivo valor contábil líquido.

Para as usinas que aderiram ao risco hidrológico do GSF e constituíram um ativo intangível, a avaliação do *Impairment Test* se dá pela soma do saldo do imobilizado e intangível por se tratar de uma única unidade geradora de caixa.

Em 2023, foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$332 mil. Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas.

O método de avaliação utilizado é o valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade



Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

A metodologia consiste em projetar anualmente o fluxo de caixa livre - FCL dos ativos, obtendo assim a geração de caixa das suas atividades operacionais. O FCL apurado em cada ano é descontado por uma taxa de atratividade que reflete o custo de oportunidade dos provedores de capital, conhecida como WACC, para chegar ao seu valor presente.

Para a análise do parque gerador próprio da Companhia, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio, bem como as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data-base de dezembro de 2023.

Consideraram-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2054, por se tratar do prazo final da concessão da Usina Pery, restando no parque gerador da Celesc G apenas as CGHs, as quais não possuem data de término de operação.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital para 2024 pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias, manutenções e pessoal. Não são considerados investimentos em participações societárias, nem em ampliações de usinas, tendo em vista que esses efeitos não devem impactar os resultados do *Impairment Test*.

Em virtude do regramento estabelecido no Contrato de Concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o valor residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito à indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

As seguintes premissas foram fornecidas pela Celesc G e adotadas no *Impairment Test*:

Descrição	Premissa
Índice econômico para projeção	IPCA;
Período	2024 a 2054 (prazo final da concessão da Usina Pery); Regime de cotas: Pery 100%, Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 70%;
Receita operacional	Contratos bilaterais e energia vendida no mercado de curto prazo relativo às sobras de energia: Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 30% (até o período de prorrogação de prazo de concessão); Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 100% (a partir da prorrogação de concessão); demais usinas 100%;
Deduções da receita operacional	PIS/COFINS: Rateio pela Receita Operacional Bruta de cada usina; Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: O encargo é decorrente da geração de energia x tarifa x alíquota de CFURH (7,00%). A tarifa é reajustada em janeiro de cada ano pelo IPCA (Bracinho, Palmeiras e Pery); Taxa de Fiscalização Aneel: Para as usinas Bracinho, Garcia, Palmeiras, Pery, Rio dos Cedros e Salto, o valor é definido pela ANEEL e reajustado em julho de cada ano pelo IPCA. Para a usina Celso Ramos, o cálculo é decorrente da Potência Instalada x Alíquota de TFSEE (0,40%) x Tarifa. A tarifa é reajustada em janeiro de cada ano pelo IPCA; Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): O valor é decorrente de 1% da ROL (Bracinho, Caveiras, Garcia, Palmeiras, Pery, Rio dos Cedros e Salto);
Encargos de uso da rede elétrica	Refere-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição -TUSD. Cálculo específico por usina e aplicado a todas elas. O valor é decorrente da Potência Instalada x Tarifa x % de desconto se for fonte incentivada. A tarifa é reajustada pelo IPCA em agosto de cada ano.
Provisão e reversão	Rateio pela ROB de cada usina.
IRPJ/CSLL	Calculado pela aplicação de alíquota de 25% de Imposto de Renda -IRPJ e 9% de Contribuição Social - CSLL sobre o EBIT de cada usina.
Taxa de desconto	Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 10,01%.

Os valores de perda do valor recuperável dos ativos por UGC registrados no exercício de 2023 estão demonstrados a seguir. Não houve reversão de perdas anteriores.

Usinas	Custo		Provisão Acum. Perdas	Saldo Líquido	Fluxo de Caixa Por Usina	Provisão a constituir	Saldo Contábil
	Imobilizado e Intangível	Depreciação e Amortização acumulada					
UHE Bracinho	51.408	(42.516)	-	8.892	88.501	-	8.892
UHE Cedros	40.968	(34.466)	-	6.502	68.476	-	6.502
UHE Garcia	15.859	(8.506)	-	7.353	77.713	-	7.353
UHE Palmeiras	73.383	(60.163)	-	13.220	163.263	-	13.220
UHE Pery	25.549	(5.950)	-	19.599	148.219	-	19.599
UHE Salto	13.773	(8.108)	-	5.665	13.416	-	5.665
PCH Celso Ramos	39.112	(11.693)	(12.911)	14.508	14.416	(93)	14.415
CGH Caveiras	28.753	(21.662)	(7.076)	15	-	(15)	-
CGH Ivo Silveira	12.874	(12.650)	-	224	-	(224)	-
CGH Piraí	3.700	(681)	(3.019)	-	-	-	-
CGH Rio do Peixe	4.788	(1.080)	(3.708)	-	-	-	-
CGH São Lourenço	8.009	(1.698)	(6.311)	-	-	-	-
CGH Maruim	108	(44)	(64)	-	-	-	-
Total	318.284	(209.217)	(33.089)	75.978	507.668	(332)	75.646

20.3. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado
	Percentuais (%)
Administração	
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	13,9
Móveis e Utensílios	6,6
Operação	
Prédios e Construções	3,0
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	13,4
Móveis e Utensílios	5,1

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

20.4. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2021	328	14.341
Circulante	-	-
Não Circulante	328	14.341
(+) Adições	49	691
(-) Depreciação	(245)	(5.982)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(485)
(-) Baixa	-	(800)



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	132	7.765
Circulante	-	-
Não Circulante	132	7.765
(+) Adições	550	19.508
(-) Depreciação	(250)	(10.166)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(905)
(-) Baixa	-	(147)
Saldo em 31.12.2023	432	16.055
Circulante	-	-
Não Circulante	432	16.055
PASSIVO		
Saldo em 31.12.2021	341	14.836
Circulante	223	6.216
Não Circulante	118	8.620
(+) Adições	49	691
(-) Baixas	-	(845)
(+) Juros Incorridos	20	889
(-) Pagamento Principal	(249)	(6.387)
(-) Juros Pagos	(20)	(889)
Saldo em 31.12.2022	141	8.295
Circulante	141	1.579
Não Circulante	-	6.716
(+) Adições	550	19.508
(-) Baixas	-	(161)
(+) Juros Incorridos	23	1.707
(-) Pagamento Principal	(250)	(10.611)
(-) Juros Pagos	(23)	(1.707)
Saldo em 31.12.2023	441	17.031
Circulante	233	10.836
Não Circulante	208	6.195

20.4.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	31.12.2023	Controladora	31.12.2023	Consolidado	31.12.2022
2024	208	-	1.761	1.194	
2025	-	-	756	1.135	
2026	-	-	808	1.112	
2027	-	-	873	1.112	
2027+	-	-	1.997	2.163	
Total	208	-	6.195	6.716	

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- a) Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- b) Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- c) Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

21. INTANGÍVEL

	Controladora
Descrição	Ágio (i)
Saldo em 31.12.2021	4.441
Amortizações	(503)
Saldo em 31.12.2022	3.938
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.310)
Saldo em 31.12.2022	3.938
Amortizações	(503)
Saldo em 31.12.2023	3.435
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.813)
Saldo em 31.12.2023	3.435
Taxa Média Amortização	1,8%

	Consolidado					
	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Itens em Andamento	Total	
Descrição						
Saldo em 31.12.2021	3.806.354	651	45.491	4.441	1.700	3.858.637
Custo Total	6.198.904	7.404	45.879	14.248	1.700	6.268.135
Amortização Acumulada	(2.392.550)	(6.753)	(388)	(9.807)	-	(2.409.498)
Saldo em 31.12.2021	3.806.354	651	45.491	4.441	1.700	3.858.637
Adições	779.084	-	-	-	35	779.119
Baixas	(61.215)	-	-	-	-	(61.215)
Amortizações	(265.759)	(186)	(1.554)	(503)	-	(268.002)
Transferências	-	41	-	-	(17)	24
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Custo Total	6.916.773	7.445	45.879	14.248	1.718	6.986.063
Amortização Acumulada	(2.658.309)	(6.939)	(1.942)	(10.310)	-	(2.677.500)
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Adições (iv)	-	-	-	-	24	24
Baixas	(56.721)	-	-	-	-	(56.721)
Amortizações	(299.092)	(190)	(1.554)	(503)	-	(301.339)
Transferências (NE 15)	759.634	-	-	-	-	759.634
Saldo em 31.12.2023	4.662.285	316	42.383	3.435	1.742	4.710.161
Custo Total	7.619.686	7.445	45.879	14.248	1.742	7.689.000
Amortização Acumulada	(2.957.401)	(7.129)	(3.496)	(10.813)	-	(2.978.839)
Saldo em 31.12.2023	4.662.285	316	42.383	3.435	1.742	4.710.161
Taxa Média Amortização	4,5%	2,6%	3,4%	1,8%		

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.242, de 15 de agosto de 2023, alterou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. De acordo com o Art. 19 da Lei nº. 13.360/2016, na ocorrência de atraso no início da operação comercial devido a situações caracterizadas pela ANEEL como excludentes de responsabilidade, o prazo de outorga da geração de energia elétrica é recomposto pela extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade. O prazo de extensão das usinas da Celesc G, repactuadas pelo risco hidrológico em 2021, não sofreram alteração.

(iii) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.



(iv) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no exercício de 2023, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Energia Elétrica	-	-	622.213	594.114
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	219.218	195.642
Materiais e Serviços	1.438	900	171.274	174.135
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	76.387	52.622
Total	1.438	900	1.089.092	1.016.513

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem cinco classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Total Moeda Nacional	671.494	676.836
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	576.760
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.229
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	1.237
Empréstimos Finame (iii)	6,0% a 9,5% a.a.	268
Total Moeda Estrangeira	1.303.171	1.166.319
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,76% a 1,93% a.a.	1.303.171
Total	1.974.665	1.843.155
Circulante	356.136	297.229
Não Circulante	1.618.529	1.545.926

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal de R\$93,0 milhões passou a ser maio de 2023. Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024. A taxa de juros foi mantida no percentual da contratação original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Em agosto de 2023 houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

Em 16 novembro de 2023, mediante à emissão de Notas Comerciais Escriturais, foi contratado um montante de R\$200,0 milhões, junto aos bancos ABC, Inter, BMG e Daycoval. A remuneração foi estabelecida à taxa equivalente ao CDI + 1,85% a.a. O pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será feito em parcela única ao final do contrato (bullet). O prazo para liquidação do principal é na data de vencimento, estipulada para o dia 18 de dezembro de 2023. No entanto, cabe destacar que o pagamento do principal e dos juros foi efetuado, de forma antecipada, em parcela única no dia 24 de novembro de 2023.

ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio de 2025. Em abril de 2023, foi realizada a transferência da gestão dos contratos de financiamentos que utilizem recursos da RGR para a ENBPAR. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 6% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Os últimos contratos de Finame da Caixa Econômica Federal foram liquidados em dezembro de 2023. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do

BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

As liberações continuaram ocorrendo e tanto a opção de conversão em moeda nacional quanto a alteração da taxa de juros do contrato mencionadas anteriormente foram mantidas. A Companhia enviou a Carta de Anuênciam junto a Secretaria do Tesouro Nacional - STN para autorização do hedge, pelo fato do Governo Federal ser o garantidor e, após os trâmites internos, aguarda a última tranche no valor de U\$14,0 milhões.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de dezembro de 2023, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,94 a.a.
28.01.2018	9.704.328,10	CDI + 0,94 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 0,99 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,82 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,19 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,85 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,93 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,25 a.a.
28.06.2023	28.500.000,00	CDI + 0,76 a.a.
Total	261.830.447,54	

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

23.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	31.12.2023	31.12.2022	Nacional	Estrangeira	31.12.2023	31.12.2022
Ano 2024	-	276.139	-	56.596	-	332.735
Ano 2025	275.363	137.864	63.456	56.596	338.819	194.460
Ano 2026	137.500	-	63.456	56.596	200.956	56.596
Ano 2027	-	-	63.456	56.596	63.456	56.596
Ano 2028+	-	-	1.015.298	905.539	1.015.298	905.539
Total	412.863	414.003	1.205.666	1.131.923	1.618.529	1.545.926

23.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.404	97.818	103.222
Ingressos	60.000	550.000	610.000
Encargos Provisionados	90.065	-	90.065
Transferências	233.815	(233.815)	-
Amortizações de Principal	(64.663)	-	(64.663)
Pagamentos de Encargos	(61.788)	-	(61.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.833	414.003	676.836
Ingressos	-	200.000	200.000
Encargos Provisionados	94.371	-	94.371
Transferências	201.140	(201.140)	-
Amortizações de Principal	(203.259)	-	(203.259)
Pagamentos de Encargos	(96.454)	-	(96.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	258.631	412.863	671.494

23.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.155	1.131.923	1.150.078
Atualização Monetária	550	-	550
Encargos Provisionados	151.853	-	151.853
Pagamentos de Encargos	(136.162)	-	(136.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.396	1.131.923	1.166.319
Ingressos	-	137.655	137.655
Atualização Monetária	(4.027)	(456)	(4.483)
Encargos Provisionados	169.110	-	169.110
Transferências	63.456	(63.456)	-
Pagamento de Encargos	(165.430)	-	(165.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	97.505	1.205.666	1.303.171

24. DEBÊNTURES

24.1. Debêntures 2018 – Celesc D

No dia 13 de julho de 2018, a Celesc D emitiu 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250,0 milhões, não conversíveis em ações e com vencimento para 13 de julho de 2023. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real dessa operação foi definida pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D. A Companhia (Celesc Holding) prestou fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista para acontecer em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro. A primeira ocorreu em 13 de janeiro de 2020 e a última na data de seu vencimento. Não houve carência para pagamento da remuneração, que também ocorreu em parcelas trimestrais e consecutivas, sendo o primeiro realizado em 13 de outubro de 2018.

A operação foi liquidada em seu vencimento e foram pagos, além do principal, um total de R\$58,3 milhões a título de remuneração.

24.2. Debêntures 2021 – Celesc D

Em 15 de abril de 2021, a Celesc D emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões. O vencimento dessas debêntures está previsto para 15 de abril de 2026 e os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária e sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória, onde a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração está prevista para pagamento de duas maneiras: a primeira, de forma trimestral e a partir da data de emissão, com vencimento todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, iniciando em 15 de julho de 2021 e terminando em 15 de outubro de 2022, e a segunda, de forma mensal e a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência.

A amortização está prevista em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 15 de cada mês, tendo ocorrida a primeira em 15 de outubro de 2022.

Até 31 de Dezembro de 2023, foram pagos R\$171,0 milhões de remuneração e R\$191,8 milhões de principal.

Anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado do cálculo dessa relação foi de 2,09, cumprindo, assim, tal obrigação.

24.3. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$800,0 milhões.

São da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória adicional, onde a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado do cálculo dessa relação foi de 2,09, cumprindo, assim, tal obrigação.

24.3.1. Primeira Série

As debêntures da primeira série têm prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2028. Não há incidência de atualização monetária e os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro – DI de um dia, (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,65% ao ano.

A remuneração dessas debêntures será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2024 e o último em 15 de novembro de 2028. A amortização será feita semestralmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2026.

24.3.2. Segunda Série

As debêntures da segunda série têm prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2030.

Têm incidência de atualização monetária, a partir da data de início de sua rentabilidade até sua integral liquidação, pela variação do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, e os juros remuneratórios correspondem a 6,5279% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2024 e o último em 15 de novembro de 2030. A amortização será feita anualmente, a partir do 5º (quinto) ano contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2028.

24.4. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% ao ano, até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e de amortização em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$5,41 milhões de remuneração e R\$3,02 milhões de principal.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$58,2 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida nulo para a relação. A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

24.5. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2021		768.665
Encargos Provisionados	98.318	
Pagamentos Encargos	(105.259)	
Pagamentos do Principal	(157.981)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.542	
Custo na Liquidação	(95)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	923	
Saldo em 31.12.2022		606.113
Ingressos	787.094	
Encargos Provisionados	80.659	
Pagamentos Encargos	(72.342)	
Pagamentos do Principal	(206.510)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.592	
Saldo em 31.12.2023		1.196.606
Circulante		166.193
Não Circulante		1.030.413

24.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Ano 2023	-	1.384
Ano 2024	2.918	1.056
Ano 2025	3.044	1.054
Ano 2026	2.388	927
Ano 2027	2.652	-
Ano 2028+	4.734	-
Total	15.736	4.421

24.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2022	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Controladora	
					Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2023
Dividendos e JCP a Pagar	157.602	(179.469)	(179.469)	-	233.196	211.329
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 20.4)	141	(250)	(250)	(23)	573	441
Total	157.743	(179.719)	(179.719)	(23)	233.769	211.770

Descrição	31.12.2021	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Controladora	
					Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2022
Dividendos e JCP a Pagar	134.356	(143.270)	(143.270)	-	166.516	157.602
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 20.4)	341	(249)	(249)	(20)	69	141
Total	134.697	(143.519)	(143.519)	(20)	166.585	157.743

Descrição	31.12.2022	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Consolidado	
							31.12.2023	
Empréstimos e Financiamentos	1.843.155	337.655	(203.259)	134.396	(261.884)	258.998	1.974.665	
Debêntures	606.113	787.094	(206.510)	580.584	(72.342)	82.251	1.196.606	
Dividendos e JCP	157.602	-	(179.469)	(179.469)	-	233.196	211.329	
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 20.4)	8.295		(10.611)	(10.611)	(1.707)	21.054	17.031	
Total	2.615.165	1.124.749	(599.849)	524.900	(335.933)	595.499	3.399.631	

Descrição	31.12.2021	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Consolidado	
							31.12.2022	
Empréstimos e Financiamentos	1.253.300	610.000	(64.663)	545.337	(197.950)	242.468	1.843.155	
Debêntures	768.665	(95)	(157.981)	(158.076)	(105.259)	100.783	606.113	
Dividendos e JCP	134.356	-	(143.270)	(143.270)	-	166.516	157.602	
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 20.4)	14.836		(6.387)	(6.387)	(889)	735	8.295	
Total	2.171.157	609.905	(372.301)	237.604	(304.098)	510.502	2.615.165	

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$259,0 milhões. As debêntures totalizaram R\$82,2 milhões, sendo R\$1,6 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas em 2023.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31.12.2023	31.12.2022	Controladora		Consolidado	
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.493	1.241			120.932	115.144
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-			67.602	108.854
Consignação em Favor de Terceiros	-	-			11.025	10.197
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-			35.165	27.070
Folha de Pagamento Líquida	327	297			18.074	16.815
Total	1.820	1.538			252.798	278.080
Circulante	1.820	1.538			224.899	227.670
Não Circulante					27.899	50.410

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

Notas Explicativas



O último PDI realizado (PDI 2021) teve seu prazo estendido até maio de 2023, e contou com um total de 197 saídas. A edição vigente (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023 e os desligamentos iniciaram em novembro de 2023, com previsão de finalização em abril de 2024.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celos. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênios e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	39.704	58.444
Não Circulante	27.899	50.410
Total	67.603	108.854

Desde a implantação do programa até 31 de dezembro de 2023, ocorreram 1.240 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$499,7 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa com o programa por ano.

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	63	11.208
Totais	1.240	499.736

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

26. TRIBUTOS

26.1. Tributos Federais – Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IRRF S/ JCP	7.460	4.305	22.587	17.173
PIS e COFINS	9.862	9.659	51.870	49.419
Outros	34	17.865	3.206	21.290
Total a pagar	17.356	31.829	77.663	87.882
(-) Tributos a compensar	-	-	(584.061)	(1.100.950)
Total	17.356	31.829	(506.398)	(1.013.068)

26.2. Tributos Federais – IRPJ/CSLL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IRPJ e CSLL	1.692	2.863	26.676	30.996
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(61.925)	(44.331)	(94.572)	(64.134)
Total	(60.233)	(41.468)	(67.896)	(33)

26.3. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS	-	-	199.357	168.346
Total a Recolher	-	-	199.357	168.346
(-) Tributos a Compensar	-	-	(61.482)	(57.941)
Total	-	-	137.875	110.405

26.4. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ISS	104	107	3.044	2.566
IPTU	-	-	7	7
Total a Recolher	104	107	3.051	2.573
(-) Tributos a Compensar	-	-	(993)	(992)
Total	104	107	2.058	1.581

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2022	Adições	Atualização Monetária		31.12.2023
			Monetária	Pagamentos	
Programa Eficiência Energética – PEE	61.094	48.231	7.420	(39.344)	77.401
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	54.759	55.611	5.211	(78.464)	37.117
Parcelamento ECE (i)	26.254	-	1.907	(18.502)	9.659
Taxa de Fiscalização ANEEL	824	10.040	-	(10.004)	860
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	19.472	2.109.325	-	(2.096.667)	32.130
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	306	2.247	-	(2.166)	387
Total	162.709	2.225.454	14.538	(2.245.147)	157.554
Circulante	56.066	-	-	-	73.509
Não Circulante	106.643	-	-	-	84.045

i) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período

de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia revisitou seus procedimentos para estimativa de perdas com contingências, sejam elas judiciais, administrativas ou de qualquer outra natureza, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os principais aspectos em relação à prática anterior, na qual os riscos eram avaliados somente quando ocorria o julgamento em primeira instância, são: a contemplação do reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2022	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Controladora
							31.12.2023
Tributária	19.222	6.047	2.879	(5.230)	(1.508)	2.135	23.545
Trabalhistas	2.298	-	-	-	(2.298)	-	-
Cíveis	575	-	-	(11)	(36)	144	672
Regulatórias	3.358	-	-	-	-	5.147	8.505
Total	25.453	6.047	2.879	(5.241)	(3.842)	7.426	32.722

Descrição	31.12.2022	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Consolidado
							31.12.2023
Tributária	30.847	6.051	6.514	(5.456)	(2.245)	9.225	44.936
Trabalhistas	45.704	674	33.806	(16.450)	(10.440)	3.758	57.052
Cíveis	199.019	85.478	137.954	(177.642)	(61.997)	21.754	204.566
Regulatórias	121.027	26.579	7.961	(87.270)	(39.092)	48.562	77.767
Ambientais	2.423	129.450	2.125	(194)	(816)	159	133.147
Total	399.020	248.232	188.360	(287.012)	(114.590)	83.458	517.468

28.2. Depósitos judiciais

Descrição	31.12.2023	31.12.2022	Controladora	31.12.2023	31.12.2022	Consolidado
			31.12.2023			31.12.2022
Tributária	51.457	47.578		58.759		48.849
Trabalhistas	5.022	4.686		20.238		22.757
Cíveis	6.858	3.027		107.450		108.513
Regulatórias	35.016	22.111		233.457		179.751
Ambientais	-	-		1.442		-
Saldo em 31.12.2023	98.353	77.402		421.346		359.870

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	77.402	359.870
Constituição	6.355	197.094
Atualização Financeira	23.007	104.530
Baixas	(8.411)	(240.148)
Saldo em 31.12.2023	98.353	421.346

a) Depósitos Judiciais

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$28,0 milhões, como forma de garantia do crédito

tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda manifestação das partes sobre o laudo pericial contábil.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$15,1 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Na Celesc D, o depósito judicial mais relevante se refere ao processo nº 1005589-77.2017.4.01.3400, no valor de R\$119,1 milhões. A discussão, em âmbito judicial, é sobre o processo de subcontratação de 2014, onde existem dois impactos: o primeiro sobre a questão do não repasse tarifário apurado pela ANEEL e o segundo sobre a penalidade apurada pela CCEE. Destaca-se o fato de a penalidade de subcontratação ter um rito específico e multilateral, que deve contemplar, inclusive, discussões *ex-post*.

Em 2020, a sentença da 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal julgou o processo improcedente em primeiro grau. Na ação, a Celesc D visava anular a penalidade imposta pela CCEE em razão da falta de lastro contratual no ano de 2014. A Celesc D interpôs apelação cível e mantém a discussão, considerando que tal decisão não levou em conta diversos aspectos da apuração da penalidade. Para conseguir um efeito suspensivo e não ser considerada inadimplente a distribuidora ofertou depósito judicial no valor integral da penalidade. Considerando a peculiaridade do caso e a avaliação do fato concreto, existe razoável possibilidade de anular a sentença e, assim, o processo foi classificado com uma estimativa de perda possível.

Na Celesc D, houve, ainda, em 05 de maio de 2023, um depósito de R\$15,9 milhões e, em 13 de junho de 2023, um depósito no valor de R\$1,7 milhões, ambos no processo 5029579-87.2023.8.24.0023 referentes ao reequilíbrio financeiro do contrato com a EMEPLAN.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fumicultores no norte do Estado, ambiental pelo vazamento de óleo de transformador, resarcimentos de seguro, verbas rescisórias, intervalos intrajornada e interjornada de trabalho, exploração de faixa de domínio, inexistência de débito, dano mora, rescisão contratual, alteração de classe de consumo e dano material.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e, também, de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

b) Contingências Prováveis

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais

foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. O valor atualizado do depósito é de aproximadamente R\$18,6 milhões, porém, os cálculos iniciais mostram um valor da dívida atualizada de, aproximadamente, R\$16,28 milhões. Portanto, caberá a Celesc um levantamento em seu favor de aproximadamente R\$2,28 milhões de reais.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, resarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$26,7 milhões, ações de resarcimento para seguradoras em torno de R\$10,1 milhões, reclassificação tarifária de R\$3,2 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$11,5 milhões, incêndios no montante de R\$6,5 milhões, cobrança indevida no valor de R\$3,7 milhões, Portarias da antiga agência reguladora DNAEE em torno de 10,3 milhões, CDI-OVER em torno de 11,3 milhões.

A adição mais relevante no período foi o provisionamento de R\$50,5 milhões, relacionados a ação movida pela empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

Além disso, a Celesc D foi surpreendida pela reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$129,5 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

28.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de



Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Tributárias (i)	352.052	150.602
Trabalhistas (ii)	39.127	20.596
Cíveis (iii)	451.448	432.505
Regulatórias (iv)	180.053	190.529
Ambientais (v)	27.895	28.432
Total	1.050.575	822.664

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil (NE 18.6.1).

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$17,9 milhões. Processo aguarda a manifestação do Juízo a respeito da realização de perícia contábil.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos litigatórios e outras.

Como valores mais relevantes, danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$100 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$61 milhões de danos morais/materiais, R\$29,7 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de resarcimento para seguradoras em torno de R\$35,9 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Planos Previdenciários	796.200	740.746
Plano Misto e Plano Transitório (a)	796.200	740.746
Planos Assistenciais	1.399.622	1.161.429
Plano CELOS Saúde (b)	1.336.745	1.106.999
Outros Benefícios (c)	62.877	54.430
Total	2.195.822	1.902.175
Circulante	272.597	242.238
Não Circulante	1.923.225	1.659.937

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registra a atualização monetária e os juros no resultado financeiro.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

29.1. Resultados da Avaliação Atuarial

29.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado	
						Total	
Saldo em 31.12.2021	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174	
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.503	-	(39.756)	136	-	(38.117)	
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	-	111.118	
Juros s/ Obrigação Atuarial	259.463	68.033	116.387	160	5.975	450.018	
Benefícios Pagos no Exercício	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(5.071)	(426.121)	
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(97.178)	(28.790)	(621)	36	(5.365)	(131.918)	
Saldo em 31.12.2022	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154	
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.584	-	(43.325)	153	-	(41.588)	
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	30.262	17.459	67.963	-	-	115.684	
Juros s/ Obrigação Atuarial	281.338	71.650	130.607	176	6.093	489.864	
Benefícios Pagos no Exercício	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(5.322)	(474.511)	
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	29.460	82.900	203.841	293	7.676	324.170	
Saldo em 31.12.2023	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773	

29.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado	
						Total	
Passivo (Ativo) em 31.12.2021	567.108	313.574	1.078.690	-	58.891	2.018.263	
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(1.998.714)	(390.962)	(52.626)	(13.529)	-	(2.455.831)	
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154	
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	11.852	-	11.852	
Passivo (Ativo) em 31.12.2022	482.960	257.786	1.106.999	-	54.430	1.902.175	
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.077.203)	(442.352)	(42.450)	(14.057)	-	(2.576.062)	
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773	
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	12.111	-	12.111	
Passivo (Ativo) em 31.12.2023	511.925	284.275	1.336.745	-	62.877	2.195.822	

29.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Consolidado	
					Total	
Saldo em 31.12.2021	1.941.920	369.239	50.097	12.800	2.374.056	
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(421.050)	
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	111.118	
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	87.566	78.562	65.669	-	231.797	
Rendimentos Esperados dos Ativos	203.257	38.936	6.287	1.352	249.832	
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(42.887)	(22.467)	(24.255)	(313)	(89.922)	
Saldo em 31.12.2022	1.998.714	390.962	52.626	13.529	2.455.831	
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(469.189)	
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	30.261	17.458	67.962	-	115.681	
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	95.040	83.759	71.740	-	250.539	
Rendimentos Esperados dos Ativos	229.619	45.921	6.377	1.571	283.488	
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(41.241)	(1.618)	(16.739)	(690)	(60.288)	
Saldo em 31.12.2023	2.077.203	442.352	42.450	14.057	2.576.062	

29.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Plano Transitório	25.729	29.097
Plano Misto	53.303	57.710
Plano Médico	80.905	70.344
Outros Benefícios	6.246	6.112
Total	166.183	163.263
Despesa Pessoal	145.446	125.061
Despesa Financeira	20.737	38.202
Total	166.183	163.263

29.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial	HCCTR	Crescimento Salarial Empregados Ativos	Mortalidade Geral
	Atuarial		Empregados Ativos	
Misto	5,36%	N.U.	7,10%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Transitório	5,33%	N.U.	N.U.	AT 2000 (desagravada em 5%) segregada por sexo
Pecúlio	5,36%	N.U.	3,90%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Auxílio Deficiência	5,37%	N.U.	N.A.	N.A.
Auxílio Funeral	5,47%	N.U.	N.U.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Benefício Mínimo	5,33%	N.U.	3,90%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Saúde	5,47%	3,50%	N.A.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

29.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+1 ano	-1 ano
Misto	(121.678)	132.178	-	-	586	(529)	64.567	(66.017)
Transitório	(25.265)	26.990	-	-	-	-	23.466	(23.549)
Pecúlio	(87)	94	-	-	-	-	(71)	77
Auxílio Deficiência	(321)	352	-	-	-	-	131	(133)
Auxílio Funeral	(1.059)	1.173	-	-	-	-	(528)	536
Benefício Mínimo	(1.443)	1.553	-	-	-	-	1.221	(1.213)
Saúde	(91.860)	102.764	97.170	(87.703)	-	-	59.129	(57.891)

29.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2024

A estimativa da despesa para o exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser Reconhecida em 2024	
Plano Transitório		22.814
Plano Misto		45.209
Plano Pecúlio		167
Plano Médico		77.134
Outros		5.687
Total		151.011

29.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Consolidado	
				Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2021	880.682	1.078.690	-	58.891	2.018.263
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	86.807	70.344	136	5.975	163.262
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(60.615)	23.634	(136)	(5.365)	(42.482)
Contribuições do Empregador	(166.128)	(65.669)	-	-	(231.797)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(5.071)	(5.071)
Saldo em 31.12.2022	740.746	1.106.999	-	54.430	1.902.175
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	79.033	80.906	153	6.093	166.185
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	155.220	220.580	(153)	7.676	383.323
Contribuições do Empregador	(178.799)	(71.740)	-	-	(250.539)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(5.322)	(5.322)
Saldo em 31.12.2023	796.200	1.336.745	-	62.877	2.195.822

29.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência da sua concepção, anteriores a versão 13 inclusive, quando há déficit acima dos limites definidos na legislação, em especial a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando "aportes" paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este "aporte" ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

No dia 15 de dezembro de 2023 o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252.735.709,53 (duzentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta e três centavos) alíquota de 4,85%.

Em 17 de janeiro de 2024 a CELOS protocolou correspondência sob nº 2.241.268.942.705 informando sobre o Plano de Equacionamento do Déficit referente ao exercício de 2022 juntamente com os documentos relevantes para avaliação. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126.367.854,76 (cento e vinte seis milhões trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos), que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

Os dispositivos legais vigentes tornam obrigatória a realização de equacionamentos dos déficits atuariais dos planos previdenciários cujo déficit ultrapassar os limites definidos na Resolução CGPC nº 26 de setembro de 2008, e alterações posteriores.

Com relação ao prazo de amortização, conforme disposições normativas dispostas na Resolução CNPC 30/2018, o prazo máximo deve equivaler a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano de benefícios. Na Avaliação Atuarial de 2022, a duração do passivo, referente aos benefícios estruturados na modalidade BD, obtida por meio do sistema Venturo (Previc), foi de 10,3043 anos. Dessa forma, para efeito de cálculo, a Celos utilizou o prazo máximo permitido pelos normativos, equivalente há 185 meses.

29.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023 o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30.982.965,36 (trinta milhões, novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos) e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na NE 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão resarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória, até que a ANEEL regulamentasse a forma de devolução para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427/1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos relativos à primeira ação judicial pela Celesc D aos consumidores, no montante de R\$806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% na tarifa.

Desta forma, na contabilização da empresa, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, a metodologia de atualização dos valores utilizada pela ANEEL foi divergente da regra tributária na qual a Celesc, alinhada à legislação tributária vigente e conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022, atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Passivo Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022 de forma precária.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da Consulta Pública - CP nº 05/2021, com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

Conforme NE 11.1 – PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo), a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%.

Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2023 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D como passivo e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2023, no valor de R\$782,1 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores (Passivo Não Circulante) para a conta Passivo Financeiro – CVA (Passivo Circulante). Sobre a diferença, no valor de R\$25,5 milhões, adotou-se a mesma prática contábil da 1ª ação.

Uma vez que a metodologia em relação a operacionalização do repasse continua sendo discutida pela ANEEL no âmbito da CP nº 05/2021, e diante da discordância da Celesc D quanto ao regramento adotado pela reguladora para atualização dos valores, houve novamente o registro feito pela ANEEL quanto à provisoriiedade do tratamento para o repasse tarifário no RTA de 2023 por meio da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14/08/2023, ressaltando que o tema ainda se encontra em discussão, de modo que eventuais ajustes serão levados em conta no fechamento do ato normativo, podendo ocorrer ajustes futuros dos valores.

A Celesc D considera o risco de perda da causa sobre a atualização como possível, não constituindo provisionamento dos valores discutidos.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

31.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

31.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o exercício de 2023 estabelece um *payout* de 40%, acima do mínimo previsto na Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, que é de 30%. Para o exercício de 2022, o percentual foi de 35%.

	Consolidado	
Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido do Exercício	557.034	540.562
(-) Constituição de Reserva Legal	(27.852)	(27.028)
(=) Lucro Líquido Ajustado	529.182	513.534
Dividendos Propostos (<i>Payout</i> 35%)	-	179.737
Dividendos Propostos (<i>Payout</i> 40%)	211.673	-
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	210.420	156.863
Dividendos Adicionais	1.253	22.874

O valor do provento de 2023, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

			Consolidado
Exercício Social	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento
2023	DIV	ON 0,030660525	1.253
		PN 0,033726577	
	JCP	ON 5,617833166	229.635
		PN 6,179616483	
		IR (19.215)	
		JCP líquido de IR 210.420	

			Consolidado
Exercício Social	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento
2022	DIV	ON 0,559582330	22.874
		PN 0,615540570	
	JCP	ON 4,180458200	170.881
		PN 4,598504020	
		IR (14.017)	
		JCP líquido de IR 156.864	

*Expresso em R\$.

31.3.1. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi baseado no

lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem: a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais; b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais. Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerasse impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	211.595	205.337
Ações Preferenciais Nominativas – PN	245.439	335.225
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	557.034	540.562
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	13,6274	13,2244
Ações Preferenciais Nominativas – PN	14,9901	14,5469

31.3.2. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2023, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Consolidado	
		Valor Bruto	Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	16.03.2023	45.874	41.694
2º Trimestre	22.06.2023	46.270	42.790
3º Trimestre	21.09.2023	48.751	44.656
4º Trimestre	14.12.2023	88.740	81.280
Total		229.635	210.420

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

31.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,41 bilhões, em 31 de dezembro de 2023, e R\$1,16 bilhões, em 31 de dezembro de 2022, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Custo Atribuído – Celesc G (a)	12.894	13.470
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.290.280)	(1.035.048)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.414.647)	(1.158.839)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em

contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes (NE16).

32. RECEITAS E DESPESAS

32.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

32.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao resarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), em 2023, foi de R\$585,1 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$35,0 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$46,1 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$3,2 milhões.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Consolidado

Descrição	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Receita Operacional Bruta – ROB	15.793.180	15.790.288
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.942.544	7.210.981
Fornecimento não faturado (a)	37.218	(31.936)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	420.357	474.905
Suprimento não faturado (a)	1.412	(3.034)
Disponibilização da Rede Elétrica	6.661.613	5.587.020
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	20.586	15.685
Receita Financeira	80.338	83.813
Renda de Prestação de Serviços	832	2.228
Energia Elétrica de Curto Prazo	247.554	405.856
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	701.778	392.960
Outras Receitas Operacionais	12.282	10.800
Doações e Subvenções (i)	669.310	625.213
Receita de Construção	997.355	1.015.797
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.390.572)	(5.890.838)
ICMS	(1.996.139)	(2.460.260)
PIS	(210.368)	(202.571)
COFINS	(968.967)	(933.054)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.109.325)	(2.124.333)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(47.363)	(44.881)
Programa Eficiência Energética – PEE	(46.117)	(43.555)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(10.040)	(9.274)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(2.247)	(1.992)
Outros Encargos	(6)	(70.918)
Receita Operacional Líquida – ROL	10.402.608	9.899.450

32.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor**Consolidado**

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Residencial	2.680.287	2.616.084	7.098.372	6.724.104	2.832.142	4.948.088
Industrial	138.040	133.670	11.234.753	11.162.320	896.910	1.698.230
Comercial	318.276	309.700	4.882.628	4.635.101	1.411.158	2.574.103
Rural	222.877	227.350	1.042.807	1.077.710	396.516	719.990
Poder Público	27.101	24.943	473.981	431.490	185.190	323.204
Iluminação Pública	1.245	1.090	589.183	586.135	136.035	276.391
Serviço Público	4.356	4.129	432.552	400.966	121.811	239.649
Reclassif. Rec. Disp. Rede Elét. Cons. Cat	-	-	-	-	-	(3.600.610)
Total do Fornecimento	3.392.182	3.316.966	25.754.276	25.017.826	5.979.762	7.179.045
Suprimento de Energia	150	144	2.948.875	2.832.598	421.769	471.871
Total	3.392.332	3.317.110	28.703.151	27.850.424	6.401.531	7.650.916

(i) Informações não auditadas

32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/(Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.12.2023 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.828.059	-	-	-	-	4.828.059
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.135	-	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.982.814	-	-	-	-	1.982.814
Pessoal (c)	380.806	306.694	29.096	-	1.456	718.052
Administradores	-	11.420	-	-	-	11.420
Despesa Atuarial	-	145.446	-	-	-	145.446
Entidade de Previdência Privada (c)	18.066	12.964	1.108	-	-	32.138
Material	39.439	10.037	-	-	19.178	68.654
Custo de Construção	997.355	-	-	-	-	997.355
Custos e Serviços de Terceiros	170.911	134.464	64.258	-	1.579	371.212
Depreciação e Amortização	277.585	34.788	257	-	1.971	314.601
Provisões Líquidas	-	-	-	93.820	301.007	394.927
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	186	186
Arrendamento e Aluguéis	1.404	7.246	464	-	(444)	8.670
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(268.103)	(268.103)
Outras (Receitas)/Despesas	20.482	(12.161)	29.309	-	(36.570)	1.060
Total	8.745.056	650.898	124.492	93.920	20.260	9.634.626

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Provisão Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/(Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.12.2022 (Reclassificada) Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.823.825	-	-	-	-	4.823.825
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.727.963	-	-	-	-	1.727.963
Pessoal (c)	416.654	279.500	50.174	-	1.030	747.358
Administradores	-	10.567	-	-	-	10.567
Despesa Atuarial	-	125.061	-	-	-	125.061
Entidade de Previdência Privada (c)	17.962	10.546	1.775	-	-	30.283
Material	33.392	9.462	-	-	16.250	59.104
Custo de Construção	1.015.797	-	-	-	-	1.015.797
Custos e Serviços de Terceiros	159.144	110.520	51.770	-	1.444	322.878
Depreciação e Amortização	248.636	25.982	493	-	1.971	277.082
Provisões Líquidas	-	-	-	73.126	146.504	219.630
Arrendamento e Aluguéis	732	11.725	163	-	(507)	12.113
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(225.410)	(225.410)
Outras (Receitas)/Despesas	16.364	(17.810)	33.715	-	(2.072)	30.197
Total	8.460.469	565.553	138.090	73.126	(60.790)	9.176.448

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	3.420.815	3.064.006
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	52.791	11.136
Itaipu Binacional	734.166	1.046.992
Contratos Bilaterais	59.995	62.301
Cotas de Energia Nuclear	218.810	223.601
Cotas de Garantia Física	524.557	555.390
Proinfa	294.945	343.095
PIS/COFINS	(478.020)	(482.696)
Total	4.828.059	4.823.825

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Encargo de Uso do Sistema	1.617.779	1.311.276
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	65.891	222.161
Encargos de Transporte de Itaipu	124.218	98.288
Encargo de Energia de Reserva – EER	377.031	272.366
PIS/COFINS	(202.105)	(176.128)
Total	1.982.814	1.727.963

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal	9.332	9.770	718.052	747.358
Remunerações	8.919	9.399	314.268	354.730
Encargos Sociais	234	229	150.787	141.986
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	49.967	47.700
Benefícios Assistenciais	-	-	108.752	101.191
Provisões e Indenizações	70	45	94.060	101.587
Outros	109	97	218	164
Previdência Privada – CELOS	38	7	32.138	30.283
Total	9.370	9.777	750.190	777.641

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras	8.875	3.353	680.604	455.591
Renda de Aplicações Financeiras	4.557	2.545	94.492	132.286
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	108.573	107.826
Variações Monetárias	-	158	40.910	48.485
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	85.852	158.738
Renda de Dividendos	2.664	4.005	2.664	4.005
Juros s/ Depósitos Judiciais	23.011	16.206	104.534	16.206
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	287.431	-
Outras Receitas Financeiras	3.649	2.666	13.369	33.090
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(25.006)	(22.227)	(57.221)	(45.045)
Despesas Financeiras	(7.730)	(477)	(822.392)	(538.284)
Encargos de Dívidas	-	-	(248.025)	(228.488)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(20.737)	(38.202)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(5.337)	(3.995)
Variações Monetárias	-	-	(76.809)	(89.615)
Atualização Monetárias para Litígios	(7.426)	-	(83.458)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(12.886)	(11.943)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(75.616)	(128.237)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	(287.414)	(18.032)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(5.467)	(11.349)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(23)	(20)	(1.707)	(889)
Outras Despesas Financeiras	(281)	(457)	(4.936)	(7.534)
Resultado Financeiro	1.145	2.876	(141.788)	(82.693)

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do


Notas Explicativas
 Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 31 de dezembro de 2023, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

Em 31 de dezembro de 2023, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

- a) Controladora – A Celesc Holding tem como atribuição participação em outras empresas e a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.
- b) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;
- c) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Descrição	 Segmentos Reportáveis 			31.12.2023	
	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	10.228.383	183.051	-	(8.826)	10.402.608
Custo das Vendas	(8.407.519)	(68.778)	-	8.826 (i)	(8.467.471)
Depreciação e Amortização	(274.646)	(2.939)	-	-	(277.585)
Resultado Operacional Bruto	1.546.218	111.334	-	-	1.657.552
Despesas com Vendas	(218.104)	(308)	-	-	(218.412)
Despesas Gerais e Administrativas	(602.261)	(19.108)	(29.529)	-	(650.898)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(24.619)	(2.645)	7.004	-	(20.260)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	12.706	580.229	(535.814) (ii)	57.121
Resultado das Atividades	701.234	101.979	557.704	(535.814)	825.103
Receitas Financeiras	665.929	16.381	8.875	(10.581) (iii)	680.604
Despesas Financeiras	(820.835)	(4.408)	(7.730)	10.581 (iii)	(822.392)
Resultado Financeiro, Líquido	(154.906)	11.973	1.145	-	(141.788)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	546.328	113.952	558.849	(535.814)	683.315
IRPJ e CSLL	(106.168)	(18.298)	(1.815)	-	(126.281)
Lucro Líquido do Exercício	440.160	95.654	557.034	(535.814)	557.034
Total dos Ativos	4.662.285	988.457	3.200.839		
Total dos Passivos	9.115.070	207.671	268.272		


Notas Explicativas
 Celesc
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.


Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	31.12.2022 (Reclassificado)		Total
				Ajustes de Consolidação		
Receita Operacional Líquida – ROL	9.725.363	183.022	-	(8.935)		9.899.450
Custo das Vendas	(8.186.081)	(34.687)	-	8.935	(i)	(8.211.833)
Depreciação e Amortização	(245.614)	(3.022)	-	-	-	(248.636)
Resultado Operacional Bruto	1.293.668	145.313	-	-	-	1.438.981
Despesas com Vendas	(211.128)	(88)	-	-	-	(211.216)
Despesas Gerais e Administrativas	(517.229)	(20.579)	(27.745)	-	-	(565.553)
Outras Receitas/(Despesas) Líquidas	68.881	(495)	(7.596)	-	-	60.790
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	11.837	584.381	(516.873)	(ii)	79.345
Resultado das Atividades	634.192	135.988	549.040	(516.873)		802.347
Receitas Financeiras	444.205	18.718	3.353	(10.685)	(iii)	455.591
Despesas Financeiras	(538.506)	(9.986)	(477)	10.685	(iii)	(538.284)
Resultado Financeiro, Líquido	(94.301)	8.732	2.876	-	-	(82.693)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	539.891	144.720	551.916	(516.873)		719.654
IRPJ e CSLL	(136.792)	(30.946)	(11.354)	-	-	(179.092)
Lucro Líquido do Exercício	403.099	113.774	540.562	(516.873)		540.562
Total dos Ativos	10.314.340	955.470	3.105.004			
Total dos Passivos	8.597.614	203.706	221.828			

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

34. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado					
	31.12.2023					
2024	2025	2026	2027	2028	2028+	
Compra de energia	4.072.617	4.053.814	4.195.257	4.105.495	4.237.205	44.312.952
Encargos de conexão e transporte de energia	1.981.577	2.056.410	2.129.058	2.201.598	2.276.232	35.885.972
Total	6.054.194	6.110.224	6.324.315	6.307.093	6.513.437	80.198.924

Descrição	Consolidado					
	31.12.2022					
2023	2024	2025	2026	2027	2027+	
Compra de energia	4.616.823	4.070.721	4.053.814	4.192.579	4.105.495	47.769.213
Encargos de conexão e transporte de energia	1.740.091	1.981.577	2.056.410	2.129.058	2.201.598	37.996.912
Total	6.356.914	6.052.298	6.110.224	6.321.637	6.307.093	85.766.125

35. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

35.1. Celesc D

35.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Circulante	3.098.324	3.432.655
Caixa e Equivalentes de Caixa	749.697	835.653
Contas a Receber de Clientes	1.935.736	1.743.436
Estoque	23.202	19.946
IRPJ e CSLL a Recuperar	25.809	18.749
Demais Tributos a Recuperar	171.322	633.858
Outros	192.558	181.013
Não Circulante	7.713.074	6.881.685
Realizável a Longo Prazo	3.035.166	2.615.588
Contas a Receber de Clientes	25.307	16.775
Tributos Diferidos	854.645	709.023
Tributos a Recuperar	472.243	524.012
Depósitos Judiciais	322.544	281.256
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	775.920	596.648
Ativo de Contrato	486.893	408.969
Ativo Financeiro Setorial	94.538	76.448
Outros	3.076	2.457
Imobilizado	15.623	7.633
Intangível	4.662.285	4.258.464
Total do Ativo	10.811.398	10.314.340

35.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	3.643.345	3.765.969
Fornecedores	1.078.555	1.008.600
Empréstimos Moeda Nacional	258.631	262.833
Empréstimos Moeda Estrangeira	97.505	34.396
Debêntures	160.192	207.621
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	223.079	226.132
IRPJ e CSLL a Recolher	24.984	15.366
Demais Tributos a Recolher	252.864	218.393
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	174.528	154.806
Taxas Regulamentares	71.489	55.568
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	-	81.701
Passivo de Arrendamento	10.603	1.438
Benefícios a Empregados	272.597	242.238
Passivos Financeiro Setorial	903.863	753.564
Bônus Escassez Hídrica	1.146	1.144
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	7.596	366.981
Outros	105.713	135.188
Não Circulante	5.471.725	4.831.645
Empréstimos Moeda Nacional	412.863	414.003
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.205.666	1.131.923
Debêntures	994.826	356.032
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	27.899	50.410
Taxas Regulamentares	83.387	105.094
Passivo de Arrendamento	5.987	6.716
Benefícios a Empregados	1.923.225	1.659.937
Provisão para Contingências	484.720	373.567
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	333.152	733.963
Patrimônio Líquido	1.696.328	1.716.726
Capital Social	1.580.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.406.608	1.171.774
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.290.280)	(1.035.048)
Total do Passivo	10.811.398	10.314.340

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o repasse de R\$70,0 milhões da Celesc G à Celesc D na forma de contrato de mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021, data em que foram repassados os recursos. O contrato prevê o acréscimo de juros ao valor principal, com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, e tinha vigência de 12 meses.

Os recursos repassados tiveram a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do contrato de concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de outubro de 2022, foi aprovada a prorrogação desse contrato por mais 12 meses, visando adequar o fluxo de caixa da Celesc D às necessidades operacionais e de investimento, mitigando os riscos de não cumprimento das obrigações financeiras nos exercícios de 2022 e 2023.

Até 01 de novembro de 2023, data em que ocorreu a liquidação, foram reconhecidos R\$22,3 milhões (R\$1,2 milhões referentes a 2021, R\$10,5 milhões referentes a 2022 e R\$10,6 milhões referentes a 2023) de juros remuneratórios.

35.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Receita Operacional Líquida – ROL	10.228.383	9.725.363
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	10.228.383	9.725.363
Custos de Vendas	(8.682.165)	(8.431.695)
Custo de Operação	(8.682.165)	(8.431.695)
Lucro Bruto	1.546.218	1.293.668
Despesas Operacionais	(844.984)	(659.476)
Despesas com Vendas	(124.012)	(136.616)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(94.092)	(74.512)
Despesas Gerais e Administrativas	(602.261)	(517.229)
Outras Receitas	304.090	259.019
Outras Despesas	(328.709)	(190.138)
Resultado antes do Resultado Financeiro	701.234	634.192
Resultado Financeiro	(154.906)	(94.301)
Receitas Financeiras	665.929	444.205
Despesas Financeiras	(820.835)	(538.506)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	546.328	539.891
IRPJ e CSLL	(106.168)	(136.792)
Corrente	(120.306)	(152.922)
Diferido	14.138	16.130
Lucro Líquido do Exercício	440.160	403.099

35.1.4. Receita Operacional

Descrição	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Receita Operacional Bruta – ROB	15.597.798	15.593.988
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.915.000	7.177.394
Fornecimento Não Faturado (a)	37.562	(32.634)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	336.334	395.981
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	701.778	392.960
Disponibilização da Rede Elétrica	6.665.223	5.590.233
Energia de Curto Prazo	241.536	400.331
Renda de Prestação de Serviços	832	2.228
Doações e Subvenções	669.310	625.213
Receita de Construção	997.355	1.015.797
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	20.586	15.685
Outras Receitas Operacionais	12.282	10.800
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.369.415)	(5.868.625)
ICMS	(1.996.139)	(2.460.260)
PIS	(207.329)	(199.348)
COFINS	(954.968)	(918.208)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.109.325)	(2.124.333)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(46.117)	(43.555)
Programa Eficiência Energética – PEE	(46.117)	(43.555)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(9.414)	(8.448)
Outros Encargos	(6)	(70.918)
Receita Operacional Líquida – ROL	10.228.383	9.725.363

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Residencial	2.680.287	2.616.084	7.098.372	6.724.104	2.832.142	4.948.088
Industrial	138.024	133.658	11.135.836	11.041.893	874.162	1.668.793
Comercial	318.275	309.699	4.861.603	4.612.378	1.406.706	2.569.255
Rural	222.877	227.350	1.042.807	1.077.710	396.516	719.990
Poder Público	27.101	24.943	473.981	431.490	185.190	323.204
Iluminação Pública	1.245	1.090	589.183	586.135	136.035	276.391
Serviço Público	4.356	4.129	432.552	400.966	121.811	239.649
Reclassificação Receita						
Disponibilidade Rede Elétrica	-	-	-	-	-	(3.600.610)
Consumidores Cativos						
Total do Fornecimento	3.392.165	3.316.953	25.634.334	24.874.676	5.952.562	7.144.760
Suprimento de Energia	53	54	2.317.563	2.307.573	336.334	395.981
Total	3.392.218	3.317.007	27.951.897	27.182.249	6.288.896	7.540.741

(i) Informações não revisadas

35.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2023 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.790.947	-	-	-	-	6.790.947
Pessoal	377.776	282.430	29.088	-	1.456	690.750
Despesa Atuarial	-	145.446	-	-	-	145.446
Entidade Previdência Privada	18.066	12.926	1.108	-	-	32.100
Material	39.092	9.937	-	-	18.520	67.549
Custo de Construção	997.355	-	-	-	-	997.355
Custos e Serviços de Terceiros	164.027	124.915	63.860	-	1.579	354.381
Depreciação e Amortização	274.646	34.105	257	-	-	309.008
Provisões Líquidas	-	-	-	94.092	300.805	394.897
Outros	20.256	(7.498)	29.699	-	(297.741)	(255.284)
Total	8.682.165	602.261	124.012	94.092	24.619	9.527.149

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2022 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.536.729	-	-	-	-	6.536.729
Pessoal	413.810	254.337	49.666	-	1.030	718.843
Despesa Atuarial	-	125.061	-	-	-	125.061
Entidade Previdência Privada	17.962	10.539	1.775	-	-	30.276
Material	32.536	9.350	-	-	16.250	58.136
Custo de Construção	1.015.797	-	-	-	-	1.015.797
Custos e Serviços de Terceiros	152.816	100.651	51.427	-	1.444	306.338
Depreciação e Amortização	245.614	25.389	493	-	-	271.496
Provisões Líquidas	-	-	-	74.513	141.012	215.525
Outros	16.431	(8.098)	33.254	-	(228.617)	(187.030)
Total	8.431.695	517.229	136.615	74.513	(68.881)	9.091.171

35.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2024 e término em fevereiro de 2026.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No exercício de 2023 o CDI acumulado foi de 13,04%, sendo que no mesmo período de 2022 foi 12,39%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Receitas Financeiras	665.929	444.205
Renda de Aplicações Financeiras	83.131	120.473
Variações Monetárias	40.910	48.485
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	85.852	158.738
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	108.572	107.823
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	287.403	-
Juros Depósitos Judiciais	81.413	-
Outras Receitas Financeiras	9.673	30.303
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(31.025)	(21.617)
Despesas Financeiras	(820.835)	(538.506)
Encargos de Dívidas	(248.025)	(228.488)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(20.737)	(38.202)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(5.337)	(3.995)
Encargos de Mútuo	(10.581)	(10.685)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(12.669)	(11.795)
Custo na Emissão de Debêntures	(1.406)	(1.542)
Variações Monetária Debêntures	(76.732)	(89.434)
Outras Variações Monetárias	(77)	(181)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(75.616)	(128.237)
Juros de Arrendamentos	(1.684)	(869)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(287.414)	(18.032)
Atualização Monetária Litígios	(76.032)	-
Outras Despesas Financeiras	(4.525)	(7.046)
Resultado Financeiro	(154.906)	(94.301)

35.2. Celesc G

35.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	189.575	140.062
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.828	56.826
Contas a Receber de Clientes	16.805	15.800
Estoque	68	73
IRPJ e CSLL a Recuperar	6.838	1.054
Demais Tributos a Recuperar	1.690	1.246
Adiantamento a Fornecedores	-	1.805
Despesas Antecipadas	1.047	1.043
Dividendos e JCP a Receber	3.513	4.656
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	41.569	40.019
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	18.215	17.536
Outros	2	4
Não Circulante	804.668	815.408
Realizável à Longo Prazo	472.095	532.197
Mútuos	-	81.701
Depósitos Judiciais	449	1.212
Demais Tributos a Recuperar	1.281	768
Tributos Diferidos	5.786	-
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	317.792	306.791
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	144.366	139.304
Investimentos	110.942	110.956
Imobilizado	177.190	126.094
Intangível	44.441	46.161
Total do Ativo	994.243	955.470

35.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	73.308	73.332
Fornecedores	9.804	7.316
Debêntures	6.001	2.849
IRPJ e CSLL a Recolher	-	12.767
Demais Tributos a Recolher	9.747	8.472
Taxas Regulamentares	2.020	498
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	43.616	38.724
Outros	2.120	2.706
Não Circulante	140.149	130.374
Debêntures	35.587	39.611
Tributos Diferidos	103.878	89.214
Taxas Regulamentares	658	1.549
Provisões para Contingências	26	-
Patrimônio Líquido	780.786	751.764
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	317.892	272.975
Dividendos à Disposição da AGO	-	15.319
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.894	13.470
Total do Passivo	994.243	955.470

35.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	183.051	183.022
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	183.051	183.022
Custos de Vendas	(71.717)	(37.709)
Custo de Operação	(71.717)	(37.709)
Lucro Bruto	111.334	145.313
Despesas Operacionais	(9.355)	(9.325)
Com Vendas	(480)	(915)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	172	827
Gerais e Administrativa	(19.108)	(20.579)
Outras Receitas	27	23
Outras Despesas	(2.672)	(518)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.706	11.837
Resultado antes do Resultado Financeiro	101.979	135.988
Resultado Financeiro	11.973	8.732
Receitas Financeiras	16.381	18.718
Despesas Financeiras	(4.408)	(9.986)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	113.952	144.720
IRPJ e CSLL	(18.298)	(30.946)
Corrente	(9.420)	(24.324)
Diferido	(8.878)	(6.622)
Lucro Líquido do Exercício	95.654	113.774

35.2.4. Receita Operacional

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	204.208	205.235
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	23.187	28.830
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(344)	698
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	4.452	4.848
Suprimento de Energia Elétrica	89.144	84.555
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	1.412	(3.034)
Energia Elétrica de Curto Prazo	6.018	5.525
Receita Financeira Bonificação de Outorga	55.723	57.705
Receita Financeira Usina Pery	24.615	26.108
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1	-
Deduções da Receita Operacional	(21.157)	(22.213)
PIS	(3.039)	(3.223)
COFINS	(13.999)	(14.846)
Taxa Fiscalização	(626)	(826)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.246)	(1.326)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(2.247)	(1.992)
Receita Operacional Líquida – ROL	183.051	183.022

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Industrial	16	12	98.917	120.427	22.843	29.528
Comercial, Serviços e Outros	1	1	21.025	22.723	4.452	4.848
Suprimento de Energia	97	90	631.312	525.025	90.556	81.521
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	4.292	27.128	6.018	5.525
Total	114	103	755.546	695.303	123.869	121.422

(i) Informações não revisadas

35.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2023 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	21.271	-	-	-	-	21.271
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	3.776	-	-	-	-	3.776
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.135	-	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.610	-	-	-	-	3.610
Pessoal	3.030	14.932	8	-	-	17.970
Material	347	100	-	-	658	1.105
Custos e Serviços de Terceiros	6.979	2.945	398	-	-	10.322
Depreciação e Amortização	2.939	431	-	-	-	3.370
Seguros	1.567	-	-	-	-	1.567
Provisões Líquidas	-	-	-	(172)	358	186
Tributos	87	114	74	-	-	275
Aluguéis	-	139	-	-	-	139
Doações	-	-	-	-	186	186
Outros	(24)	447	-	-	1.443	1.866
Total	71.717	19.108	480	(172)	2.645	93.778

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (GSF), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, 7 usinas da Celesc G.

Em 23 de setembro de 2021, a Administração aprovou a proposta da ANEEL referente a repactuação do GSF e, consequentemente, a retirada da ação judicial existente para as UHE's, mantendo a liminar existente para as CGH's Ivo Silveira, São Lourenço, Piraí, Rio do Peixe e Caveiras, uma vez que a ANEEL não apresentou proposta de repactuação para essas usinas.

No entanto, no dia 31 de julho de 2023, a liminar favorável à Celesc G foi revogada e consequentemente, a geradora teve que devolver o montante de aproximadamente R\$28 milhões, que foram pagos na liquidação de agosto de 2023 à CCEE.

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2022 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	17.430	-	-	-	-	17.430
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	3.260	-	-	-	-	3.260
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.213	-	-	-	-	3.213
Pessoal	2.844	15.393	508	-	-	18.745
Material	856	112	-	-	-	968
Custos e Serviços de Terceiros	6.419	3.690	343	-	-	10.452
Depreciação e Amortização	3.022	344	-	-	-	3.366
Seguros	646	220	-	-	-	866
Provisões Líquidas	-	-	-	(827)	516	(311)
Tributos	23	124	64	-	-	211
Aluguéis	-	131	-	-	(8)	123
Outros	(4)	565	-	-	(13)	548
Total	37.709	20.579	915	(827)	495	58.871

35.2.6. Resultado Financeiro

A receita financeira de R\$10,6 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. O contrato foi liquidado em 1º de novembro de 2023.

A redução nas despesas financeiras ocorreu, principalmente, em virtude da redução dos juros sobre as debêntures.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras	16.381	18.718
Renda de Aplicação Financeira	6.804	9.268
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	1	3
Juros do Contrato de Mútuo	10.581	10.527
Multa Contratual	28	-
Juros Depósitos Judiciais	110	-
Outras Receitas Financeiras	(1.143)	(1.080)
Despesas Financeiras	(4.408)	(9.986)
Juros s/ as Debêntures	(3.927)	(8.884)
Custos na Emissão de Debêntures	(134)	(923)
Atualização do P&D	(217)	(148)
Outras Despesas Financeiras	(130)	(31)
Resultado Financeiro	11.973	8.732

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso IV, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, encontra-se demonstrada, abaixo, a Proposta de Orçamento de Capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias integrais para o ano de 2024, aprovada pelo Conselho de Administração, em 19 de dezembro de 2023, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme prevê o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Programas	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Ativos Elétricos	862.477	-	-	862.477
Ativos Não-Elétricos	120.721	564	118	121.403
Usinas Próprias	-	14.584	-	14.584
Ampliação de Usinas	-	26.150	-	26.150
Novos Negócios	-	65.900	-	65.900
Apropriação da Mão de Obra	85.649	1.000	-	86.649
TOTAL	1.068.847	108.198	118	1.177.163

Origem	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Recursos de Terceiros	109.821	46.350	-	156.171
Recursos Próprios	959.026	61.848	118	1.020.992
TOTAL	1.068.847	108.198	118	1.177.163

Valores em R\$ Mil

CAPEX – Celesc Distribuição S.A.

Investimentos no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica:

Dos R\$1.068,8 milhões a serem investidos na rede de distribuição de energia, R\$773,5 milhões serão utilizados pela área técnica para viabilizar obras de ampliação e melhoria do sistema e R\$88,9 milhões serão investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização de equipamentos de medição. Cabe destacar que parte dos investimentos realizados pela Companhia possui participação e/ou contrapartida do consumidor, conforme regras regulatórias.

Investimentos em Instalações Gerais, Tecnologia da Informação e Veículos:

Serão R\$84,6 milhões em aquisição de hardware e software para rede corporativa, R\$22,7 milhões em veículos e R\$13,3 milhões em equipamentos, ferramentas, mobiliários diversos e outros.

CAPEX – Celesc Geração S.A.

Do montante de R\$108,1 milhões aprovados para 2024, serão investidos R\$65,9 milhões em novos negócios, R\$40,7 milhões na ampliação e melhorias das usinas e R\$500 mil em ativos não elétricos.

CAPEX Controladora – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Além dos valores orçados para as subsidiárias integrais elencados acima, estão previstos outros R\$118 mil para investimento da Controladora em ativos não elétricos.

Dessa forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R\$86,6 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2024 totaliza R\$1.177,1 milhões.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis – Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada – CELESC Distribuição S.A.

Veja as Notas Explicativas 4.23.3, 9 e 32.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Parte das receitas de vendas de energia da controlada Celesc Distribuição S.A. são calculadas mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores mas ainda não faturada, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social.

O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pela Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índices de perda estimada e a tarifa vigente.

Este tema foi considerado como um principal assunto de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo do volume de energia fornecida que pode impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada da controlada CELESC Distribuição S.A., realizamos:

- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento de energia não faturado;
- Análise dos dados utilizados na determinação da estimativa de fornecimento de energia não faturado, especificamente, os dados da carga total de energia distribuída ao longo do período e da carga de energia efetivamente faturada, segregados por classe de consumidor, e líquidos dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar através de cálculo matemático a estimativa da parcela da quantidade de energia não faturada por classe de consumo;
- Recálculo da receita de venda de energia fornecida e não faturada por meio da multiplicação da quantidade de energia não faturada por classe de consumo pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades;
- Confronto dos valores reconhecidos de receita não faturada com base nas expectativas geradas das médias históricas dos valores de energia fornecida aos consumidores ainda não faturada a partir de nossos testes de auditoria;
- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Benefícios pós-emprego - passivo atuarial – CELESC Distribuição S.A.

Veja as Notas Explicativas 4.21 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A controlada Celesc Distribuição S.A. patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência e assistência médica. Os planos classificados como "benefício definido" e "contribuição variável" geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, taxa de crescimento salarial, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos.

Devido à relevância dos valores e do envolvimento de alto grau de julgamento pela Companhia na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e contribuição variável, consideramos o passivo atuarial como um principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos benefícios pós-emprego - passivo atuarial da controlada CELESC Distribuição S.A., realizamos:

- Atualização do entendimento e avaliação do desenho dos controles internos relevantes relativos à mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de contribuição variável;

- Com o auxílio de nossos especialistas atuariais:

---> testamos, em base amostral, a consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2023;

---> avaliamos as principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, taxa de crescimento salarial, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários em comparação com a legislação e com as práticas de mercado;

---> testamos a precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia;

---> realizamos procedimentos para a confirmação da existência e mensuração do valor justo dos ativos dos planos.

- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 4.2, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo

de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de Março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos trabalhos e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando ainda o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes LTDA, opina, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 25 de março de 2024.

Alcides Alves de Andrade Neto
Presidente

Fábio Wagner Pinto

Natan Marcondes Monteiro Osório

Thiago Costa Jacinto

Oswaldo Noce Della Torre

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE Exercício Social 2023

Senhores Conselheiros de Administração
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc (“Companhia”) e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. – Celesc D e Celesc Geração S.A. – Celesc G, regido pela Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, além da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484, de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303/2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore Relatório Anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e o CAE em relação às Demonstrações Financeiras.

O CAE esteve composto até janeiro de 2023 pela Conselheira de Administração Michelle Silva Wangham – Membro do Conselho de Administração – (Coordenadora do Comitê) e por Flávio Lopes Perfeito, Nivaldo João dos Santos, Manoel José da Cunha Júnior e Carla Renata Baptista.

Na reunião realizada em 20 de janeiro de 2023 foram eleitos os novos membros do Conselho de Administração da Companhia e de suas subsidiárias integrais. Nesse contexto, foi aprovada a eleição dos novos membros do CAE, sendo o Sr. Glauco José Côrte eleito seu Coordenador. Em reunião subsequente do Conselho de Administração, datada de 09 de fevereiro de 2023, foram eleitos como membros independentes do CAE os senhores Fabrício Santos Debortoli e Fábio Fick. Posteriormente, em 22 de junho de 2023, foi aprovada a indicação do Sr. Cleber dos Santos Lima, assumindo a posição anteriormente ocupada pela Sra. Carla Renata Baptista. Permaneceu na vigência do seu mandato o Sr. Manoel Cunha.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 31-C, §2º da Resolução CVM nº 23/2021.

2. Resumo das atividades em 2023

No período de janeiro a dezembro de 2023 o CAE realizou 11 (onze) reuniões ordinárias e 2(duas) reuniões extraordinárias, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditores Internos e Auditores Independentes, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Nesse período foram examinadas e aprovadas as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina e Consolidado, Celesc Distribuição e Celesc Geração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como, aprovadas e encaminhadas ao Conselho de Administração as Informações Trimestrais – ITRs da Companhia e suas subsidiárias do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2023. Na reunião de 14 de março de 2023, o CAE também apreciou a Proposta de Distribuição de dividendos do exercício de 2022. O CAE acompanhou os trabalhos e as informações apresentadas pela Auditoria Independente, bem como os pareceres que acompanham as Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Durante as reuniões do ano de 2023, foram apresentados os Resultados Gerenciais da Companhia e de suas subsidiárias, demonstrando por meio de indicadores suas projeções e suas realizações acumuladas mensalmente. O CAE também acompanhou periodicamente o Fluxo de Caixa da Companhia, com os principais destaques, impactos no saldo de caixa, principais indicadores, bem como os principais cenários econômico-financeiros do período. Fez recomendações à Administração para que realize estudos para alocação eficiente dos recursos para o plano de investimentos, de forma que os retornos esperados sejam equivalentes ao WACC Regulatório, priorizados projetos que contribuam para o aumento da eficiência operacional, bem como um plano de revisão dos recursos e atendimento dos investimentos necessários dentro do ciclo regulatório.

O Comitê apreciou o Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos, realizado pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance, com suas principais atribuições, exigências legais e de mercado, metodologia utilizada, processo de gestão de riscos corporativos e processo de controles internos dos riscos de reporte financeiro.

O CAE acompanhou as avaliações nos controles internos que impactam as Demonstrações Financeiras, conhecendo os testes de efetividade e materialidade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação dos controles mapeados dos macroprocessos: de contabilidade, tecnologia da informação, suprimentos, comercial, Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Programa de Eficiência Energética (PEE), jurídico, financeiro, construção, manutenção, gestão de pessoas, tributário, ELC (Entity Level Controls), principais riscos, pontos de atenção e, por fim, os temas mais relevantes.

Acompanhou a atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos, consolidado com os objetivos estratégicos da Companhia, encaminhou suas recomendações e apreciou o novo Mapa de Riscos. Além disso, acompanhou os resultados das avaliações de riscos corporativos: Risco de Imagem, Risco Saúde e Segurança, Risco Contratação de Energia da Distribuidora, Risco

Cibernético e Infraestrutura de TI, Risco Ações Judiciais, Risco Fluxo de Caixa. Também acompanhou o monitoramento dos Planos de Ação para mitigar os Riscos Corporativos.

Quanto à atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos 2023 da Celesc o CAE também acompanhou, encaminhou suas recomendações e, por fim, apreciou sua versão final em junho de 2023.

Recebeu, ainda, Reporte do Status dos Programas de Compliance e Integridade, assim como, do Programa de Proteção de Dados previsto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Acompanhou os reportes do Comitê de Ética da Companhia, com os números de denúncias apuradas, procedimentos, canal de denúncias e alteração do regimento interno.

O Comitê acompanhou mensalmente os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2023. Foram ainda apresentados ao longo de 2023: resultado da auditoria solicitada pela Controladoria Geral do Estado – CGE, através do Ofício nº 0276/2022, com a solicitação pelo Comitê de maiores esclarecimentos junto àquele órgão. Aprecioi os resultados dos testes de auditoria interna em obras realizada pela Berkan, empresa de auditoria terceirizada, nos processos de Construção, Manutenção, Subestações e Linhas de Distribuição, bem como acompanhou os resultados dos correspondentes planos de ação. Conheceu os Relatórios de Auditoria: Saúde e Segurança do Trabalho, Patrocínios, Doações e Incentivos Fiscais, Auditoria Especial nas faturas Agrupadoras do Grupo A, Monitoramento do Plano Estratégico quanto ao acompanhamento dos indicadores dos Acordos de Desempenho, Contas a Pagar, Processo Controle e Operação do Sistema Elétrico, Aquisições, Aproveitamento de Créditos Fiscais, Auditoria Especial no Processo de Contratação e Gestão do LIES (Leitura e Entrega Simultânea de Faturas).

Dentro de suas atribuições, aprovou a revisão do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI 2023 e a elaboração do PAAI 2024, o qual visa definir os processos ordinários que serão auditados no exercício de 2024. De forma geral, por meio de um enfoque orientado a riscos e alinhado com a estratégia da Companhia, o PAAI 2024 visa contribuir para: agregar valor aos negócios da Companhia, melhorar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos e redução de problemas.

Conforme previsto na Instrução Normativa Interna da Celesc, I-001.0014 - Canal de Denúncias, o CAE instaurou 2 Comissões Especiais para análise e mediação de 2 (duas) denúncias provenientes do Comitê de Ética, sendo que os respectivos processos foram finalizados e arquivados após verificada a improcedência das mesmas.

O Comitê avaliou a proposta e premissas para composição do Orçamento 2024. Na oportunidade, foram apresentadas as Premissas de Indicadores Econômicos, Premissas de Mercado, Perdas de Energia, Premissas de PLD, GSF e Bandeiras, Despesas – Resumo, PMSO + RI – Outras Receitas x Regulatório, Despesas 2022–2028 – Resumo, Investimentos 2022-2028, Necessidade de captação, Fluxo de Caixa das empresas Celesc H, D e G. Foram avaliados, também, o Resultado Econômico Consolidado e os Covenants.

Outros assuntos foram pauta das reuniões do CAE como: Desempenho do Indicador Crescimento da Base de Remuneração Regulatória - BRR 2023, Contingências/Provisões Judiciais, Processos Judiciais dos Fumicultores, Relatório das Empresas Participadas, Passivo Atuarial, Apropriação de Mão de Obra Própria, Política de Seguros da Companhia, Nova Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Captações, Emissão de Debêntures e Perdas estimadas no faturamento.

Também foram apreciadas apresentações da Celes para conhecimento das realizações, fatos relevantes, auditorias, gestão de riscos, investimentos, Planos Previdenciários, Planos Assistenciais, custos com benefícios e resultados do plano estratégico 2019-2023. O CAE recomendou que o assunto fosse apresentado à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, com recomendações de planos de ação, dado que foi identificado como um dos riscos com maior impacto na matriz de riscos da Celesc em 2022.

Os assuntos tratados podem ser conhecidos detalhadamente nas atas do CAE, disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e nas atas completas disponíveis na Companhia.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Na condição de membros do CAE da Celesc e suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com base na documentação apresentada e encaminhada, assim como considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do CAE não são vinculantes, cabendo aos Acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis/SC, 26 de março de 2024.

Glauco José Corte
Coordenador

Cleber dos Santos Lima

Fábio Fick

Fabrício Santos Debortoli

Manoel José da Cunha Júnior

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Tarcisio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Tarcisio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0